

# MILITARY REVIEW

BRAZILIAN

3rd QUARTER 2004





# MILITARY REVIEW

## 2 Abandonando a Iniciativa? Comando e Controle no Campo de Batalha Digitalizado

Capitão Jim Dunivan, Exército dos EUA

As lições imediatas aprendidas das operações Just Cause e Desert Storm fizeram o Exército considerar o comando móvel sob condições de um ritmo de combate maior. Líderes com visão como o General Frederick M. Franks expandiram esta idéia, capturando a totalidade da arte do comando, cunhando o termo “comando em combate” (battle command) para substituir a idéia tradicional de comando e controle.

## 11 A Lei do Posse Comitatus e a Guerra Contra o Terrorismo

Davida Kellogg e Eirik Kellogg, Tenente da Reserva da Guarda Costeira dos EUA

A lei do Posse Comitatus surgiu como consequência da Lei do Escravo Fugitivo (Fugitive Slave Act) de 1850, que autorizava as forças armadas a agirem como posse comitatus para enviar delegados federais para prender e devolver escravos fugitivos aos seus donos. Incluído na lei do Posse Comitatus encontra-se um princípio fundamental do governo dos EUA — o do controle civil das Forças Armadas.

## 16 Lutando contra Crianças-Soldados

Dr. P. W. Singer

No campo de batalha de hoje, os soldados americanos freqüentemente encontram civis de posições sociais ambíguas — refugiados, membros de organizações de socorro, soldados disfarçados de não-combatentes e crianças. Entretanto, com maior freqüência, essas crianças são combatentes e as tropas americanas têm de enfrentar os efeitos psicológicos resultantes de lutar contra elas.

## 21 Edifícios Fortificados

### A Arquitetura Controlada: Desafio para o Guerreiro Urbano

Tenente-Coronel (Res) Lester W. Grau, Exército dos EUA

Tenente-Coronel (Res) Geoffrey Demarest, Exército dos EUA (Res)

A arquitetura de controle é o uso razoavelmente não obstrutivo de terreno, paisagem, estruturas, projeto e tecnologia para limitar o acesso, orientar o movimento, controlar e minimizar grupos, ou impedir a entrada a estruturas de alto valor, a centros urbanos, a áreas industriais e a afluentes áreas residenciais. Embora dando a impressão de melhorar o acesso a certas áreas, a arquitetura de controle, na verdade, permite que um pequeno elemento de segurança controle, ou impeça, o acesso.

## 30 O Exército e a Mídia Embutida

Tenente-Coronel Tammy L. Miracle, Exército dos EUA

Na Operação Iraqui Freedom aproximadamente 500 jornalistas, fotógrafos e equipes de repórteres trabalharam para garantir que a mídia tivesse todas as oportunidades possíveis para observar as operações de combate real. O programa está sujeito a muitos prós e contras, mas a realidade é que os jornalistas embutidos oferecem uma oportunidade para o mundo ver a dedicação dos soldados americanos para com a missão.

**General**  
**Peter J. Schoomaker**  
Chefe EME/EUA

**Lieutenant General**  
**William S. Wallace**  
Comandante, ECEME/EUA

**Brigadier General**  
**James T. Hirai**  
Subcomandante, ECEME/EUA

### Redação

**Cel William M. Darley**  
Editor-Chefe da Military Review  
**Ten Cel George Chandler**  
Editor-Chefe das Edições em Inglês  
**Major Richard D. Procell**  
Editor-Chefe das Edições Ibero-Americanas

### Administração

**Patricia Wilson**  
Secretária  
**Charles A. Martinson III**  
Arte

**Edições Ibero-Americanas**  
**Lisette Vaughn**  
Assistente Editorial  
**Winona E. Stroble**  
Diagramadora/Webmaster

**Edição Hispano-Americana**  
**Sandra Caballero**  
**Ronald Williford**  
Tradutores/Editores

**Edição Brasileira**  
**Lore C. Rezac**  
**Michael Lee**  
Tradutores/Editores

Brazilian

## REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

Publicada pela  
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO DOS EUA  
Forte Leavenworth, Kansas 66027-1254  
Volume LXXXIV 3<sup>RD</sup> QTR 2004 NUMBER 3  
www.leavenworth.army.mil/MilRev  
email: rezacl@leavenworth.army.mil/MILREV



### 36 O Conflito Palestino-Israelense: Um Difícil Caminho para a Paz

Dr. José Gabriel Paz

*Atualmente é quase imprescindível estabelecer quanto tempo levará para se chegar ao fim do conflito, considerando-se as enormes diferenças que separam as partes. A profunda limitação ao diálogo para estabelecer bases sólidas para a paz, decorre principalmente de os atores terem sido povos que passaram a maior parte da vida entre o ódio, a morte e a destruição um do outro.*

### 51 Israel e a Guerra de Atrito

Robert Bolia

*A guerra de atrito foi a primeira tentativa do Egito para forçar Israel a reconhecer que sua contínua ocupação da Península do Sinai não era do seu melhor interesse. A Guerra também prestou oportunidade para que ambos os lados testassem a eficácia das armas que seriam usadas novamente em 1973. Os resultados da guerra tiveram um efeito profundo nas percepções dos dois lados sobre a eficiência dos seus poderes de combate e dissuasão, que repercutiram no conflito que se seguiu.*

### 55 Mogadíscio: Novas Formas de Combate

Coronel Carl Marowsky Pilowsky, Exército do Chile

*Nos dias 3 e 4 de outubro de 1993, Mogadíscio foi o cenário de um dos engajamentos mais conhecidos da história recente das operações de paz das Nações Unidas. As Forças norte-americanas sofrem uma emboscada, sendo abatidos dois helicópteros. Dezoito soldados morrem e 75 ficam feridos. Este foi o princípio do fim da presença dos Estados Unidos e da ONU na Somália.*

### 65 Uma Percepção Operacional do Tempo

Tenente-Coronel Leonardo Ramalho Rodrigues Alves, Exército Brasileiro

*Trata-se de uma abordagem do tempo no contexto da estratégia e da estratégia-operacional, com suporte em considerações superficiais de natureza filosófica, particularmente nas concepções do inglês David Hume sobre os conceitos de idéias, percepções e tempo, bem como a partir da leitura de diversos textos e artigos norte-americanos sobre estratégia-operacional e operações combinadas. A intenção é apresentar a superficialidade do tratamento na doutrina militar terrestre brasileira, despertando a atenção para a necessidade de abordagens mais profundas pelos formuladores de doutrina sobre o tempo.*

### 69 Grupos Insurgentes na Chechênia

Coronel Sergey A. Kulikov, Federação Russa

Robert R. Love, tradutor, Forte Leavenworth, Kansas

*As insurgências não são novidade para o Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia. Durante mais de 50 anos, durante o período soviético, o Ministério lidou com áreas problemáticas na Ásia Central, no Cáucaso Norte, na Ucrânia ocidental, na Bielorrússia ocidental e nos estados Bálticos. Unidades do Ministério estão atualmente trabalhando no sentido de manter a lei e a ordem e de prover a segurança pública na região.*

## O novo endereço eletrônico da revista Military Review é:

<http://www.leavenworth.army.mil/MILREV/>

#### Assessores das Edições Ibero-americanas

**Cel Osmário Monteiro Zan,**

Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e  
Assessor da Edição Brasileira

**Ten Cel Hernán Díaz Mardones,**

Oficial de Ligação do Exército Chileno junto ao CAC/EUA e  
Assessor da Edição Hispano-Americana

**Tenente Coronel Rubén Daniel Palomeque,**

Oficial de Ligação do Exército Argentino junto ao CAC/EUA e  
Assessor da Edição Hispano-Americana

Military Review – Publicada pela ECEME/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, trimestralmente em português, bimestralmente em espanhol e em inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio. A correspondência deverá ser endereçada à Military Review, USACGSC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1254, USA. Telefone (913) 684-9332, ou FAX (913) 684-9328; Correio Eletrônico (E-Mail) rezacl@leavenworth.army.mil. A Military Review pode também ser lida através da Internet no Website: <http://www.army.mil/MILREV>. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693. As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Ministério da Defesa ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A MR se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

MILITARY REVIEW (Brazilian (in Portuguese)) (US ISSN 1067-0653) (USPS 009-356) is published quarterly by the U.S. ARMY CGSC, Ft. Leavenworth, KS 66027-1254. Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. Postmaster send address corrections to Military Review, CGSC, 294 Grant Ave., Ft. Leavenworth, KS 66027-1254. Military Review (Brazilian) (USPS 009-356) US ISSN 1067-0653

# Abandonando a Iniciativa? Comando e Controle no Campo de Batalha Digitalizado

Capitão Jim Dunivan, Exército dos EUA

*A vantagem que um comandante pensa obter por meio da contínua intervenção pessoal é, mais que nada, ilusória. Engajando-a, ele se atribui uma tarefa que na verdade é de outros, cuja eficiência ele assim destrói. Ele multiplica as suas próprias tarefas até o ponto em que já não consegue cumpri-las como um todo.*

Helmuth von Moltke<sup>1</sup>

**L**ÍDERES NO campo de batalha sempre tomarão e continuarão a tomar decisões em meio a grandes incertezas, monitorando a execução das mesmas. Em uma publicação recente do Instituto de Estudos Estratégicos (*Strategic Studies Institute — SSI*), Leonard Wong observa que os futuros líderes devem demonstrar a competência da adaptabilidade, ou seja, a capacidade de serem independentes e criativos à medida que planejam operações com base na intenção do comandante ou à medida que alteram planos devido a mudanças na situação.<sup>2</sup> Este conceito não é novo para as operações táticas; os alemães o chamam de “*auftragstaktik*” (tática de missão dada pela finalidade).

Em *The Battle for Hunger Hill*, Daniel P. Bolger, coronel do Exército dos EUA, se refere ao conceito como sendo o “comando situacional”.<sup>3</sup> Atualmente, a doutrina do Exército aborda esta “iniciativa disciplinada relativa à intenção do comandante” como uma “missão de comando” ou controle “diretivo”.<sup>4</sup> Porém, para reduzir a incerteza da guerra, o Exército está apressado para chegar ao domínio da informação pela digitalização do campo de batalha, para permitir aos comandantes nos mais altos níveis monitorarem as ações de elementos de comando vários escalões abaixo na cadeia de comando.

A digitalização do campo de batalha está incorporando o controle detalhado — repleto de indecisões; a execução centralizada e; a iniciativa reprimida do campo de batalha.

## Comando e o Controle-Diretivo vs. Detalhado

O controle diretivo enfatiza ordens do tipo missão e permite aos líderes subordinados exercerem a iniciativa durante o combate. Para explorar as oportunidades e a iniciativa dos subordinados, o comandante deve explicar a sua missão e a sua intenção, dando então aos seus subordinados a liberdade para julgarem de que maneira cumprirão a missão.<sup>5</sup> O controle diretivo incorpora os conceitos da iniciativa individual, de um processo decisório independente e permite aos líderes chegarem a decisões táticas por si próprios.<sup>6</sup> Os comandantes superiores devem permitir aos subordinados desenvolverem os seus próprios métodos e usarem de sua própria esperteza, do conhecimento íntimo de seus soldados e equipamento e de sua maior familiaridade com a sua própria área de operações. O único porém é que devem agir dentro da intenção do comandante para assegurar a integridade do esforço.<sup>7</sup>

A forma alternativa do comando e controle (*command and control — C<sup>2</sup>*) é caracterizada por ordens detalhadas, que surgiram como doutrina na antiga União Soviética antes e durante a IIGM. Porém, ordens do tipo missão nunca foram práticas dada a natureza política do militar soviético. De fato, o Exército Vermelho nunca favoreceu o uso de jovens líderes agressivos e imaginativos. Ao invés disso, dependia do controle por meio

de ordens detalhadas. Os líderes subordinados tinham pouca margem para decidir as suas próprias linhas de ação e se esperava que não inovassem, mas que levassem a cabo as ordens específicas do comandante sem pestanejar. Atualmente, esta prática é geralmente tida como ineficaz.<sup>8</sup>

## Filósofos Militares e o C<sup>2</sup>

O controle detalhado é estigmatizado como ineficaz devido à incerteza do campo de batalha e à fricção e falta de informações, esta última de acordo com filósofos militares tais como o general prussiano Carl von Clausewitz, o general suíço Henri de Jomini e Sun Tzu, da China. Clausewitz disse: “Tudo na guerra é muito simples mas até mesmo a situação mais simples se torna difícil (quando as dificuldades combinam e se acumulam para produzir) a fricção inconcebível.”<sup>9</sup> Clausewitz também disse que a “dificuldade do reconhecimento preciso constitui uma das mais sérias fontes da fricção da guerra” devido a eventos ou circunstâncias inesperadas ou, pelo menos, devido a circunstâncias que parecem ser diferentes das esperadas.<sup>10</sup> Outrossim, “Sendo que toda informação e suposições são sujeitas à dúvida e com o acaso por toda parte, o comandante encontra, seguidamente, que as situações não são como ele esperava que fossem... Durante uma operação, as decisões têm que ser tomadas de repente: talvez não haja tempo para revisar a situação ou até mesmo para estudá-la devidamente.”<sup>11</sup>

A descrição de Clausewitz, da fricção e das incertezas da guerra, demonstra o raciocínio que líderes militares precisam tomar decisões ou determinações de última hora, repentinamente, quando existe informação limitada ou inexistente à medida que se trava a batalha. O resultado pode representar a derrota ou o sucesso da missão.

Já Jomini, apesar de mais metódico em sua explicação da guerra que Clausewitz, também refere-se à ambigüidade e à incerteza enfrentadas por líderes no campo de batalha. A sua explicação sobre a incerteza origina-se de vários fatores: batalhas que começam inesperadamente; circunstâncias e ocorrências antes da batalha; ignorância sobre o posicionamento e os planos do inimigo; forças amigas ainda não posicionadas; e ordens mal transmitidas ou mal compreendidas. Todas estas situações exigem que o comandante tome decisões rápida ou repentinamente. Diz Jomini, “manobras repentinas, executadas no momento certo durante um engajamento, têm mais chance de sucesso do que as estabelecidas antecipadamente”.<sup>12</sup>

A rápida tomada de decisão em um campo de batalha incerto é essencial para “o aproveitamento da oportunidade sem hesitação”, de acordo com o ideal de coragem de Sun Tzu. Essa coragem rende a vitória ao comandante e a “capacidade de vencer dúvidas e criar

grandes planos”.<sup>13</sup> Esse ideal de coragem lembra o de Clausewitz, que era o de aceitar a responsabilidade pela sua posição, pela missão e por seus homens, lidando com a fricção e incerteza da guerra tomando decisões rápidas e executando ações decisivas para chegar aos objetivos militares com sucesso.<sup>14</sup> A *incerteza* da guerra (*fog of war*), na verdade o único pormenor do qual se pode ter *certeza*, torna imperativo que os comandantes e líderes estejam habilitados a tomar decisões apropriadas em tempo útil apesar de terem apenas informações incertas.

Outro prussiano influente que compreendia a necessidade de decisões rápidas durante a incerteza da guerra foi o Marechal-de-Campo Helmuth von Moltke. Ele é, possivelmente, o principal responsável por ter moldado o moderno pensamento militar alemão.<sup>15</sup> Von Moltke desenvolveu o conceito da manobra contra um inimigo em uma única seqüência contínua, combinando a mobilização, a concentração, o movimento e o combate enquanto mantém a iniciativa desde o início. A intenção desta manobra era emboscar o inimigo, envolvendo-o parcial ou completamente para destruí-lo em uma grande batalha decisiva de cerco ou de aniquilamento. Para controlar a execução desta manobra, von Moltke introduziu as táticas de missão, ou *auftragstaktik*, para permitir a iniciativa descentralizada dentro de um contexto estratégico global.<sup>16</sup>

Sabendo que “nenhum plano de operações sobrevive o primeiro choque contra o corpo principal do inimigo”, von Moltke limitava-se a emitir apenas as ordens mais essenciais.<sup>17</sup> Ele não queria paralisar o espírito de luta do Exército nem interferir com a espontaneidade de ação e reação dos comandantes subordinados. Von Moltke aprovava desvios de seus planos operacionais sempre e quando o comandante subordinado pudesse obter importantes sucessos táticos, já que, como ele expressava, “no caso da vitória tática, a estratégia se submete”.<sup>18</sup>

Percebendo que nem o melhor dos planos operacionais poderia antecipar as circunstâncias da guerra, von Moltke autorizava os comandantes a tomarem decisões táticas de última hora. Do seu ponto de vista, a imposição categórica de um plano de operações era um pecado mortal e ele tomou muito cuidado para encorajar a iniciativa em todos os comandantes, tanto superiores como subordinados. Em grande contraste à exaltada disciplina prussiana, von Moltke dava toda importância ao juízo independente de seus oficiais.<sup>19</sup>

## O Controle Diretivo no Exército Alemão do Século XXI

Embora a tradicional deferência alemã à autoridade superior e a sua preferência por procedimentos bem definidos sejam a antítese do controle diretivo, o Exército

Alemão usou-o de maneira inigualada por qualquer outro exército na história. Na medida em que os exércitos representam as sociedades das quais se formam, o Exército alemão pós-IGM foi bem-sucedido em reter e reforçar os aspectos da sociedade alemã que mais contribuíram às bem-sucedidas operações de combate, enquanto eliminava ou evitava os aspectos que tendiam a interferir com as operações eficazes.<sup>20</sup>

O manual militar alemão *On the German Art of War: Truppenführung* (a arte da guerra), articula a doutrina das táticas de missão usadas pelo Exército Alemão durante a IIGM.<sup>21</sup> As primeira e segunda partes do manual eram, de muitas maneiras, uma versão moderna

*Apesar do uso freqüente, o controle diretivo não foi formalmente estabelecido como doutrina do Exército dos EUA até depois do Vietnã. Apesar do estilo próprio do Exército com respeito às táticas de missão, a doutrina alemã de manobra da IIGM teve um papel importante no desenvolvimento e publicação da doutrina operacional da Batalha Ar-Terra do Exército dos EUA durante as décadas de 70 e 80.*

da “Arte da Guerra” de Sun Tzu. De acordo com o historiador Williamson Murray, a *truppenführung* “continua a ser o manual doutrinário de mais influência jamais escrito e representa um dos exames mais profundos sobre a conduta de operações e liderança”.<sup>22</sup>

A experiência alemã no campo de batalha obtida durante a dura realidade da IGM havia provado a eficácia do controle diretivo. Enquanto atendia a Classe Avançada na Escola de Infantaria no Forte Benning, na Geórgia, EUA, de 1930 a 1931, o capitão alemão Adolf von Schell deu uma série de palestras informais. Ele disse que o Exército Alemão usava “táticas de missão”. As ordens não eram escritas minuciosamente. Ao invés disso, um comandante atribuía missões aos comandantes subordinados. “De que maneira eram executadas (as missões) era problema do comandante. Isto é feito porque o comandante em campanha é o único que pode julgar as condições existentes corretamente e tomar a ação devida caso ocorra uma mudança na situação”.<sup>23</sup>

Von Schell, e aparentemente muitos outros no Exército Alemão pós-IGM, acreditavam que os comandantes que tinham a autoridade para tomar as suas próprias decisões dentro dos limites de suas missões, se sentiam pessoalmente responsáveis pelos resultados e, assim sendo, se saíam bem-sucedidos e fariam mais. No início dos anos 30, von Schell escreveu, “É certamente evidente, do adestramento em tempo de paz, que quanto mais liberdade se concede ao líder subordinado durante

o seu adestramento, melhor o resultado. Por que? Porque ele é responsável pelos resultados e autorizado a obtê-los à sua maneira”.<sup>24</sup>

A chave para o sucesso, conforme von Schell e a *truppenführung*, era os líderes subordinados exercerem a iniciativa por meio do controle diretivo dentro dos limites da missão e de acordo com a intenção do comandante. Para que o controle diretivo funcionasse, um líder subordinado, ou qualquer soldado designado com uma missão, tinha que entender claramente a intenção do seu comandante e, na maioria dos casos, a intenção do comandante imediatamente superior a este.<sup>25</sup> Contanto que as decisões no campo de batalha fossem tomadas de acordo com a intenção do comandante, os comandantes subordinados tinham grande liberdade de ação e se esperava que exercessem grande iniciativa. Essa doutrina de controle diretivo estabeleceu o modelo de *C<sup>2</sup>* para execução pelo Exército Alemão que participou da IIGM. Essa doutrina superior levou aos sucessos iniciais alemães no campo de batalha durante a primeira metade da guerra.

## O Controle Diretivo no Exército dos EUA

O General George S. Patton, Jr., do Exército dos EUA, foi o primeiro proponente do controle diretivo entre os generais americanos da IIGM.<sup>26</sup> A sua frase predileta era, “Nunca diga para alguém *como* fazer algo. Diga-lhe o que fazer e ele o surpreenderá com a sua esperteza.”<sup>27</sup> Patton liderou da frente de combate e dirigiu o Terceiro Exército através da Europa com uma série de ordens de operação de meia página de comprimento. No processo, “ensinou alguma coisa a mais aos proponentes da *auftragstaktik* sobre a sua própria profissão!”<sup>28</sup>

Apesar de sua reputação de excentricidade e arrogância, Patton respeitava profundamente os poderes criativos e intuitivos de seus subordinados. Ele também reconhecia que algum nível de erro sempre existiria durante uma ação decisiva de combate, mas, acima de tudo, ele odiava a inação e a indecisão. Ele afirmou que o exercício da iniciativa em todos os níveis oferecia a melhor chance para a vitória.<sup>29</sup>

As táticas de missão têm existido, de certa forma, dentro das forças armadas dos EUA, desde 1775. Já na Guerra Civil Americana, várias tendências começaram a emergir. Os combates se tornavam mais longos e não concluíam em um só dia. Os comandantes não podiam mais ver o campo de batalha inteiro. Essas condições levaram os comandantes a empregar técnicas de *C<sup>2</sup>* parecidas com o comando por missão.<sup>30</sup> Ao longo dos anos, o comando por missão tem sido o método dos EUA. A exceção foi o Vietnã com os seus postos de comando aéreos. Mas, mesmo assim, o homem no local geralmente agia e tomava as decisões. No artigo,



Departamento de Defesa. J.D. Coleman

Soldados comandados pelo General-de-Divisão Moore manobrando sob fogo após três dias de combate em 1965.

“Reconsiderando A Guerra de Manobra” (*Maneuver Warfare Reconsidered*), Bolger declara, com muita franqueza, “Coloquem um tenente na selva com um rádio e ele pedirá desculpas, não autorização. Tentem microgerencia-lo e ele usará o botão para desligar o rádio.”<sup>31</sup>

Apesar do uso freqüente, o controle diretivo não foi formalmente estabelecido como doutrina do Exército dos EUA até depois do Vietnã. Apesar do estilo próprio do Exército com respeito às táticas de missão, a doutrina alemã de manobra da IIGM teve um papel importante no desenvolvimento e publicação da doutrina operacional da Batalha Ar-Terra do Exército dos EUA durante as décadas de 70 e 80.<sup>32</sup> Muitos métodos e idéias clássicas do *truppenführung* alemão são achados em versões, de 1984, 1986 e 1993 do Manual de Campanha (*Field Manual — FM 100-5*) Operações (*Operations*), particularmente os conceitos sobre a intenção do coman-

dante, iniciativa, líderes de pensamento independente e ordens de missão.<sup>33</sup>

Atualmente, as idéias e a linguagem do controle diretivo saturam a doutrina do Exército dos EUA. O *FM 6-0*, Comando e Controle (*Command and Control*), faz a maior contribuição a este aspecto da doutrina ao explicar o comando por missão e o controle diretivo, promovendo-os como os métodos preferidos e mais vantajosos para se ter sucesso nas operações de comando e controle militar.<sup>34</sup> Fazendo uma referência histórica à *auftragstaktik*, o *FM 6-0* define o comando por missão como a conduta das operações militares por meio da execução descentralizada com base nas ordens de missão. O Manual diz, “O comando por missão bem-sucedido resulta de líderes subordinados em todos os escalões exercendo iniciativa disciplinada dentro da intenção do comandante para cumprir as missões.”<sup>35</sup> O Manual enfatiza a tomada de decisões em tempo hábil

de acordo com a intenção do comandante superior e a clara responsabilidade do subordinado em cumprir essa intenção por meio de sua iniciativa.<sup>36</sup>

A doutrina do controle diretivo aparece em outras fontes de fundamentos da doutrina do Exército, como por exemplo:

“A iniciativa exige delegar autoridade para tomada de decisões ao nível mais inferior (contanto que prático). Os comandantes dão aos subordinados a maior liberdade de ação possível. Encorajam a ação agressiva, de acordo com a intenção do comandante, ao emitirem ordens do tipo missão que designam tarefas para os subordinados sem especificar como executá-las.”<sup>37</sup>

“Os comandantes encorajam os seus subordinados a agir dentro de sua intenção conforme se apresentem as oportunidades para tal. A visão, a clara comunicação da intenção e o clima de comando, criam um ambiente propício ao exercício da iniciativa por parte do subordinado.”<sup>38</sup>

“Os comandantes em cada escalão devem explicar a missão aos seus subordinados com precisão sem dizer-lhes como cumpri-la.”<sup>39</sup>

“Devido às condições esperadas do campo de batalha, os líderes em todo nível devem evitar limitar, desnecessariamente, a liberdade de ação de seus soldados. O líder, na hora da tomada de decisão, deve ter o conhecimento, o adestramento e a liberdade necessários para tomar a decisão correta em apoio à intenção do comandante. Este conceito deve ser enfatizado em cada oportunidade em todo nível de liderança.”<sup>40</sup>

A atual doutrina de guerra do Exército, clara e veementemente, advoga o uso do controle diretivo no combate e durante outras operações militares para estabelecer a melhor fórmula para o sucesso.

## A Transformação e a Guerra da Era da Informação

As lições imediatas aprendidas das operações *Just Cause* e *Desert Storm* fizeram o Exército considerar o comando móvel sob condições de um ritmo de combate maior. Líderes com visão como o General Frederick M. Franks expandiram esta idéia, capturando a totalidade da arte do comando, cunhando o termo “comando em combate” (*battle command*) para substituir a idéia tradicional de comando e controle.<sup>41</sup> Franks queria se desassociar dos processos de estado-maior da Guerra Fria, dos arranjos com relação a postos de comando e de campos de batalha previsíveis relacionados com o *C<sup>2</sup>*. Ele queria se concentrar na arte do comando e de liderança da batalha. Franks compreendia que a natureza da batalha terrestre continuaria a ser dura, brutal e imprevisível. A batalha terrestre exigiria que os comandantes ficassem na frente com as suas tropas, não atados a um posto de comando, vendo o disperso, e talvez não contínuo, campo de batalha.<sup>42</sup>

Como Comandante General do Comando de Doutrina e Adestramento do Exército dos EUA (*U.S. Army Training and Doctrine Command — TRADOC*), Franks estabeleceu laboratórios de combate para unir a indústria, o governo, acadêmicos e o Exército para estudar e experimentar o uso da tecnologia da informação para ajudar os comandantes a visualizar o campo de batalha e a tomar decisões.<sup>43</sup> Em uma carta aos comandantes subordinados ao *TRADOC* em fevereiro de 1993, Franks escreveu, “Estamos no começo de uma revolução na maneira com a qual iremos comandar soldados e unidades táticas em combate. O trabalho em todos (os laboratórios), em acréscimo ao feito no Laboratório Tático de Comando em Combate (*Battle Command Battle Lab — BCBL*), é vital para isso. Não temos respostas e por isso vamos experimentar. Estou convencido de que estamos em transição agora, com relação ao comando de batalha com tecnologia da era informativa, de maneira tão significativa quanto durante os anos 20, quando fomos desde a sinalização com bandeiras para os rádios e daí para as armas combinadas e o ritmo acelerado.”<sup>44</sup> Assim teve início a busca da digitalização do campo de batalha e da guerra da era da informação.

A maior parte da doutrina inicial definia a guerra da informação como sendo ações tomadas para obter a superioridade de informações por meio de afetar a informação, os processos com base em informações e sistemas de informação do adversário, enquanto defendendo os nossos. Ao longo dos anos, as interpretações sobre a guerra da era da informação têm incluído a mídia de massa e o seu relacionamento com as operações militares; armas de precisão; a guerra eletrônica e as operações psicológicas. Embora todos estes sejam aspectos válidos da guerra da era da informação, o mais relevante ao escopo deste artigo é a guerra de *C<sup>2</sup>*.<sup>45</sup>

Em linha com as definições anteriores da guerra da informação, a guerra de *C<sup>2</sup>* é “uma dimensão de conflito na qual forças armadas opostas atacam os sistemas e processos de informação uns dos outros enquanto protegem os seus”.<sup>46</sup> O propósito dessa ação é criar uma condição no campo de batalha na qual as forças amigas podem visualizar o campo de batalha, controlar suas forças eficientemente e agir decisivamente enquanto negam ao inimigo a capacidade de fazer o mesmo.<sup>47</sup> A capacidade do comandante ver o campo de batalha e identificar onde se encontram e o que fazem amigos e inimigos, enquanto comanda as suas próprias forças é conhecido, cumulativamente, pelo termo de “comando, controle, comunicações e inteligência” (*command, controle, communications and intelligence — C3I*). Os meios de *C3I* provêm aos comandantes e líderes em todos os níveis a capacidade de gerenciar o combate ao permitir-lhes coletar, analisar, disseminar e agir em

Departamento de Defesa



O General-de-Divisão George S. Patton (centro) junto com o General-de-Divisão Manton Eddy conduzindo uma inspeção de um posto de observação em agosto de 1944.

resposta à informação recebida do campo de batalha proveniente de diversas fontes.<sup>48</sup>

Estas funções não são novas na guerra. Já na época de Alexandre o Grande, os comandantes precisavam destas capacidades para dirigir as batalhas. Os grandes comandantes da história reconheciam que a vitória no campo de batalha dependia de sua capacidade para coletar, analisar, disseminar e agir em resposta à informação obtida do campo de batalha. O Marechal-de-Campo britânico Arthur Wellesley (Lorde Wellington) e outros bem-sucedidos generais da era napoleônica, lideravam na frente de batalha porque fazê-lo os colocava na melhor posição para coletar, analisar, disseminar e agir com base na informação necessária para influenciar a batalha. As comunicações limitadas impediam àqueles comandantes de comandarem desde grandes distâncias, mas, atualmente, os comandantes têm acesso a tecnologia que pode melhorar muito a execução do *C3I*.<sup>49</sup>

A melhora no *C3I* tem provocado alguns a questionarem a utilidade do controle diretivo. Em *The Principles of War for the Information Age* (Os Princípios da Guerra na Era da Informação), o Tenente-Coronel Robert Leonhard argumenta que, apesar da melhora na tecnologia da informação servir para capacitar o comando, o Exército ainda não vê claramente como explorar a mesma. Diz ele, “Estamos nos aferrando a doutrinas passadas

que nos exigem o comando e controle descentralizado. É ilógico, sem sentido e um gasto inútil de verba tornarmos o nosso QG superior mais inteligente no combate futuro se temos a intenção de pregar fanaticamente a doutrina da descentralização”.<sup>50</sup>

O controle diretivo, de acordo com Leonhard, só foi eficaz no passado porque sincronizava a autoridade com o fluxo informativo. Diz ele, “Quando o ritmo do fluxo de informação proporciona, aos subordinados, uma visão mais precisa e em tempo hábil do campo de batalha, então estes devem ter a autoridade para tomar decisões proporcionais à informação recebida. Quando, por outro lado, o QG superior obtém a informação mais rapidamente, a autoridade para tomar decisões deve ser centralizada.”<sup>51</sup> Embora este argumento pareça ter fundamento e ser lógico, articula a falsa presunção do comando de batalha com base na tecnologia — que a tecnologia irá prover, com exatidão, uma imagem operacional comum ao QG superior, que absolutamente representa a verdadeira situação do líder no terreno.

## Ecoss do Passado

O Exército havia temporariamente adotado o controle detalhado durante o final da década de 60, quando a tecnologia fez alguns comandantes sentirem que podiam controlar melhor o combate em terra desde um helicóptero

no ar. Embora isso estivesse em conflito direto com a filosofia oficial de comando na época, o helicóptero *C<sup>2</sup>* e o rádio *PRC-25* davam a ilusão de permitirem o conhecimento perfeito da situação em terra. A filosofia oficial de comando era que os comandantes deviam liderar desde a frente e que o líder mais antigo em terra tinha a melhor perspectiva do combate. Apesar disso, muitos comandantes foram seduzidos pela idéia de que podiam influenciar o resultado final da batalha com ordens diretas, não do tipo missão.<sup>52</sup> Porém, muitos outros resistiram a esse canto de sereia.

Apesar do fato de alguns comandantes de batalhão usarem os helicópteros *C<sup>2</sup>* como posto de comando normal, o *Lieutenant General* Harold G. Moore acreditava que um comandante tinha que estar em terra com os seus soldados para ver e ouvir o que realmente se passava. Disse ele, “Você tem que ter a informação de primeira mão para que os seus instintos funcionem devidamente. Além disso, é fácil ser frio e agressivo dando ordens a 1.500 pés de altura; demasiado simples exigir o impossível de suas tropas; muito cômodo cometer erros fatais apenas para os que estão lá embaixo na lama, no sangue e na confusão.”<sup>53</sup>

Apesar dos excelentes exemplos de liderança por meio do controle diretivo, que os comandantes como Moore representavam, muitos escolhiam o controle detalhado como a norma padrão de ação. Os resultados previsíveis disso eram a erosão da confiança entre os subordinados e os líderes e uma deterioração na cadeia de comando. Houve também um declínio trágico na vontade de sargentos e oficiais subalternos para agirem sem ordens. Os efeitos a longo prazo deste conflito particular entre a tecnologia e a filosofia de comando foram devastadores.<sup>54</sup>

## O Comando da Batalha e o Controle Diretivo

Os mesmos efeitos que ocorreram no Vietnã poderão ocorrer no moderno campo de batalha da era informativa caso os líderes do Exército não reconheçam e reajam, mantendo o controle diretivo dentro das operações de combate. O comando da batalha, o exercício do comando em operações contra um inimigo hostil e inteligente, exige capacidades e ações de liderança que contribuam para decisões eficazes e em tempo hábil.

O ambiente operacional atual encontra-se saturado de tecnologia. A natureza fluída de operações e o volume de informações aumenta a importância da capacidade do líder visualizar e descrever as operações para dirigir as ações e reações no campo de batalha.<sup>55</sup> Como resultado, o Exército está modernizando os sistemas de informação em um nível sem precedentes. A intenção desse esforço para digitalizar o campo de batalha é a de prover todos os líderes com informações em tempo praticamente

real que lhes permitirá compreender a situação tática e a intenção do comandante. Porém, embora os líderes subordinados tenham acesso à ampla situação tática, os comandantes superiores têm acesso a camadas de detalhes táticos. Igual a alguns comandantes em seus helicópteros de *C<sup>2</sup>* no Vietnã, aqueles comandantes superiores que sucumbam à tentação de dirigir as ações táticas de seus subordinados poderiam reduzir os benefícios de sistemas avançados de informação, assim como o entendimento da situação que estes apóiam.<sup>56</sup>

O sistema digitalizado de *C<sup>2</sup>* que o Exército está desenvolvendo apoiará e encorajará o *C<sup>2</sup>* detalhado. O *FM 6-0* declara que, “O controle detalhado tenta impor a ordem e a certeza no campo de batalha criando um aparato poderoso e eficaz de controle que pode processar enormes quantidades de informações e transformar quase todas as incertezas em certezas. Este é exatamente o sistema de *C<sup>2</sup>* que o Exército está desenvolvendo e testando, com o seu sistema extensivo de múltiplos sensores interligados, vídeo ao vivo e a distribuição automática multiescalonada de dados. Um comandante, em quase qualquer nível, pode, aparentemente, controlar as ações de qualquer soldado individual, em qualquer momento.”<sup>57</sup>

O que os líderes devem continuar a perceber e compreender é que o entendimento da situação tem limites. Será sempre imperfeito, especialmente no que diz respeito à situação do inimigo. O entendimento da situação se concentra na situação atual e exige uma verificação constante. Mas exigir cem por cento de verificação não é um objetivo realista. O entendimento da situação preciso depende tanto do raciocínio e juízo críticos do líder como da informação processada via computadores. O *FM 3-0* declara, “A disponibilidade de uma imagem tecnologicamente produzida da situação não pode substituir a competência técnica e tática.”<sup>58</sup>

O Coronel Rick Lynch reiterou essa declaração em uma edição especial do Centro de Lições Aprendidas do Exército (*Center for Army Lesson Learned — CALL*), “Comandando uma Equipe de Combate de Brigada Digital” (*Commanding a Digital Brigade Combat Team*).<sup>59</sup> Além da proficiência técnica e tática, Lynch enfatiza que os atributos que os futuros líderes irão precisar são os mesmos que foram necessários no passado e que são necessários atualmente. Os líderes devem ser capazes de visualizar e prever opções e efeitos em um ambiente complexo. Devem ser decisivos e se sentirem à vontade com a incerteza e a ambigüidade, podendo antecipar os efeitos secundários de suas decisões. Lynch também afirma que, em um ambiente tal como o campo de batalha da era informativa, onde há uma disponibilidade abundante de informações, os líderes do Exército devem delegar a autoridade e ser descentralizadores.<sup>60</sup>

Diz Lynch ainda, “Como comandante de uma equipe de combate de brigada digital (*digital brigade combat*



Departamento de Defesa

O General-de-Divisão Franks, apontando ao mapa, explica um plano detalhado durante a Operação Desert Storm em 1991.

team — BCT), eu tinha a visibilidade da localização de cada uma das viaturas da unidade. Por exemplo, eu podia focar nas ações do D32 — o carro de combate no flanco do 3º pelotão da Companhia Delta do 3-66 Batalhão de Carros de Combate (3<sup>rd</sup> Platoon, Delta Company, 3-66 Armor). Então, se assim o desejasse, poderia determinar ao D32 aonde ir e o que fazer — ultrapassando totalmente três níveis da cadeia de comando, mas preferi não fazê-lo. Ajustei os filtros do meu equipamento digital para que me mostrasse os ícones no nível companhia... Mas, existem indivíduos que, dada a oportunidade para microgerenciar as suas unidades, o farão. Isso terá um efeito desastroso sobre a liderança subordinada.”<sup>61</sup>

Tendo observado um pouco deste microgerenciamento do campo de batalha de primeira mão, posso afirmar que muitos comandantes dependerão, automaticamente, do controle detalhado, com um sistema que permita que esta oportunidade exista. De fato, muitos afirmam que o controle diretivo e o atual caminho do Exército em direção à digitalização simplesmente não podem coexistir. Leonhard acredita, e a maioria concorda, que “não obstante a doutrina, a futura tecnologia, nas áreas da inteligência e da comunicação, irá levar o Exército dos EUA em direção ao controle mais detalhado que nunca.”<sup>62</sup> Se as futuras tecnologias serão ou não eficientes e eficazes é irrele-

vante, porque a própria existência desses sistemas, não a sua eficácia, irá influenciar a doutrina. Se a tecnologia permite aos comandantes superiores receberem informações importantes em tempo hábil com considerável nível de resolução e precisão, então estes controlarão a batalha. Disse Leonhard, “É do instinto humano que qualquer comandante aja conforme a informação recebida... se o comandante tem a informação ele a repassará aos escalões inferiores conforme necessário, mas junto à informação irão ordens.”<sup>63</sup> Infelizmente, o passado prova que isto é verdade, com exceção dos raros casos de exemplos de comandantes que lideraram desde a frente de combate e que delegaram a seus subordinados a autoridade de tomarem decisões no campo de batalha por meio do controle diretivo.

## Nova Tecnologia, Velhos Desafios

Da mesma maneira com que o Exército sentiu os efeitos devastadores do conflito entre a tecnologia e a filosofia do comando no Vietnã, a digitalização do campo de batalha e a dependência em sistemas de informação da guerra da era informativa apresentam muitos dos mesmos desafios. Apesar da era ou da tecnologia, a principal medida da eficácia do C<sup>2</sup> continua a

mesma — agir com mais rapidez e eficiência do que o inimigo para cumprir a missão com o menor custo para a força amiga antes que o inimigo possa agir e reagir.<sup>64</sup> O Exército deve manter os aspectos vitais do controle diretivo e encorajar, praticar e fomentar a iniciativa em todos os níveis para agir de acordo com a intenção do comandante.

Tendo servido como um principal defensor da digitalização do campo de batalha, Franks advertiu, “Devemos ter a coragem de mudar sempre, quando a mudança aumenta o nosso poder de combate, e ter a coragem de rejeitar más idéias. Devemos nos concentrar nos resultados do poder do combate... e não nos deixar cativar ou seduzir pela tecnologia.”<sup>65</sup> A digitalização do campo de

batalha tem muito para oferecer aos líderes e comandantes da era da informação se for usada amplamente para manter o conhecimento da situação e para facilitar o fluxo de informações e o gerenciamento dentro dos níveis de comando. Mas, se os líderes não combaterem de acordo com a estrutura do controle diretivo como especificada na atual doutrina, ou se falharem em delegar a autoridade ao líder no terreno para que este pratique o comando por missão, o Exército irá, mais uma vez, seguir o caminho do controle detalhado que poderá resultar na indecisão, na execução centralizada e na perda da iniciativa no campo de batalha. Isso, no final das contas, poderia levar ao fracasso no conflito, apesar da superioridade tecnológica. **MR**

---

## Referências

1. O Marechal-de-Campo prussiano Helmuth von Moltke, citado no *FM 6-0* do Exército dos EUA, *Command and Control* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], Esboço final, agosto de 2000), pp. 1-14.
2. Leonard Wong, “Stifled Innovation? Developing Tomorrow’s Leaders Today” (Carlisle, PA: The Institute of Strategic Studies, abril de 2002), p. 2.
3. Coronel Daniel P. Bolger, *The Battle for Hunger Hill* (Novato, CA: Presidio Press, 1997), p. 88.
4. *Ibid.*
5. Tenente-Coronel Robert R. Leonhard, *The Art of Maneuver* (Novato, CA: Presidio Press, 1991), p.50.
6. David M. Keithly e Stephen P. Ferris, “Auftragstaktik, or Directive Control, in Joint and Combined Operations,” revista *Parameters* (outono de 1999): p. 3, pp. 118-33.
7. *Ibid.*, p. 113.
8. *Ibid.*, pp. 52-53.
9. Carl von Clausewitz, *On War*, tradutores e editores, Michael Howard e Peter Paret (New Jersey: Princeton University Press, 1989), p. 119.
10. *Ibid.*, p. 117.
11. *Ibid.*, p. 102.
12. Henri de Jomini, *The Art of War* (London: Greenhill Books, 1996), p.196.
13. Sun Tzu, *The Art of War*, tradutor, Samuel B. Griffith (New York: Oxford University Press, 1963), p. 65.
14. Clausewitz, p. 101.
15. Antulio J. Echevarria II, “Moltke and the German Military Tradition: His Theories and Legacies,” *Parameters* (primavera de 1996): p.1, pp.91-99.
16. Gunther E. Rothenberg, “Moltke, Schlieffen, and the Doctrine of Strategic Envelopment,” em *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*, editor Peter Paret (New Jersey: Princeton University Press, 1986), pp. 296-325.
17. Hajo Holborn, “The Prusso-German School: Moltke and the Rise of the General Staff,” em *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*, editor Peter Paret (New Jersey: Princeton University Press, 1986), pp. 281-95.
18. *Ibid.*
19. *Ibid.*
20. *On the German Art of War: Truppenfuhrung*, tradutores e editores Bruce Condell e David T. Zabecki (Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2001), p. 1.
21. *Ibid.*
22. *Ibid.*, p. 2.
23. Adolf von Schell, “Battle Leadership,” *The Benning Herald*, 1933, p. 17.
24. *Ibid.*
25. Condell e Zabecki, p.4.
26. Keithly e Ferris, p. 3.
27. George S. Patton, *War As I Knew It* (New York: Bantam Books, 1986); *FM 22-100, Military Leadership* (Washington, DC: GPO, 31 de agosto de 1999), pp. 6-23.
28. Bolger, “Maneuver Warfare Reconsidered,” *Maneuver Warfare: An Anthology*, editor Richard D. Hooker, Jr. (Novato, CA: Presidio Press, 1993), pp.19-41.
29. Keithly e Ferris, p. 3.
30. *FM 6-0*, pp.1-13.
31. Bolger, p.34.
32. Condell e Zabecki, xii.
33. *Ibid.*, p.11; *FM 100-5, Operations* (Washington, DC: GPO, 14 de junho de 2001).
34. *FM 6-0*.
35. *Ibid.*
36. *FM 6-0*, pp. 1-16.
37. *FM 3-0, Operations* (Washington, DC: GPO, junho de 2001), pp.4-53.
38. *Ibid.*, pp. 6-37.
39. *FM 3-90, Tactics* (Washington, DC: GPO, 4 de julho de 2001), pp.12-112.
40. *FM 3-90*, p.1, *Tank and Mechanized Infantry Company Team* (Washington, DC: GPO, 26 de janeiro de 1998), p. 2-2.
41. Frederick M. Franks, “Battle Command: A Commander’s Perspective,” *Military Review* (maio-junho de 1996): pp.4-25.
42. *Ibid.*, p.19.
43. *Ibid.*, p. 7; Franks, *Letter to U.S. Army Training and Doctrine Command commanders*, fevereiro de 1993.
44. *Ibid.*, p. 9.
45. Leonhard, *The Principles of War for the Information Age* (Novato, CA: Presidio Press, 1998), p. 22.
46. *Ibid.*
47. *Ibid.*
48. Richard J. Dunn III, “From Gettysburg to the Gulf and Beyond: Coping with Revolutionary Technological Change in Land Warfare,” *McNair Papers* 13 (março de 1992): p. 29.
49. *Ibid.*
50. Leonhard, *The Principles of War for the Information Age*, p. 201.
51. *Ibid.*
52. *FM 6-0*, pp.1-19.
53. Harold G. Moore e Joseph L. Galloway, *We Were Soldiers Once, and Young* (New York: Harper Collins Publishers, 1992), p. 46.
54. *FM 6-0*, pp. 1-19.
55. *FM 3-0*, p.5-1, p.5-2.
56. *Ibid.*, pp.4-11.
57. *FM 6-0*, pp. 1-19.
58. *FM 3-0*, pp. 11-15.
59. Rick Lynch, “Commanding a Digital Brigade Combat Team,” *Special Edition News letter* pp. 01-21 (Forte Leavenworth, Center for Army Lessons Learned, 2001), p. 1.
60. *Ibid.*
61. *Ibid.*
62. Leonhard, “Maneuver Warfare and the United States Army,” em *Maneuver Warfare: An Anthology*, editor Richard D. Hooker, Jr. (Novato, CA: Presidio Press, 1993), pp. 42-56.
63. *Ibid.*
64. *FM 6-0*, pp.1-24.
65. Franks, p. 9.

O Capitão Jim Dunivan é professor assistente de Ciência Militar na Arkansas State University, em Jonesboro.

---

*O Capitão Jim Dunivan é professor assistente de Ciência Militar na Arkansas State University, em Jonesboro.*

# A LEI DO POSSE COMITATUS

Doutora Davida Kellogg e  
Eirik Kellogg, Tenente da Reserva da Guarda Costeira dos EUA

A LEI DO *POSSE COMITATUS* (o poder de polícia do município ou do condado) de 1878 nos EUA, que limitou o uso das Forças Armadas para impor a lei civil, é uma perscrição relativamente obscura do código civil dos EUA que tem se tornado motivo de grande debate após os infames ataques do dia 11 de setembro de 2002. Analisarei aqui os méritos e os deméritos dos argumentos de que a lei do *Posse Comitatus* deva ser enfraquecida, temporariamente ignorada ou até mesmo anulada, para que se possa fortalecer a segurança da nação, no interesse de impedir outros ataques terroristas contra cidadãos americanos em nosso próprio território.

Como ponto de partida, parece-me que, quando se considera anular qualquer lei antiga, deve-se primeiro estudar qual foi a intenção da mesma, ou seja:

- Qual a sua origem filosófica, histórica e legal.
- Qual o seu princípio moral fundamental.
- O que pretende remediar, proteger ou impedir.
- Qual o maior benefício em tê-la anulada e, no caso...
- Que mal faria?

## **O *Posse Comitatus* e o Princípio do Controle Civil**

Incluído na lei do *Posse Comitatus* encontra-se um princípio fundamental do governo dos EUA — o do

controle civil das Forças Armadas. A separação da polícia civil e militar, como a separação da igreja e do estado, não é um princípio universal de governos internacionais e em muitos outros países não tem sido incomum o governo usar as Forças Armadas para desempenhar funções de policiamento tais como o controle de tumultos, busca e apreensão de contrabando e patrulhamento armado de ruas municipais em tempos de inquietude civil. Historicamente, a insistência dos EUA na separação das Forças Armadas e das forças de polícia civil foi uma reação à política inglesa do século XVII, de empregar tropas para acabar com protestos antigovernamentais, tanto na Inglaterra como nas colônias. Tamanha objeção fizeram os colonos americanos contra a excessiva intrusão das forças militares britânicas no cotidiano civil que práticas tais, como aquartelar tropas em casas civis em tempo de paz e a injustificada busca e apreensão de documentos pessoais e outra propriedade privada, foram especificamente proibidas na Carta de Direitos (*Bill of Rights*) da Constituição americana. A provisão constitucional para o estabelecimento de milícias estaduais bem organizadas, embora em parte uma medida tomada para amenizar a despesa relacionada com a manutenção de uma Força Armada nacional de grande porte em tempo de paz, também estabeleceu uma maneira para evitar o uso indevido das forças

federais, que o primeiro Comandante-em-Chefe, George Washington, advertiu seria “uma maquinaria perigosa com que se trabalhar”. O precedente constitucional para desenvolver uma proteção legal aos cidadãos americanos e contra o uso de uma força militar poderosa por um chefe de estado inescrupuloso pode ser identificado na colocação do Exército (pelo menos nominalmente) sob a autoridade do poder Executivo do governo — enquanto o poder de declarar a guerra é prerrogativa do poder Legislativo. Estes dois poderes são, por lei, totalmente civis. O pessoal militar está proibido de se candidatar a posições públicas durante o seu tempo de serviço na ativa. Além disso, o pessoal militar é, insistentemente, desencorajado de participar em qualquer atividade política além do simples voto durante as eleições, um direito inalienável, (não obrigatório), de todo cidadão americano. O General George C. Marshall era conhecido por se

***Acredito que foram propositadamente, e sabiamente, deixadas sem especificação as “circunstâncias extraordinárias” sob as quais o Congresso pode autorizar o emprego das Forças Armadas, porque a permanência de uma lei pode ser bem maior do que a capacidade dos legisladores que a criam preverem todas as circunstâncias à qual ela se aplicaria.***

abster até dessa forma de expressão política enquanto usasse o uniforme. Era a sua forma de demonstrar o compromisso para com o seu juramento como oficial de “apoiar e defender a Constituição dos EUA” não obstante que partido estivesse no poder. Os generais Colin Powell e Wesley Clark não revelaram publicamente quais eram os seus partidos até o momento em que decidiram entrar na arena política após as suas aposentadorias do serviço militar.

Separar, legalmente, a esfera de autoridade militar da de agências civis de policiamento — para impedir o uso impróprio das Forças Armadas como uma Guarda Pretoriana pela chefia do Executivo com objetivos políticos direcionados a favorecer algum segmento da população civil — não é meramente um gesto governamental. A série de atrocidades contra civis poloneses cometidos pelos três regimentos originais da Divisão SS — “A Cabeça da Morte” — de Hitler na fase inicial da IIGM (sob as suas ordens diretas), ilustram como um relacionamento demasiado íntimo entre as Forças Militares e a chefia de um estado pode terminar no primeiro servindo o segundo para fins maléficis. Essa preocupação é o motivo do princípio fundamental do controle civil sobre o militar dos EUA. Tão profundo foi

o compromisso para com o controle civil demonstrado por Washington, o primeiro comandante-em-chefe do Exército dos EUA (a quem se atribui o princípio), que ele se negou aceitar a oferta de certos direitos draconianos sobre a população civil (que incluíam o direito de confiscar comida, suprimentos e de recrutar elementos dentre fazendas e vilarejos locais), mesmo durante momentos de maior necessidade do Exército Continental durante a guerra de independência. Nem todos os presidentes dos EUA têm seguido o exemplo escrupuloso de Washington e o resultado inclui alguns dos episódios mais lamentáveis da história militar do país. Herbert Hoover desdobrou uma força combinada de mais de 500 homens de cavalaria, infantaria e até mesmo alguns carros de combate, sob o comando do General MacArthur, para evacuar uma cidade improvisada de barracas, erguida perto da sede do Congresso por tropas desmobilizadas que protestavam pela falta do pagamento de um bônus esperado pelos seus serviços na IGM. O evento foi particularmente difícil na história militar dos EUA porque colocou soldados da ativa contra veteranos de guerra americanos.

A lei do *Posse Comitatus* surgiu como consequência da Lei do Escravo Fugitivo (*Fugitive Slave Act*) de 1850, que autorizava as forças armadas a agirem como *posse comitatus* para enviar delegados federais para prender e devolver escravos fugitivos aos seus donos. Após a derrota do Sul na Guerra Civil, foram impostas restrições sobre os direitos de antigos oficiais confederados, principalmente com relação ao seu direito de voto. A aprovação da lei foi acelerada pelo desdobramento de tropas federais, pelo Presidente Grant, para vigiar os locais eleitorais nos estados do sul, durante a era da reconstrução, para assegurar, entre outras coisas, que ninguém que tivesse sido um oficial confederado votasse na contestada eleição de 1876. É importante observar que Grant perdeu a eleição por uma margem pequena, principalmente em consequência de ter perdido votos importantes nos mesmos estados onde ele havia autorizado as forças armadas imporem restrição do direito ao voto.

Quando se consideram as circunstâncias em torno da aprovação da lei do *Posse Comitatus* de 1878, parece claro que a lei, que especificava multas ou prisão para quem empregasse o Exército (como Força Armada federal) para impor o acatamento às leis civis sem a expressa autorização do Congresso, tinha a intenção de impor o princípio constitucional da separação entre as esferas de autoridade consideradas próprias das forças militares e as consideradas próprias das agências de policiamento civis. É importante observar que a lei torna ilegal “o emprego de qualquer parte do Exército dos EUA como *posse comitatus* ou com o propósito de impor as leis, *exceto sob circunstâncias*



Área perto de Leipzig onde os nazistas aniquilaram 250 trabalhadores poloneses e franceses em um incêndio no dia 19 de abril de 1945.

*tais em que o emprego seja expressamente autorizado pela Constituição ou por um ato do Congresso” e que, pela sua linguagem relativamente simples:*

- subordina o militar firmemente ao controle civil (na forma de representantes civis eleitos para Congresso), e à regra da lei constitucional, impedindo o militar de operar na esfera da autoridade própria das agências de policiamento civil sob circunstâncias ordinárias e, simultaneamente, deixa o caminho aberto para o uso autorizado das Forças Armadas federais para propósitos relacionados com a imposição da lei civil, à critério do Congresso, em sua capacidade como representante eleito do povo americano, caso surjam circunstâncias extraordinárias.

Acredito que foram propositadamente, e sabiamente, deixadas sem especificação as “circunstâncias extraordinárias” sob as quais o Congresso pode autorizar o emprego das Forças Armadas, porque a permanência de uma lei pode ser bem maior do que a capacidade dos legisladores que a criam preverem todas as circunstâncias à qual ela se aplicaria.

Entre as circunstâncias que o Congresso de 1878 — que podia considerar-se bem (senão completamente) protegido de ataques estrangeiros devido aos mares e ao território — não podia ter previsto, era a

chegada da guerra terrorista em solo americano com combatentes ilegais, servindo estados patrocinadores ou organizações internacionais terroristas, escondidos entre a população civil e sendo até mesmo cidadãos americanos. Mas esta não é a primeira vez em que os americanos têm que pesar os seus direitos civis contra a necessidade de intervenção militar em situações radicais. Há mais de dois séculos, para assegurar os direitos civis básicos, que os americanos sentiam estar sendo negados pelos colonos britânicos, o Congresso Continental engoliu a sua desconfiança por exércitos permanentes e decidiu criar um próprio, sob o controle civil, debaixo do “olho ciumento” com o qual Samuel Adams sugeriu que devesse ser visto. Os seus descendentes, os cidadãos americanos de hoje, herdaram a desconfiança da intrusão militar em suas vidas cotidianas, mesmo quando ostensivamente para a sua própria proteção. Essa desconfiança se tornou, praticamente, um reflexo inconsciente entre a grande facção política liberal americana, assim como entre os grupos da extrema direita da ala do libertarianismo. Tanto quanto se possa generalizar a respeito do temperamento político de uma população tão heterogênea quanto a dos EUA, parece-me que os americanos têm a tendência de considerar os direitos

civis vs. a questão da necessidade militar como uma equação a ser delicadamente equilibrada ao invés de uma proposta radical *tudo ou nada*. Um Acordo de Segredos Oficiais (*Official Secrets Act*), tal como os ingleses formalizaram durante a IIGM seria considerado, por grande parte da população nos EUA, como uma intromissão inaceitável nos direitos relativos à liberdade de imprensa, ou, mais precisamente, no que considera ser o seu direito de informação a respeito de como o governo está usando o Exército em tempos de guerra, apesar do temor de que uma cobertura detalhada da mídia sobre os engajamentos militares possa informar sobre o volume, a composição, a condição e a disposição das forças armadas combatentes. Quaisquer manobras que pudessem ser interpretadas como uma tentativa para uma futura imposição de lei marcial provavelmente seriam recebidas com protes-

***A flexibilidade que o governo dos EUA pode necessitar para desdobrar forças militares para conter o terrorismo em solo americano pode ser encontrada, sem dificuldade, dentro da já expandida lei do Posse Comitatus. Essa mesma flexibilidade permite à sociedade americana impor limites à intrusão dos militares em assuntos civis — contanto que não interfiram com o enfrentamento das ameaças contra a segurança da nação, proporcional a cada ameaça.***

tos e até desobediência civil, mesmo que a intenção fosse genuinamente a de aumentar a segurança com relação a ataques por inimigos inescrupulosos agindo deliberadamente contra cidadãos indefesos. De fato, já existe grande reclamação contra as numerosas imposições sendo adotadas contra a privacidade pessoal sob o controverso *Patriot Act*, incluindo o acesso governamental a registros bibliotecários de material lido rotineiramente pelo público.

Não é de surpreender, portanto, que a mera sugestão de que seja revogada a lei do *Posse Comitatus* não tenha o apoio entusiasta do público, muito menos a sua aceitação. De qualquer forma, nem a revogação ou cancelamento dela seriam necessários para nos “desatar as mãos” para proteger a população civil americana no evento de ataques terroristas em território americano. Isso porque já existem leis aprovadas pelo Congresso que relaxam muitas das suas restrições. Por exemplo, o Comando Conjunto das Forças Armadas (*Joint Forces Command — JFCOM*), pode agora coordenar e desdobrar forças militares para combater o terrorismo no território continental dos EUA, assim

como para apoiar autoridades civis. A lei do *Posse Comitatus* tem sido tão pouco invocada que as cortes tem pouquíssima jurisprudência, deixando aberta a sua interpretação de acordo com as circunstâncias. Atualmente, ela serve mais como o que chamo de uma “lei sentinela”, a primeira linha de defesa contra a revogação de um importante direito constitucional. Mas, embora o que a lei represente possa ser em grande parte simbólico, esse direito fundamental americano que ela protege, do controle civil sobre o militar, é tão zelosamente guardado pela cidadania que seria pouco aconselhável para qualquer administração presidencial sequer ameaçá-lo.

Não são apenas os sentimentos dos cidadãos americanos a se considerar neste caso. Historicamente, as situações durante as quais os militares dos EUA foram usados em contravenção ao espírito da lei do *Posse Comitatus* são consideradas pelo nosso Exército como entre os seus melhores momentos. Os soldados dos EUA não são normalmente adestrados para tal serviço e existem argumentos no sentido de que usá-los na capacidade de policiais civis pode entorpecer a sua “vantagem” como combatentes e isso deveria ser seriamente contemplado. Conversas ao acaso com soldados da ativa e veteranos conhecidos meus têm revelado que os membros deste pequeno e possivelmente preconceituoso grupo, quase que na maioria, repudiam a idéia de tal serviço. Durante emergências internas, está comprovado que a sociedade americana tem aceitado melhor, historicamente, a presença dos serviços que melhor a representam — A Guarda Nacional e a Guarda Costeira. Esta última descende de quatro agências governamentais, cada uma estabelecida para propósitos específicos de policiamento (*U.S. Lighthouse Service, Revenue Cutter Service, Steamboat Inspection Service* e o *Bureau of Navigation*). Embora possa ficar sob o comando da Marinha em tempo de guerra, a Guarda Costeira tem operado em tempo de paz principalmente sob o Departamento do Tesouro dos EUA (*U.S. Department of the Treasury*), e, até recentemente, sob o Departamento de Transporte (*Department of Transportation*). Assim, a Guarda Costeira dos EUA foi, e continua a ser, isenta das restrições da lei do *Posse Comitatus*.

No dia 1 de março de 2003, a Guarda Costeira dos EUA tornou-se a agência líder do novo estabelecido Departamento de Segurança da Pátria (*Department of Homeland Security*).

O emprego da Guarda Costeira, em conjunto com meios do Departamento de Defesa, militares, de inteligência dos EUA e estrangeiros, em operações de interdição de drogas e outros contrabandos (como no caso das operações de interdição de drogas da Força-

Tarefa Inter-agência Combinada — *Joint Interagency Task Force — JIATF*) lhe cabe bem, por ser um serviço, historicamente, de índole civil, com uma antiga e estabelecida autoridade para impor a lei no mar. Ela também tem capacidades militares e ocupa o espaço entre as forças armadas e as agências civis de policiamento de maneira considerada muito mais natural para todos, do que seria uma presença sobretudo militar em aspectos da vida civil, contrária aos conceitos tanto dos militares quanto da população dos EUA. Embora dispendioso em termos de coordenação, este é o uso mais eficiente das forças militares, do policiamento civil, dos recursos de inteligência e das capacidades dos serviços irmãos e dos governos das Américas do Sul e Central, cooperando para cumprir uma missão com mútuos benefícios, de maneira legal e eficaz, dentro dos parâmetros criados para todos pela lei do *Posse Comitatus*.

Um exemplo recente deste tipo de cooperação entre o Serviço Alfandegário (*U.S. Customs*) e a Marinha dos EUA resultou na “maior apreensão de cocaína na história marítima”.<sup>1</sup> Uma nave pesqueira, registrada em Belize, com mais de 600 toneladas métricas de cocaína a bordo, foi primeiro avistada por uma aeronave do Serviço Alfandegário dos EUA e monitorada por uma aeronave *Hercules C-130* da Guarda Costeira americana em águas ao sul de Acapulco, no México, “tradicionalmente conhecidas por não serem águas pesqueiras.” O barco foi então interceptado por um destróier da Marinha dos EUA, que conduzia operações contra o contrabando de drogas na área, com um destacamento de policiamento da Guarda Costeira (*law enforcement detachment — LEDET*), a bordo. A presença de um *LEDET* da Guarda Costeira é crucial ao cumprimento de tais missões porque seria considerado um ato de guerra se o pessoal da Marinha abordasse uma embarcação privada. Um *LEDET* operando desde uma plataforma da Marinha pode, porém, abordar tais embarcações para impor a lei no alto mar, de acordo com o decreto *14USC89*. Nesse caso, a descoberta e apreensão da cocaína em um compartimento secreto da nave foi feita por uma equipe de um cúter de médio alcance da Guarda Costeira (usado para policiamento nos mares mas que não tem a velocidade ou sofisticação eletrônica para tomar parte em operações militares conjuntas).

Tais ações integradas entre a Guarda Costeira, a Marinha, a Alfândega, o *Drug Enforcement Administration — DEA* (agência antidrogas dos EUA), e o *FBI* são coordenadas como *Joint Interagency Forces* (forças combinadas inter-agências) sob a direção do Comandante da Guarda Costeira dos EUA e têm tido sucesso com a cooperação dos governos das nações da América Latina, incluindo a Bolívia e o Peru. As

operações de detecção aérea de monitoramento contra drogas do JIATF Leste são lançadas desde bases no território continental dos EUA e de Locais Avançados (*Forward Locations*) e Áreas de Operações Avançadas (*Forward Operating Sites*) no Caribe e na América do Sul.<sup>2</sup>

Claramente, o governo dos EUA não tem as mãos atadas pelas restrições da lei do *Posse Comitatus* já que existe suficiente amplitude nas leis dos EUA e internacionais que permitem o tipo de interoperabilidade altamente eficiente, descrito acima, entre as agências internas e até estrangeiras, militares e civis de policiamento. Além disso, alterações recentes na

*Outros assuntos precisando ser esclarecidos com urgência são: —Quais categorias de informação podem ser divulgadas e quais não. —Sob quais condições podem ser divulgadas e coletadas. —Quais os direitos de serem notificadas e que outras proteções legais que têm as pessoas sob suspeita como resultado da divulgação de tal informação.*

lei americana (mudanças na política do uso da força que permitem que a Guarda Costeira faça disparos de advertência e para desabilitar embarcações suspeitas de contrabando de drogas; provisões em tratados internacionais permitindo-lhe apoiar o adestramento de pessoal na interdição de drogas em países anfitriões no Caribe) e mudanças organizacionais afetando como e quando certas unidades militares podem ser empregadas dentro das fronteiras do território dos EUA, têm aumentado essa amplitude. A flexibilidade que o governo dos EUA pode necessitar para desdobrar forças militares para conter o terrorismo em solo americano pode ser encontrada, sem dificuldade, dentro da já expandida lei do *Posse Comitatus*. Essa mesma flexibilidade permite à sociedade americana impor limites à intrusão dos militares em assuntos civis — contanto que não interfiram com o enfrentamento das ameaças contra a segurança da nação, proporcional a cada ameaça.

Naturalmente, em termos legais, o assunto não é assim tão simples. Não se trata apenas escolher quando se quer ou não invocar a lei do *Posse Comitatus*. Por um lado, cada vez que se invoca e interpreta a lei, de maneira estrita ou não, são criados precedentes que irão complicar as condições sob as quais se poderá invocar no futuro. Pode até ser que em certos casos em que *não* se invoca a lei estes sejam considerados como precedentes legais.

Embora a lei do *Posse Comitatus* tivesse a clara intenção de ser utilizada naqueles casos em que o militar é empregado para executar as funções da polícia civil, pode ser necessário um esclarecimento maior, talvez na forma de emendas que especifiquem, no mínimo, que:

- os serviços militares (com exceção da Guarda Costeira e outras agências governamentais, que normalmente agem no policiamento) sejam proibidos de agir como *Posse Comitatus* exceto durante emergências nacionais quando a proteção de civis e propriedades esteja além da capacidade das agências de policiamento civis e...

- a aplicação do *Posse Comitatus* seja temporária, o tempo suficiente apenas para dissuadir a ameaça e para não se tornar uma aplicação permanente ou indefinida.

Sob tal critério, a ameaça do terrorismo que agora existe, depois do 11 de setembro na América, seria considerada um problema a longo prazo, sob o qual uma aplicação também duradoura da lei do *Posse Comitatus* não seria uma solução aceitável. Porém, um ato específico de terrorismo que envolva o uso de armas de destruição em massa em território americano poderia ser a base para uma breve aplicação da lei do *Posse Comitatus*.

Mais que nada, tais emendas abordariam o que consideramos ser um grande problema constitucional — como pode ser feita a divulgação de informações entre agências militares e de policiamento civis para conter ou dissuadir atos terroristas em solo americano sem interferir com os nossos direitos fundamentalmente constitucionais de liberdade de religião, de imprensa e associação e contra buscas e apreensões ilegais, etc.

Outros assuntos precisando ser esclarecidos com urgência são:

- Quais categorias de informação podem ser divulgadas e quais não.

- Sob quais condições podem ser divulgadas e coletadas.

- Quais os direitos de serem notificadas e que outras proteções legais que têm as pessoas sob suspeita como resultado da divulgação de tal informação.

O policiamento dentro das restrições de tais provisões sofreria pelo aumento significativo da complexidade operacional. Entre outras coisas, as operações conjuntas complexas exigem um entendimento claro por parte de todos os interessados sobre suas várias responsabilidades (da aeronave *P-3* da Marinha que identifica uma embarcação com contrabando; do *LEDET* da Guarda Costeira ou de outra nave ou helicóptero que a interdita; do *DEA* ou dos agentes alfandegários que se ocupam do caso uma vez em território americano; da jurisdição onde será julgado cada caso e; do próprio Congresso, que estabelece a política de interdição de drogas). Mas, por fomentar uma cooperação flexível inter-agências e intergovernamental, a lei do *Posse Comitatus* oferece meios melhores e maiores para prover a segurança nacional do que a dificulta. Enquanto permaneça como lei, os limites no emprego de nossas forças militares, que podem ter sido expandidos para enfrentar a ameaça do terrorismo em solo americano, podem ser outra vez minimizados, pelo menos até certo ponto, uma vez passado o perigo. Enquanto a lei do *Posse Comitatus* não puder ser revogada, pelo menos não de forma permanente, o controle civil deve permanecer como a lei nacional. **MR**

---

## Referências

1. Scott Sutherland, *U.S. Navy Assists Coast Guard, U.S. Customs with Record Maritime Cocaine Seizure*, jornal *San Diego News*.
2. <http://www.whitehousedrugpolicy.gov/publications/gcip/appendix.html>, *Methodology used to Develop the General Counterdrug Intelligence Plan*.

---

*A doutora Davida Kellogg é Professora de Ciências Militares na University of Maine em Orono. Tem três títulos em ciências naturais da Columbia University. Em 1992, foi convidada para ser membro do departamento de história militar da Academia Militar dos EUA em West Point; ensinou história militar e atualmente ensina ética militar aos integrantes do Corpo de Adestramento de Oficiais da Reserva (ROTC) do Exército dos EUA. Foi assessora em cursos de navegação e operações navais para o programa ROTC da Marinha dos EUA. Tem sido contribuinte regular na conferência anual "Conferência da Ética Profissional das Instituições Conjuntas" (JSCOPE) nos últimos sete anos. A Military Review teve o prazer de publicar o artigo pela doutora Kellogg "Jus Post Bellum: La Importancia de los Juicios de los Crímenes de Guerra no exemplar de março-abril de 2003, em espanhol.*

*O Tenente Eirik Kellog, do Componente de Reserva da Guarda Costeira dos EUA (U.S.Coast Guard— USCG) ingressou em 1996 na Academia da Guarda Costeira dos EUA e foi oficial de armas no cutter Gallatin da Guarda Costeira conduzindo operações JIATF-Leste na área do Caribe no final da década de 90. Atualmente, exerce função no QG da USCG em Washington D.C.*

# Crianças- Soldados

Dr. P. W. Singer

*É imoral adultos fazerem crianças entrar em combate por eles...Simplesmente não há desculpa, nem um argumento aceitável para prover crianças com armas.*

— Arcebispo Desmond Tutu<sup>1</sup>

**N**ÃO HÁ DESCULPA moral pelo fato de enviar crianças para a guerra, mas a triste realidade é que essa prática é comum na guerra moderna. Mais ou menos 300.000 crianças, com menos de 18 anos (meninos e meninas), são agora combatentes, lutando em aproximadamente 75% dos conflitos do mundo.<sup>2</sup>

Entre as violações dos direitos humanos cometidas pelo ditador Saddam Hussein estava sua política de recrutar crianças para as Forças Armadas do Iraque, uma violação clara da lei internacional e das normas morais.<sup>3</sup> Tropas americanas e aliadas já tiveram de enfrentar crianças-soldados nas lutas em Karbala e Nasariyah.<sup>4</sup>

Desde os meados da década de 1990, milhares de meninos iraquianos participaram de campos de férias de estilo militar. Durante três semanas, meninos de apenas 10 anos, participavam de exercícios de ordem unida, aprendiam a usar pequenas armas e recebiam altas doses de doutrinação sobre a política *Ba'ath*. Os campos recebiam nomes dos eventos atuais mais conhecidos para auxiliar a galvanizar o recrutamento e acrescentar um efeito político. Por exemplo, a série de campos de férias de verão de 2001 foi chamada de *Al Aqsa Intifada* para ligá-la ao simbolismo da insurreição palestina que teve início naquele ano.<sup>5</sup> A partir de 1998, os militares conduziram uma série de programas de treinamento e preparação militar voltada para toda a população iraquiana, inclusive meninos com apenas 15 anos. As sessões de preparação eram de 2 horas diárias durante um período de 40 dias, com treinamentos de ordem unida e do uso de pequenas armas.

As razões do regime *Ba'ath* para o treinamento e recrutamento de crianças eram múltiplas. Um método comum empregado pelos regimes totalitários para não

perder o controle é militarizar a sociedade e mantê-la em constante pé de guerra. Tais ações permitem a existência de uma hierarquia controladora e ajudam a desviar as tensões internas para os inimigos externos. O regime de Hussein não era uma exceção. Dos 22 milhões de cidadãos, aproximadamente a metade da população iraquiana (11 milhões) tem menos de 18 anos de idade. Essa significativa massa juvenil, se não fosse organizada, representava um grande grupo de forças em potencial e uma ameaça para a obtenção dos objetivos do regime. Ainda mais importante, recrutar, treinar e doutrinar crianças oferecia uma melhor oportunidade para a aceitação do regime pela sociedade.

Além de aumentar os programas de treinamento, o regime iraquiano organizou várias unidades de crianças-soldados. A primeira parecia ser parte do movimento *Futuwwah* (Vanguarda Jovem), uma iniciativa do partido *Ba'ath*, formado no final dos anos 70 com o objetivo de criar uma organização paramilitar entre crianças do segundo grau. Neste programa dirigido pelo governo, crianças a partir de 12 anos eram organizadas em unidades e recebiam treinamento militar e doutrinação política. Unidades pertencentes a esta força foram desdobradas durante a guerra contra o Irã entre 1983 e 1985, quando o Iraque começava a perder.<sup>6</sup>

O *Ashbal Saddam* (os Leõezinhos de Saddam), uma organização mais recente, foi formada em 1991 após a derrota do Iraque na Guerra do Golfo Pérsico, quando o regime começou a perder um pouco do seu poder.<sup>7</sup> Meninos, entre 10 e 15 anos, que haviam participado de campos de treinamento militar e que haviam aprendido a usar pequenas armas e táticas de infantaria, formavam o *Ashbal Saddam*. Esses campos tinham uma reputação de treinamento militar e doutrinação política muito intensa, de até 14 horas por dia. Também eram empregadas severas técnicas de treinamento, como espancamento e atos de crueldade contra os animais, cuja meta era dessensibilizar a juventude para a violência. O número exato de meninos no grupo *Ashbal Saddam* é desconhecido, mas calcula-se

que havia 8.000 membros apenas em Bagdá.

O programa *Ashbal Saddam* preparava indivíduos para o grupo paramilitar *Fedayeen Saddam* (Homens de Sacrifício de Saddam).<sup>8</sup> Os *Fedayeen* recentemente apareceram na frente de combate no Sul do Iraque, onde seu inesperado nível de resistência e disposição para violar os códigos de guerra (por exemplo, rendições falsas e o uso de civis como escudos) complicaram o progresso inicial das forças americanas e sua capacidade de proteger os eixos de suprimento. Originalmente, o grupo *Fedayeen Saddam* foi formado para oferecer um nível adicional de proteção e segurança ao regime e como um órgão para intimidar o povo em geral. Os *Fedayeen* informavam diretamente ao palácio presidencial, ao invés do Exército ou à Guarda Republicana. Seus membros eram especialmente recrutados de regiões e tribos consideradas as mais leais à família Hussein. Existem boatos que, dentre os *Fedayeen*, existia uma unidade especial conhecida como Esquadrão da Morte, que executava os suspeitos de se oporem ao regime, freqüentemente dentro da própria casa das vítimas.<sup>9</sup>

O regime de Hussein não era o único no Iraque que usava crianças-soldados. Essas eram também encontradas nas várias forças de oposição. Por exemplo, aproximadamente 3.000 crianças serviam entre os Curdos.<sup>10</sup> Chegaram até organizar um batalhão de crianças chamado de *Tabura Zaroken Sehit Agit*

## Os Jovens de Hitler/Leõezinhos de Saddam

O melhor paralelo histórico para o uso das crianças-soldados são os Jovens de Hitler (*Hitler Jugend*) durante a II Guerra Mundial. A condição dos *Ashbal Saddam* e dos *Fedayeen* era semelhante a do *Jugend*, usados para inculcar lealdade política e atuar como um fornecedor de combatentes para as forças de segurança do regime e unidades como as SS. Em 1945, quando as forças aliadas entraram na Alemanha, o regime de Hitler ficou desesperado, passando a empregar o referido grupo em combate. Os *Jugend* estavam organizados em pequenas unidades, desdobrados para desorganizar e retardar o avanço das forças aliadas e para ser a base nas guerrilhas de longa duração.<sup>11</sup>

Da mesma forma, a preocupação com o grupo *Ashbal Saddam* e outros grupos de jovens iraquianos armados surge quando passam da fase de recrutamento para a de desdobramento. As situações mais prováveis de serem encontrados são quando as tropas americanas entram nas cidades iraquianas. As primeiras indicações dessa estratégia ocorreram nas semanas iniciais de combate no Sul. Porém, as forças dos EUA e as aliadas devem permanecer alertas quanto à probabilidade de crianças executarem ataques terroristas contra as instalações na retaguarda, especialmente nos territórios recentemente ocupados.

Dado os altos níveis de doutrinação política que as crianças-soldados recebem, o fluxo da guerra e a disso-

lução da resistência do Exército regular iraquiano talvez não tenham ligação com as ações de indivíduos ou das unidades de crianças-soldados. Se a história confirmar a verdade, os mais prováveis incidentes ocorrerão nas etapas finais da guerra, talvez mesmo quando a guerra pareça ter terminado. Os incidentes talvez se estendam ao período de ocupação, fazendo que o processo de levantamento dos integrantes do movimento *Ashbal Saddam* seja parte essencial do processo de eliminação do regime *Ba'athist*.

Devido à enorme vantagem das forças americanas, as crianças-soldados iraquianas não alterarão a conclusão final estratégica. Entretanto, experiências ao redor do mundo demonstram que as crianças são combatentes eficazes e, com freqüência, operam com uma audácia assustadora, em particular quando estão cheios de fervor religioso ou político ou sob a influência de narcóticos. E, no campo de batalha, acrescentam maior confusão ao combate. Tais unidades podem retardar o progresso das forças americanas, principalmente nas áreas urbanas, causando, desnecessariamente, mais baixas em ambos os lados.

Para as forças profissionais, as crianças-soldados apresentam um dilema essencial, talvez mais complicado ainda que o assunto de baixas civis. Tradicionalmente, as crianças são analisadas fora do contexto da guerra. No entanto, agora se converteram em potenciais ameaças para as vidas e missões dos soldados. Seu uso como soldados apresenta duas preocupações adicionais. Em primeiro lugar, as crianças não são vistas como inimigos odiados. Os soldados americanos normalmente exibem uma grande empatia pelas crianças em países que estão sendo avassalados pela guerra. Conseqüentemente, os enfrentamentos com crianças-soldados podem ser incrivelmente desmoralizantes para as tropas profissionais e podem, além disso, afetar a coesão da unidade. O dilema ou a controvérsia, por exemplo, sobre as ações aliadas empreendidas contra o movimento *Hitler Jugend* em 1945 foi pequeno. Os jovens estavam combatendo para defender um regime absolutamente cruel, e a crença geral entre os aliados era que o regime de Hitler devia ser totalmente derrotado. Contudo, a experiência de combater contra o *Jugend* foi tão desconcertante para as FA americanas que o moral caiu a um dos pontos mais baixos da guerra.<sup>12</sup> O mesmo aconteceu com as forças britânicas na África Ocidental em 2001. Houve graves problemas de depressão clínica e estresse pós-traumático entre os soldados que haviam enfrentado as crianças-soldados.<sup>13</sup>

Uma segunda consideração é o pesadelo de comunicação pública que rodeia o uso de crianças-soldados. Nas informações sobre os engajamentos iniciais com crianças-soldados, tanto a imprensa árabe como a internacional enfocou sua reportagem nos soldados americanos disparando contra as crianças iraquianas, ao invés de focalizar no contexto que forçou as tropas americanas a realizar esse terrível ato. As crianças foram retratadas

como vítimas heróicas defendendo seus lares, enfrentando o Goliás americano. A imagem, obviamente, compromete os esforços norte-americanos para demonstrar a retidão de uma causa ou o cuidado especial que as forças americanas ou aliadas aplicam para proteger os inocentes. As possíveis repercussões poderiam afetar o apoio, já tênue, dos aliados regionais e levar outros a não prestar auxílio aos EUA na maior guerra contra o terrorismo. A repercussão ainda poderia aumentar o apoio popular e o recrutamento de grupos terroristas, como a Al-Qaeda, que poderiam justificar suas ações como uma vingança pelos jovens. Finalmente, o efeito causado pelas fotografias dos pequenos corpos poderia converter-se em uma poderosa arma para o criticismo do congresso e para aqueles que se opõem à guerra.<sup>14</sup> Esses pontos enfatizam a assertiva de que a força militar somente deve ser empregada onde e quando os objetivos podem ser justificados.

### Sugestões da Política

No Iraque e em outros lugares onde há tropas desdobradas para combater o terrorismo, os soldados norte-americanos enfrentam sérias e reais ameaças por parte de oponentes que, em geral, eles mesmos não querem ferir. Crianças-soldados, em conjunto com a simplicidade e a letalidade cada vez maior das pequenas armas modernas, podem representar uma grande ameaça militar. Para evitar qualquer confusão, regras de engajamento devem ser estabelecidas para tratar com crianças-soldados. Para evitar o choque referente à natureza e às táticas do adversário (como supostamente aconteceu com os *Fadayeen*) e para manter a capacidade de reação rápida, os brífins de inteligência apresentados pelas forças americanas devem preparar os soldados para a possibilidade de combater contra crianças-soldados. A menor hesitação pode causar a morte de um soldado americano.

Como exemplo da possibilidade de grande dano, em 2002, as forças britânicas operando na África Ocidental, não estavam preparadas para enfrentar tais situações. Certa ocasião, uma patrulha inteira foi capturada devido à falta do estabelecimento de regras de engajamento por seu comandante e à falta de vontade de disparar contra "crianças armadas com fuzis AK"<sup>15</sup> Apesar da sua objeção moral, as escolhas táticas do comandante ameaçaram sua inteira missão e poderiam ter causado mais mortes. (Sua patrulha foi posteriormente resgatada por uma operação das SAS — Forças Especiais Britânicas — causando a morte de mais de 100 crianças-soldados e de um soldado britânico).

A verdade é que uma bala disparada de uma pistola carregada por um menino de 14 anos pode matar tão eficazmente como se fosse disparada da arma de um homem de 40 anos. Da mesma forma, uma bomba é uma bomba, não importa a idade do portador. O terrorista mais jovem que se tem conhecimento, foi um menino de 9 anos que levou uma bomba para um local eleitoral na Colômbia

em 1997. Quando as Forças americanas se desdobram em uma área onde, supostamente, existem crianças-soldados, devem ser mais cautelosas e procurar manter o oponente a uma distância maior.

Nem todas as crianças são ameaças e certamente não deveriam ser tratadas como alvos que devem ser destruídos, mas as medidas de proteção da força devem incluir a possibilidade ou probabilidade de crianças-soldados e crianças terroristas. As forças americanas devem mudar o costume de permitir que crianças brinquem livremente com os soldados nos pontos de controle. As crianças devem ser submetidas aos mesmos processos de inspeção que os adultos.

Quando as Forças americanas enfrentam crianças-soldados, o melhor método parece ser mantê-las a certa distância, disparando inicialmente para alertar e possivelmente dispersar suas unidades, as quais, com frequência, não são forças de combate coesas. De certa forma, isto é uma aplicação em micro-nível da guerra baseadas em efeitos, porém sem a dependência subjungente da alta tecnologia. Fogos de artilharia demonstrativos (inclusive fumaça) e vôos e fogos de helicópteros armados comprovaram ser eficazes para criar o choque necessário e dispersar as forças de crianças-soldados.<sup>16</sup> Quando forçadas a um engajamento aproximado, as forças deverão primeiramente eliminar qualquer líder adulto uma vez o controle exercido por ele, em geral, é o centro de gravidade.

É importante considerar que a eliminação total do inimigo nestas situações pode, em realidade, ter repercussões negativas. Isto é, nas confrontações contra crianças-soldados, as Forças americanas se beneficiam mais quando não causam danos letais. Portanto, as Forças dos EUA deveriam explorar, sempre que possível, as opções de emprego de armas não letais, que podem ser mais eficazes e humanas para tratar com crianças-soldados que os meios mais tradicionais. Certamente, o método acima citado evitaria o desgaste com a comunicação social, além de ajudar a solidificar o apoio político e público das operações em curso e os esforços a longo prazo.

As operações psicológicas (Op Psico) deveriam continuar sendo integradas aos esforços gerais contra a resistência iraquiana. Inclusive, deveriam ser especialmente planejadas para o emprego contra as unidades de crianças-soldados. Seu objetivo deveria ser convencer as crianças-soldados a deixar o combate e abandonar suas unidades, começando o processo de reabilitação e reintegração na sociedade. Deveriam ser realizados esforços para dissuadir os líderes adultos de usar crianças, lembrando-lhes que, da mesma forma que empregar armas de destruição de massa, empregar crianças para combater numa guerra é um crime de sérias conseqüências.

Além disso, as operações psicológicas deveriam procurar cortar pela raiz qualquer apoio à essa doutrina dentro da

sociedade iraquiana, ao citar o grande prejuízo que pode ser causado à geração seguinte em nome de uma causa perdida.

O inimigo que emprega crianças-soldados não deve ser derrotado apenas no campo de batalha. As forças armadas devem ainda implementar medidas para rapidamente acolher as crianças que fogem dessas condições, bem como os prisioneiros de guerra. Dessa forma, desfaz-se qualquer mito quanto à atuação americana e incentiva-se mais crianças-soldados a abandonar as forças de oposição. Assim que os soldados tiverem certeza que a criança não representa uma ameaça, deverão prover imediatamente qualquer necessidade que ela tenha, como alimento, roupas ou abrigo. Até então, a criança-soldado dependeu do seu grupo armado para satisfazer suas necessidades básicas, portanto, as Forças americanas devem preencher este vácuo. Para quebrar o sistema de controle que os forçou à guerra, as crianças devem ser mantidas separadas dos prisioneiros de guerra adultos. Assim que for possível, os soldados devem entregar a criança às organizações de saúde ou às não governamentais.

As Forças dos EUA devem, além disso, preocupar-se com a saúde de seu próprio pessoal, ao cuidar das seqüelas resultantes dos engajamentos com crianças-soldados. Certas unidades ou indivíduos talvez requeiram um tratamento especial pós-conflito, semelhante aos programas oferecidos pelas organizações policiais às vítimas de tiro-teio. Caso contrário, a necessidade de matar crianças

pode, no final das contas, abalar a coesão da unidade e a eficácia do combate.

As imagens apresentadas pela imprensa podem esmorecer o apoio nacional ou internacional. Este aspecto da guerra de informação, se não for bem conduzido, pode ser facilmente perdido. Os oficiais de comunicação social devem estar preparados para as repercussões de tais engajamentos. Ao explicar os acontecimentos que culminaram com a morte de crianças, os referidos oficiais devem dar ênfase às situações sob as quais ocorreram os eventos e a importância geral da missão. Os oficiais de comunicação social devem informar ao público que tudo está sendo feito para evitar que as crianças-soldados se convertam em baixas militares. Ao mesmo tempo o público deve compreender que as crianças-soldados armadas com *AK-47* são tão letais como os adultos. Enquanto isso, os oficiais de comunicação social devem tomar a iniciativa e por a culpa nos verdadeiros culpados, um regime que, ilegal e desonradamente, obriga as crianças a se converterem em guerreiros.

Em um nível mais amplo, o governo dos EUA e seus aliados devem educar o público e a comunidade internacional sobre este problema, enfatizando como o regime de Hussein criou intencionalmente este sistema sabendo que causaria a morte de jovens. Isto proporciona um novo ponto de partida para trabalhar contra esta prática generalizada em um foro internacional para que no futuro as forças norte-americanas não tenham de se preocupar em enfrentar crianças-soldados. **MR**

---

## Referências

1. Comentários do Arcebispo Desmond Tutu à Unidade de Crianças e Conflitos Armados, um projeto conjunto do Centro Legal da Criança e o Centro de Direitos Humanos da Universidade de Essex em 1999. Ver: *The Coalition to Stop the Use of Child Soldiers*, na Internet, endereço: [www.essex.ac.uk/armedconf/themes/child\\_soldiers/default.htm](http://www.essex.ac.uk/armedconf/themes/child_soldiers/default.htm). Tutu recebeu o Premio Nobel da Paz em 1984.
2. P.W. Singer, "Caution! Children At War," *Parameters* (Winter de 2001): pp. 40-56.
3. O Direito Internacional define a criança-soldado como qualquer criança menor de 18 anos que é recrutada numa organização armada e/ou envolvido na violência política.
4. Matthew Cox, "War Even Uglier When a Child is the Enemy," *USA Today*, 8 de abril de 2003; "Report: Marines Wounded in Fighting Late Wednesday in Iraq," Associated Press 27 de março de 2003.
5. Coalizão para Impedir o uso de Crianças-Soldados, *Child Soldiers 1379 Report* (2002): pp. 50-51.
6. Rãdda Barnen, *Save the Children*, Suécia. Base de dados de Guerra de Crianças, Investigador Principal: Henric Håggström, no endereço [www.rb.se:8082/www/childwar.nsf/HTML/Forsta?openDocument](http://www.rb.se:8082/www/childwar.nsf/HTML/Forsta?openDocument).
7. Coalizão para Impedir... 2002; Departamento de Estado dos EUA, "Iraq-State Department Report on 2000" (2001); Saddam 'Cubs' Start Military Training," *Agencia France Presse*, 22 de junho de 2002.
8. *Ibid.*
9. "Saddam's Martyrs," no site eletrônico [GlobalSecurity.org](http://GlobalSecurity.org), 12 de setembro de

- 2002; Sean Boyne, "Inside Saddam's Security Network," *Revista Jane's Intelligence Review*, 9 de julho de 1997.
10. Coalizão para Impedir, 2002.
11. Guido Knopp, *Hitler's Kinder* (Munique: C. Bertelsmann, 2000); Philip Baker, *Youth Led by Youth* (Londres: Vilmor Publications, 1989).
12. Ver Stephen Ambrose, *Citizen Soldiers: The U.S. Army from the Normandy Beaches to the Bulge to the Surrender of Germany*, 7 de junho, 1944 - 7 de maio, 1945 (Nova York: Simon & Schuster, 1997), capítulo 19.
13. Entrevistas do Autor, 2002.
14. Martin Indyk e Kenneth Pollack, "Lesson from a Future War with Iraq," Instituto Brookings Iraq Memo 4 (2 de novembro de 2002). O memorando informou que a simulação de jogo de guerra seria sobre uma potencial invasão do Iraque. O jogo de guerra foi executado entre os antigos líderes políticos e militares de maior hierarquia. Uma das importantes lições aprendidas consistiu na interação entre a exigência política e o julgamento militar na determinação do melhor ritmo das operações ofensivas.
15. Major Alan Marshall, no seu relatório, citado no Al Venter, "Sierra Leone: A Dis-reputable Debauchery," revista *Soldier of Fortune* (janeiro de 2001). Ver ainda Marie Colvin e James Clark, "How the Hi-Tech Army Fell Back on Law of the Jungle and Won," no jornal *The Sunday Times*, 17 de setembro de 2000.
16. Centro de Ameaças e Oportunidades Emergentes, "Child Soldiers: The Implications for U.S. Forces," Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA. Relatório do Seminário do Laboratório de Guerra (novembro de 2002).

---

*O Dr. Peter Warren Singer é bolsista Olin no Centro de Estudos Políticos Estrangeiros e Coordenador do Projeto Brookings sobre a Política Norte-Americana em relação ao Mundo Islâmico. Escreveu dois livros: Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry onde estuda o crescimento da indústria militar privada e Caution: Children at War, onde analisa o fenômeno da criança-soldado. O Dr. Singer já desempenhou funções no Gabinete do Secretário de Defesa da Força-Tarefa Balcãs e foi assessor do Laboratório de Combate do Corpo de Fuzileiros Navais estudando o fenômeno da criança-soldado.*

# EDIFÍCIOS FORTIFICADOS

## Arquitetura Controlada: Desafio para o Guerreiro Urbano

Tenente-Coronel (Res) Lester W. Grau, Exército dos EUA  
Tenente-Coronel (Res) Geoffrey Demarest, Exército dos EUA

**C**OMO FAZEM as cidades para controlar as suas populações? Como pode o militar se beneficiar (ou sofrer) com a atual tecnologia? De que maneira o planejamento urbano afeta a mobilidade, a resposta e a eficiência militar? Como deveriam os planejadores identificar e considerar a arquitetura controlada no planejamento de atividades urbanas? Quais os aspectos da tecnologia de controle que os militares deveriam adaptar e incorporar para propósitos militares?<sup>1</sup>

Em épocas passadas, as cidades foram planejadas para proteger os seus cidadãos de invasores estrangeiros. No entanto, existia também o propósito de proteger os cidadãos mais ricos e influentes das depredações dos criminosos ou dos tumultos da cidade. As comunidades cercadas são relativamente novas nos EUA, mas comuns em outras partes do mundo onde altas paredes com cacos de vidro no alto protegem as casas das classes média e alta.

Os planejadores de hoje não se preocupam em proteger as cidades contra conquistadores; o seu primeiro objetivo é, geralmente, o trânsito. Porém, onde a segurança é de suma importância, os planejadores procuram proteger os residentes e as propriedades de alto valor dos residentes mais agressivos da cidade. Os arquitetos unem-se aos planejadores para desenvolver maneiras sutis de controlar o acesso público a áreas residenciais

afluentas, assim como a edifícios governamentais, bancos, companhias de grande porte, áreas industriais e edifícios como palácios ou residências presidenciais. Enquanto o aspecto de controle do urbanismo interessa principalmente aos arquitetos, outros, como os planejadores da cidade, oficiais de segurança pública e profissionais militares, devem também se conscientizar dos aspectos de controle. Por exemplo, a força militar de um país poderá ter que apoiar a polícia e bombeiros ou capturar uma estrutura reforçada por tecnologia de ponta.

Esforços militares para recapturar importantes estruturas urbanas são, muitas vezes, espetaculares. Exemplos incluem: a operação de resgate em 1980 pelo Serviço Aéreo Especial Britânico (*British Special Air Service*) na embaixada do Irã em Londres; a incursão do Exército Colombiano em 1985 contra guerrilheiros que haviam invadido o Palácio de Justiça em Bogotá; e o resgate efetuado por militares peruanos na residência do embaixador do Japão em Lima, em 1997. Desde então, estruturas importantes têm sido adaptadas com maiores medidas de segurança e contêm nova arquitetura de controle. Edifícios fortificados (*hardened*) representam um novo desafio ao militar atacante, especialmente quando este deve limitar os danos colaterais.

## Arquitetura de Controle

As cidades têm, historicamente, controlado as suas populações restringindo o acesso; canalizando o movimento; colocando barracas militares ou estações de polícia e bombeiros em pontos críticos; coletando inteligência sobre elementos criminosos e dissidentes; modificando o comportamento público por meio de leis, religião e educação; controlando o acesso a produtos de consumo; segregando castas sociais, raças, classes e negociantes ameaçados em certos bairros; controlando o movimento em bairros e centros importantes; e mantendo um sistema de recompensas e punição para seus cidadãos. Quando estes esforços fracassam, os líderes da cidade pedem a assistência militar para restaurar a ordem. A tecnologia e os projetos modernos favorecem o controle urbano enquanto complicam o terreno no qual uma força militar poderá ter que operar.

A arquitetura de controle é o uso razoavelmente não obstrutivo de terreno, paisagem, estruturas, projeto e tecnologia para limitar o acesso, orientar o movimento, controlar e minimizar grupos, ou impedir a entrada a estruturas de alto valor, a centros urbanos, a áreas industriais e a afluentes áreas residenciais. Embora dando a impressão de melhorar o acesso a certas áreas, a arquitetura de controle, na verdade, permite que um pequeno elemento de segurança controle, ou impeça, o acesso. Os monitores de televisão detectam a presença de elementos indesejáveis, microfones monitoram conversas e operadores podem cortar a energia de escadas rolantes e elevadores remotamente ou ativar barreiras em rampas de acesso, eletronicamente. Guardas podem isolar e prender invasores dentro de uma área que aparenta ser um saguão normal. Muitos centros são auto-suficientes, tendo seus próprios suprimentos de água, comida e geradores de eletricidade. Embora primariamente construídos para resistir a ataques por parte de criminosos, terroristas e agitadores, os edifícios fortificados também resistem à força militar que tenta obter acesso.<sup>2</sup> Alvos militares em potencial, que são fortificados e já incorporam a arquitetura de controle, incluem torres de controle aéreo, prisões, edifícios governamentais, embaixadas e importantes zonas industriais. Embora não sejam normalmente considerados alvos militares, os modernos centros comerciais incorporam alguns aspectos da arquitetura de controle.

## Os Centros Comerciais

Os centros comerciais, — os assim chamados *shopping centers* — incorporam certa arquitetura de controle embora não possam suportar danos causados por um grande tumulto. A maioria está localizada nas partes mais sofisticadas da cidade, onde tumultos são inexistentes. Os planejadores projetam os centros comerciais para que as pessoas caminhem lentamente por

uma grande exposição de mercadorias, dissuadindo o roubo. Embora exista normalmente uma ou duas entradas principais para o centro comercial, que convergem em uma área de circulação principal (entradas para as áreas de cinemas e restaurantes), os planejadores constroem o centro e as áreas de estacionamento para que a maioria dos compradores entre por uma grande loja de departamentos. Esta quase nunca tem passagem direta ao corredor principal do centro. Os compradores têm que passar por corredores em ziguezague antes que possam chegar à área de circulação principal do centro. Os banheiros são localizados separadamente da área principal das lojas e das saídas para que ladrões não possam se utilizar dessa vantagem para se ausentarem, dissimuladamente, com o produto roubado.

O cliente está sendo vigiado desde o estacionamento. Circuitos fechados de televisão, monitorados desde uma central, (*closed circuit television cameras — CCTV*) rastreiam os compradores assim que eles chegam. O pessoal da segurança inspeciona os compradores na entrada, tentando identificar ladrões e indesejáveis por eles conhecidos assim como grupos problemáticos (geralmente adolescentes sem supervisão adulta) antes que entrem no shopping. Novos programas de software podem até identificar a fisionomia de criminosos conhecidos enquanto estes caminham pelos corredores e lojas. A supervisão avisa o pessoal da segurança para que vigie os elementos suspeitos. Pode haver policiais uniformizados presentes, mas a maioria da segurança nos centros comerciais está vestida à paisana. Controles eletrônicos nas saídas das lojas detectam itens com etiquetas de segurança que não foram devidamente desativadas. Cofres, alarmes silenciosos, escritórios segregados de contabilidade e carros blindados protegem grandes quantidades de dinheiro contra o roubo à mão armada. As grandes lojas também têm a sua própria equipe de segurança e salas de controle, além das do shopping.

Quando se fecha o centro comercial, os portões de segurança, sistemas de detecção de movimento e alarmas protegem cada loja. Portões especiais também isolam partes inteiras dos centros, deixando aberta a seção do cinema até tarde à noite. Os portões também oferecem rápida proteção no caso de tumultos. Se elementos problemáticos tentam se evadir com rapidez, têm que primeiro passar pelos corredores em ziguezague. Os estacionamentos, planejados para impedir uma fuga rápida, orientam o trânsito para algumas poucas saídas, onde a polícia pode chegar com presteza.

Embora não um alvo no sentido tradicional militar, um centro comercial pode ser um atraente alvo para ataque terrorista. A tecnologia de controle existente pode interferir no sucesso de ações terroristas, mas, infelizmente, também nos esforços anti-terroristas.

## Preparando para a Missão

Um esforço para tomar ou retomar uma estrutura grande que incorpore arquitetura de controle e tecnologias associadas exige uma força considerável, com elementos de assalto, segurança, apoio, comando e reserva. Missões deste tipo são normalmente demoradas e as forças têm que ser substituídas ou trabalhar em rodízio, regularmente. O apoio da logística é crítico. Os civis dentro da estrutura devem ser supridos com os cuidados médicos e psicológicos necessários, ser interrogados para coleta de inteligência e ser vigiados, para assegurar que nenhum elemento da força hostil tente escapar entre os civis libertados. O controle de multidões será um elemento a ser considerado. Deve-se manter a mídia informada, mas fora da linha de fogo. Líderes políticos locais e os serviços municipais, assim como o pessoal de assuntos civis, inteligência e de operações psicológicas, podem exercer papéis importantes de apoio.

Um assalto requer uma zona de concentração; um centro de operações táticas (*tactical operations center* — *TOC*); uma linha segura de comunicações desde o *TOC* e da zona de concentração até o objetivo; e uma rota segura para a logística. A parte crítica para a logística é quando ela entra na estrutura, seguindo a força de assalto. Uma vez que a força de assalto entra na estrutura, o esforço se torna logisticamente intensivo. O elemento de apoio deve prover suprimentos sem interrupção.

A força de assalto exige equipamento especial (coletes, máscaras protetoras, escudos balísticos, e armas especiais) e deve estar em excelente forma física para poder carregar este equipamento por toda parte. As submetralhadoras *Heckler & Koch MP-5*, lançadores de granada *SL-6* e *M203* e espingardas são as armas atuais de escolha para desimpedir edifícios. Munições de alta velocidade, como as usadas no *M16*, ricocheteiam com facilidade e aumentam o risco de fratricídio. As munições das espingardas vão desde cartuchos pouco letais *beanbag*, saquinhos contendo pequenas esferas de aço ou chumbo visando apenas deter, até a munição *00 buckshot* e *flechette* (contendo estilhaços que causam grande dano). A munição *Hydrashock* pode deter o inimigo sem penetrar as paredes que o separa do pessoal amigo. As balas *Stinger* (revestidas de borracha combinadas com agentes irritantes) são outra opção. Outros equipamentos especiais para a força de assalto podem incluir alavancas metálicas, machados, martelos, cordas, cordel detonante (para abrir portas de metal encaixadas em metal) e ferramentas de eletricitistas. Os joelhos e os cotovelos são facilmente machucados e uniformes com reforços acolchoados nessas áreas são necessários.

As comunicações podem ser um problema sério.

Edifícios altos interferem com sinais de transmissão de rádio FM e sistemas de linhas fixas podem ser mais confiáveis. No entanto, uma força de assalto não quer fios ou cabos arrastando-se por detrás dela. Telefones celulares ou rádios por satélite talvez forneçam uma solução parcial.<sup>3</sup>

A prevenção do fratricídio também é um assunto importante. A força de assalto deve consistir de pessoas que tenham treinado juntas e que se conheçam bem. Frequentemente, o melhor plano é ter um pelotão ou companhia desimpedindo um andar enquanto outro desimpede o andar seguinte e assim por diante. Fitas nos braços e senhas têm uso limitado no combate aproximado, mas o reconhecimento pessoal pode impedir uma tragédia. Visores térmicos também podem ajudar em um ambiente de cubículos e mobília modular.

As missões em uma cidade criam tensões, e até as tropas melhor condicionadas se cansam. Elas devem ser substituídas com regularidade. O período máximo para se deixar uma força de assalto em ação deve ser de 8 a 10 horas. Tropas cansadas cometem erros e esses erros podem ser fatais.<sup>4</sup>

## Prisões: As Arquiteturas Mais Controladas

Nem todas as estruturas são planejadas para ser convidativas. Paredes, torres e sistemas de vigilância em prisões, que mantêm dentro os prisioneiros, também podem manter fora uma força de assalto. Forças militares frequentemente apóiam a polícia civil na recuperação do controle de uma prisão. A restauração do controle pode ser um grande desafio, mas compreender como as prisões organizam a segurança pode ajudar o planejador consideravelmente.

A prisão contemporânea é um modelo imperfeito de uma cidade. A prisão tem áreas de trabalho e residenciais e outras para alimentação, educação, serviços religiosos, atenção médica, esportes e entretenimento. A prisão provê os serviços básicos de uma cidade, calefação, água, eletricidade, esgoto, saúde e segurança pública. Os guardas separam os prisioneiros problemáticos e os colocam em áreas de segurança máxima e controlam o trânsito entre as áreas residenciais e as outras com muito cuidado. Eles podem isolar distúrbios e desviar ou deter o trânsito com rapidez, acionando barreiras ou tornando as passagens mais estreitas. Circuitos fechados de televisão monitoram áreas comuns, principais e de trânsito.

Um software especializado pode identificar locais específicos e prover um extrato das atividades individuais dos prisioneiros e indicar onde estiveram em determinada hora do dia. Os administradores da prisão recompensam prisioneiros bem comportados com



prisão. Uma vez que essa instalação esteja sob controle, a força de assalto pode recuperar o controle da prisão seção por seção.<sup>5</sup>

## Lidando com a Arquitetura de Controle Fortificada

Centros comerciais, prisões, aeroportos, refinarias e outras estruturas de grandes proporções apresentam problemas singulares para o atacante militar, principalmente devido à aprimorada arquitetura de controle. Qualquer uma dessas estruturas poderia se tornar um objetivo militar, mas o maior teste é apresentado pelo edifício de múltiplos andares, fortificado pela arquitetura de controle. Tal edifício pode requerer um assalto sem o benefício do fogo indireto ou da aplicação liberal de altos explosivos. Edifícios fortificados são normalmente cercados até que o comandante possa determinar as melhores condições para um assalto. Muitas vezes existe a presença de não combatentes na estrutura e as regras de engajamento (*rules of engagement* — ROE) podem especificar um mínimo de danos colaterais. Uma força de assalto deve conduzir o seu ataque contra um edifício de andares múltiplos em quatro fases:

1. Preparar e isolar a área-alvo.
2. Entrar no edifício-alvo.
3. Conduzir operações dentro do edifício-alvo.
4. Reavaliar a situação uma vez recuperado o controle.

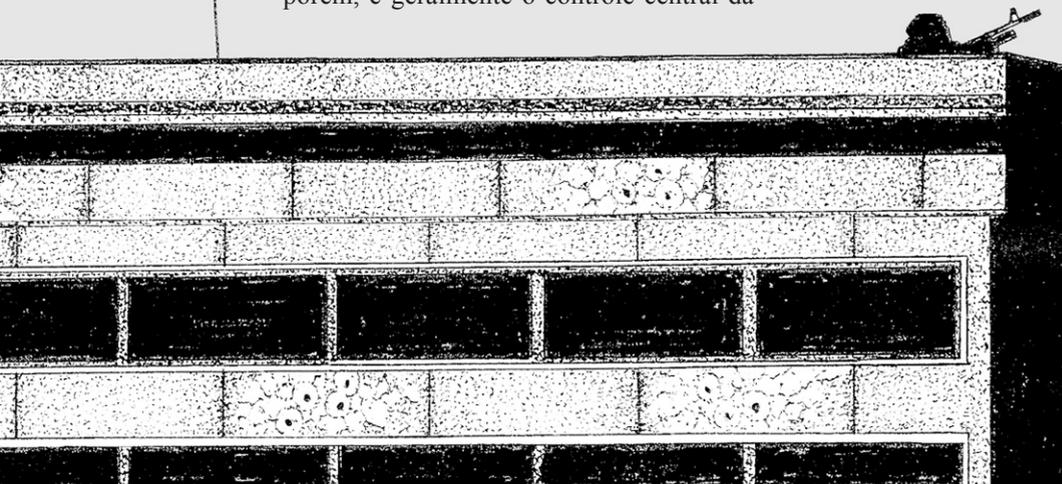
As segunda e terceira fases requerem ensaio, reajuste da estrutura da força e exercícios de combate.

**Preparar e isolar a área-alvo.** Edifícios com uma arquitetura de controle moderna são, quase que por definição, alvos altamente compensadores. Podem conter valores, tais como ouro ou outros instrumentos negociáveis; informações valiosas; ou conter instalações vitais de comando e controle. As estruturas principais em uma cidade protegida por uma arquitetura de controle moderna têm muito em comum. Elas têm sistemas redundantes de vigilância, com fontes de energia de emergência. Tanto espaço quanto possível rodeia os edifícios e podem ter muros à prova de explosivos para protegê-los. O paisagismo não interfere com a observação. Barreiras fixas ou que se elevam e obstáculos ou portões, controlam o acesso dos veículos. Elementos arquitetônicos controlam o acesso de pedestres e câmaras de vigilância monitoram as pessoas que se aproximam da área. Grandes vasos reforçados, moderna estatuária e mas-

promoções a classes mais privilegiadas — a unidade dos presos confiáveis — com acomodações melhores e separadas. Distintivos e braceletes com código de barras permitem aos prisioneiros moverem-se entre as seções, alimentarem-se, atenderem a eventos e programas e comprarem na loja da prisão, enquanto os guardas monitoram os seus movimentos simultaneamente.

A primeira ação para obter ou reaver o controle de uma prisão é a contenção. Os esforços de inteligência devem determinar o que está acontecendo, enquanto os negociadores ganham tempo. As torres da prisão são críticas ao esforço e geralmente são as últimas estruturas a cair nas mãos dos prisioneiros em tumulto. Elas provêm boas áreas de tiro e observação. As forças de assalto devem primeiro se apoderar das torres e ocupá-las com franco-atiradores. É raro que os prisioneiros tenham armas anticarro, assim, uma força de assalto com viaturas blindadas pode atravessar o espaço aberto ao redor da prisão para chegar até as torres. O centro de gravidade do edifício, porém, é geralmente o controle central da

Ilustrações: John E. Richards



tros de bandeiras geralmente bloqueiam as entradas para impedir que os veículos possam colidir contra a estrutura e as rotas de aproximação estão à plena vista e são monitoradas. As janelas são construídas mais alto que o normal para impedir que os ocupantes no interior dos escritórios possam vir a ser alvo de franco-atiradores e não oferecem peitorais, onde se possam colocar explosivos. Os medidores de gás são colocados em áreas seguras e as entradas de ar são construídas a alturas suficientes para impedir que se possa jogar substâncias dentro das mesmas.<sup>6</sup>

Uma vez dentro do edifício, a força de assalto pode controlar o acesso às áreas importantes pela limitação das vias de acesso e pelo uso de chaves de acesso, câmaras de vigilância e guardas. Estas estruturas usam muitas das mesmas características e dispositivos que fazem parte dos edifícios do governo dos EUA construídos depois do ataque em 1995, ao edifício *Murrah* em Oklahoma City, e dos ataques em 1998, às embaixadas no Quênia e na Tanzânia. Geralmente, edifícios militares e governamentais têm um amplo espaço separando-os — ou acessos distantes — da rua. Já os edifícios civis ou comerciais não costumam usar essas precauções, porque os donos querem atrair o público à procura dos lucros para os seus negócios e porque geralmente não podem arcar com as maiores despesas para comprar a área necessária para a maior segurança.<sup>7</sup> O reconhecimento e a inteligência são essenciais para o desenvolvimento de um panorama completo das defesas externas e dos movimentos — estruturas canalizantes, o plano de construção do edifício, postos de guardas, áreas de alto valor e áreas críticas dentro do prédio.

Quando uma força de assalto tem que retomar um edifício fortificado, deve também controlar o bairro em volta para impedir os reforços, comunicações e inteligência do inimigo. As forças de segurança procurando retomar um edifício ocupado podem usar barreiras nas ruas, pontos de controle de trânsito, patrulhas, franco-atiradores e helicópteros para isolar o edifício-alvo. Caso a força de assalto esteja tentando tomar o edifício de surpresa, não deve interferir com o fluxo normal do trânsito no bairro, até o último momento. O trânsito pedestre e o circuito fechado de TV do edifício-alvo tornarão difícil o controle do bairro sem divulgar a presença da força de segurança.<sup>8</sup>

**Entrar no Edifício-alvo.** Se possível, a força atacante não deve entrar no edifício-alvo pelas entradas normais. Os planejadores projetam a arquitetura de controle para impedir tais entradas. A segurança em edifícios fortificados protege contra a entrada ao nível da rua, mas a proteção é menor contra um assalto por cima. Pode haver entrada no edifício por meio de passagens secretas e subterrâneas e identificar e localizá-las

é importante para a força de assalto. Frequentemente, modernos equipamentos de serviços públicos, como de energia elétrica, água, gás e a rede de esgoto, são localizados em túneis de fácil acesso. As companhias públicas devem ter os planos, chaves e itinerários de manutenção para tais túneis.

Existem desvantagens em entrar num edifício por meio de um túnel. Uma entrada estreita e vagarosa cria tensão entre o pessoal de assalto, que tem que se locomover vestindo trajes especiais e carregando ferramentas e coletes à prova de bala pesando 25 quilos. Outrossim, se um túnel for a única entrada no edifício, terá que se tornar a via de duas mãos através da qual se transportarão os suprimentos. O túnel também talvez tenha que vir a ser a via de evacuação de baixas e não combatentes. Além disso, pode existir o perigo ambiental de derramamento ou escapamento de produtos químicos, como *PCBs* (*polychlorinated biphenyls*), dentro do túnel, particularmente em partes do mundo onde a inspeção de perigos contra o meio ambiente não seja rigorosa.

Descer de helicópteros por cordas é outra opção para entrar, suprir ou reabastecer uma força de assalto. Porém, o acesso desimpedido ao telhado não é sempre fácil de se obter — nem manter — particularmente à noite ou em meio a um péssimo estado do tempo.

À medida que a força se aproxima do edifício, pode ter de lidar com cortinas à prova de explosão; películas em janelas; vidro à prova de balas ou resistente às mesmas; sistemas de detecção de intrusos; e trancas de alta segurança. A força de assalto pode usar carros blindados para se aproximar do objetivo, criar pontos de entrada no edifício, facilitar a entrada inicial acima do térreo e prover os fogos de apoio ou de extração, caso fracasse o assalto. As viaturas blindadas normalmente atraem a atenção e a força pode usá-las nesse sentido, criando uma distração enquanto a principal força de assalto desce dos helicópteros pelas cordas, entra pela via subterrânea, ou cria um buraco no edifício com explosões controladas. A força também pode usar caminhões com equipamento elevador, do tipo empregado pelas companhias aéreas, para obter o acesso aos andares superiores.

**Conduzir operações dentro do edifício-alvo.** Uma vez dentro do edifício, a força pode se defrontar com portas de acesso controlado, áreas de trabalho protegidas, salas de diretores com acesso limitado, armários trancando o acesso ao controle das utilidades públicas, e sistemas de energia de emergência. Gás incapacitante pode encher as entradas e as passagens. Fumaça ou falta de luz podem dificultar a orientação. Pequenos grupos devem manobrar com rapidez para capturar pontos críticos em um edifício enquanto uma força de apoio enfrenta o restante da resistência. Geralmente, o centro operacional de controle, o centro de comando

de fogo, o controle de segurança e o centro de monitoração são encontrados nas proximidades uns dos outros e são alvos principais.<sup>9</sup>

O comandante deve ocupar o edifício com mais tropas à medida que a força de assalto o desimpeça. Um inimigo esperto pode atacar e causar algumas baixas à força de assalto, retroceder, e reocupar um andar assim que a força de ataque o abandona.<sup>10</sup> Dessa maneira, o inimigo pode forçar a força de assalto a se separar dos reforços ou da logística e provocar um combate sob os seus próprios termos.

**Reavaliar a situação uma vez recuperado o controle.** Uma vez que a força tenha o controle do edifício, as ações tomadas dependerão da situação, mas o comandante deve antecipar o que pode ocorrer a seguir. Além das tarefas de rotina de escoltar prisioneiros, tratar dos feridos e desimpedir o edifício, o comandante talvez tenha que ajudar os bombeiros; retirar documentos e outros materiais; restaurar utilidades; devolver o controle da instalação às autoridades civis; e deixar pessoal no local durante um tempo caso o inimigo tente outro ataque. A captura de um só edifício pode não ser a única missão de uma unidade militar. O planejador militar deve compreender o sistema urbano e de que maneira outras tecnologias de controle afetam a sua missão.

## Tecnologias Físicas, Eletrônicas e Organizacionais

Por muito tempo depois da construção inicial, o trabalho dos arquitetos, engenheiros e de outros planejadores urbanos continua influenciando o planejamento da segurança. Cada cidade tem uma herança singular e um plano urbano também singular com base na história evolutiva das suas propriedades e das ameaças à segurança dos seus cidadãos. O planejamento urbano é bem-sucedido quando leva em conta a ameaça e quando são gastos recursos suficientes a favor da segurança. Porém, com o passar do tempo, até mesmo as melhores estruturas se tornam relíquias. Tais estruturas também afetarão o planejamento militar, ofensivo e defensivo. As paredes e as vias de acesso antigas podem restringir ou canalizar movimentos e prover cobertura. Por outro lado, a urbanização pode freqüentemente ultrapassar os esforços dos planejadores, engenheiros e arquitetos da cidade que tentam vencer a violência. Em um terreno urbano moderno e espaçoso, não existe um passado de arquitetura com base na segurança. Os planejadores da cidade tentam controlar o crime por meio da vigilância, das operações de inteligência, do patrulhamento, da polícia e do acesso controlado.

O uso freqüente dos circuitos fechados de TV torna mais difícil o anonimato das atividades. A vigilância por meio desses sistemas é o substituto moderno do bom

(ou curioso) vizinho. A tecnologia da visão noturna e da vigilância, em helicópteros equipados com sensores de calor e câmeras de TV, aprimora as capacidades de vigilância da polícia. A onda milimétrica passiva (*passive millimeter-wave*) pode examinar pessoas a até 4 metros de distância e detectar contrabando, pacotes e armas ocultas por entre a roupa. A tecnologia aprimorada da vigilância permite à polícia dedicar menos tempo à investigação de crimes (o policiamento reativo) e mais tempo ao trabalho policial preventivo, na busca de elementos criminosos. Embora a maior parte do trabalho da polícia continue a ser reativo, o policiamento preventivo permite à polícia ignorar a maioria dos cidadãos honestos e decentes e se concentrar sobre grupos suspeitos.<sup>11</sup>

As modernas operações de inteligência da polícia complementam as funções dos policiais na rua e ajudam a confirmar, de uma maneira ou de outra, as informações recebidas dos informantes usados pelos mesmos. Computadores sofisticados e outras tecnologias eletrônicas têm papéis importantes. Os grampos automáticos de telefone (*telephone tapping*), o reconhecimento de voz (*voice recognition*), e o rastreamento eletrônico (*electronic tagging*) aumentam o poder e a confiabilidade da polícia. Algumas máquinas imitam as ações humanas ao monitorar atividades, detectar crimes e atender comunicações, permitindo aos policiais se dedicarem a outras funções.

A tecnologia informativa permite o acesso rápido a informações sobre os antecedentes, as transações em espécie, os registros de automóveis e o histórico referente ao crédito dos suspeitos. Já são comuns os aparelhos de leitura automática de impressões digitais e tecnologias biométricas estão sendo produzidas, que medirão e reconhecerão genes, odores, assinaturas, retinas, o DNA e rostos. Alguns aparelhos de escuta nem precisam estar dentro do local-alvo, bastando que estejam conectados à linha telefônica do usuário. Os computadores são capazes de rastrear dados sobre os suspeitos e de produzir gráficos (análise de conexões) de contatos que revelam quem se associa com quem.<sup>12</sup> Bancos de dados podem rastrear os membros de gangues e os padrões de comportamento; métodos criminosos operacionais; localização de criminosos e ex-presidiários conhecidos; e rotas de movimento através de várias áreas. O rastreamento de chamadas celulares e os sistemas de posicionamento globais por satélite (*global positioning satellites — GPS*), permitem à polícia descobrir o paradeiro de suspeitos. O software que traça perfis geográficos (*geographic profiling software*) compara os locais de crimes anteriores e, usando algorítmicos matemáticos, calcula as probabilidades da residência do suspeito.<sup>13</sup> O software de mapeamento da análise de crimes tem muito valor para prever onde e quando o ladrão de bancos

pode estar planejando atacar novamente. O software também pode identificar as áreas que exigem atenção durante o rezoneamento de cidades ou quando se alocam os recursos para o policiamento.<sup>14</sup>

A presença do policial e das viaturas em patrulha continua a ser um meio eficaz de reassurar os cidadãos honestos e de advertir àqueles cujas intenções são fazer o mal. Os alarmas, os circuitos fechados de TV e o patrulhamento aéreo apóiam o esforço das patrulhas. A tecnologia apoia a reação da polícia e provê vídeo ao vivo de crimes em andamento, dos locais das unidades nos bairros e dos dados pertinentes de inteligência.

A configuração das ruas tem um papel principal no controle do acesso às mesmas. Ela pode desencorajar a alta velocidade, reduzir a oportunidade de uma fuga rápida, e permitir identificar os motoristas que não têm familiaridade com as redondezas. De particular utilidade são as ruas sem saída. As ruas estreitas, os quebra-molas, o estacionamento sobre a rua e as ruas que vão se estreitando à medida que chegam aos cruzamentos, também afastam os estranhos.

## O Uso da Polícia Local

Equipes de armas e táticas especiais (*special weapons and tactics* — *SWAT*), ou unidades táticas operacionais (*tactical operations unit* — *TOU*) são um fenômeno relativamente novo no policiamento. Nos finais dos anos 60, o chefe da polícia da cidade de Los Angeles, na Califórnia, Daryl Gates, estabeleceu uma unidade de polícia paramilitar para lidar com franco-atiradores, terroristas e situações envolvendo reféns. Apesar de uma ampla resistência inicial, tais unidades são comuns agora. Já em 1995, 89 por cento das agências de policiamento servindo populações de 50.000 ou mais tinham forças *SWAT* ou *TOU*. Aproximadamente 20 por cento dos departamentos de polícia sem uma dessas unidades planejavam criar uma nos próximos anos. Dos 25.201 incidentes reportados envolvendo essas forças em 1995, apenas 1.3 por cento foram distúrbios civis, 0.09 por cento foram incidentes terroristas, 3.6 por cento envolveram situações com reféns, e 13.4 por cento envolveram pessoas que se haviam entrincheirado. A maioria foi para cumprir mandatos de prisão de alto risco, e o grosso disso envolvia drogas.<sup>15</sup> Muitas das casas que envolvem a venda ou a produção de drogas são fortemente armadas e melhor protegidas do que os domicílios comuns. A equipe *SWAT* local tem grande experiência para invadir e desimpedir pequenos edifícios protegidos.

Não existe um padrão para o equipamento usado pelas equipes *SWAT*, mas, nos EUA, elas costumam usar fuzis *M16*, porque são distribuídos gratuitamente pelo governo federal, às agências de polícia. Porém, a balística do projétil do *M16* não é apropriada para o

uso dentro de um edifício. Todas as equipes *SWAT* possuem espingardas, bem como todos os departamentos de polícia. A espingarda é tão comum quanto o revólver ou a pistola para o trabalho da polícia. A maioria das equipes *SWAT* prefere usar as espingardas junto com as pistolas e metralhadoras *MP5*.<sup>16</sup>

O passo inicial preferido pela força militar é a ligação com a polícia local. Mas isso nem sempre é possível. Se uma cidade tem uma equipe *SWAT*, essa equipe poderia tomar a dianteira enquanto a força militar provê o apoio. Caso a responsabilidade principal seja da força militar, a polícia poderia ajudar a lidar com edifícios e regiões em particular. A polícia conhece com intimidade o ambiente sociocultural e poderia ajudar a determinar as regras de engajamento, a força necessária e as reações previstas. A força militar traz muito poder de fogo e equipamento pesado à missão. A polícia pode modificar o poder de fogo e o equipamento para minimizar o seu efeito sobre a população civil.

## Um bom Mapa e os Projetos de Construção

Os mapas são essenciais para o planejamento, mas os mapas militares tradicionais são geralmente inúteis em uma cidade. São, com freqüência, ultrapassados, de escala errada, não possuem os nomes de ruas e foram preparados usando o sistema da Projeção Transversa de Mercator (*Universal Transverse Mercator* — *UTM*). Os dados de inteligência urbana normalmente referenciam endereços, cruzamentos de ruas, lojas e escritórios.

O planejador militar deve ter um bom mapa local da cidade e fotos aéreas. Porém, o mapa de cidade e as fotografias aéreas ainda não fornecem todos os dados essenciais para o planejador militar. Dados importantes que faltam podem incluir os materiais empregados e os padrões de construção para várias estruturas, como por exemplo: a espessura das paredes; os limites de peso de uma estrutura; os padrões de construção e quais edifícios os respeitam; os túneis e passagens que conectam os edifícios; a localização dos porões e das adegas; a composição do solo; os níveis hidrostáticos; os planos individuais da construção; o volume máximo de trânsito e as análises dos padrões do mesmo. O registro de título ou o mapa da assessoria de impostos, freqüentemente em escala tão grande quanto 1: 2.000, identificando o(s) proprietário(s), dados de contatos e direitos sobre o uso de serviços públicos, é, às vezes, útil.

Os dados encontram-se, geralmente, disponíveis nos escritórios do urbanista, do engenheiro da cidade, da assessoria de impostos, da autoridade local da habitação, ou então nos departamentos de bombeiros, nas estações de polícia, nos departamentos de serviços públicos, nas agências de habitação sem fins lucrativos,

nas bibliotecas e nas companhias de seguro contra incêndios. Dependendo do local, a informação pode ser encontrada na Internet. Atualmente, o Centro de Engenharia Técnica (*Technical Engineering Center*) no Forte Belvoir, em Virgínia, e outras organizações de mapeamento, desenham e produzem mapas de áreas urbanas que são melhor adaptadas às necessidades do planejador militar.

O planejador militar também pode precisar de mapas urbanos que identifiquem casas abandonadas, atividades de gangues, focos de doença, instalações de apoio médico e de estacionamento, áreas de armazenamento de comida e que forneçam outras informações especializadas. O mapeamento computadorizado poderia ajudar o planejador militar, combinando a informação do *GPS* com dados obtidos de agências privadas ou governamentais. Esses mapas podem ser aprimorados e reprogramados para mostrar os dados selecionados.<sup>17</sup>

Os planos de edifícios podem ser difíceis de se obter. Os donos podem tê-los, mas podem não ser de fácil acesso. O urbanista pode ter cópias. Os planos gerais de construção, disponíveis ao público, podem estar incompletos ou propositadamente inexatos. A remodelação pode ter tornado obsoletos os planos das plantas baixas de edifícios modulares ou de uso múltiplo.

## A Arquitetura do Futuro

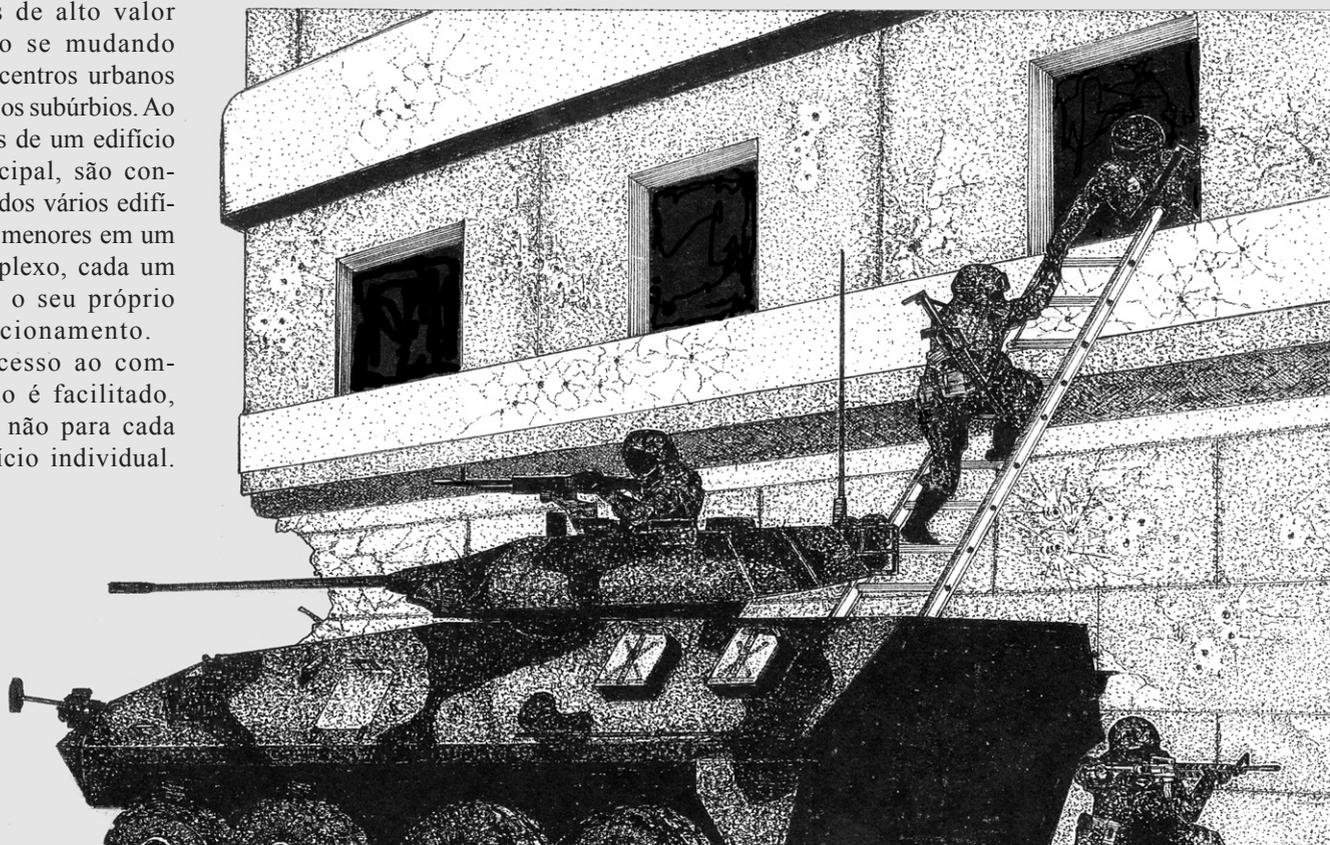
O planejamento urbano está mudando. Organizações e indústrias de alto valor estão se mudando dos centros urbanos para os subúrbios. Ao invés de um edifício principal, são construídos vários edifícios menores em um complexo, cada um com o seu próprio estacionamento. O acesso ao complexo é facilitado, mas não para cada edifício individual.

Cada edifício tem a sua própria segurança e arquitetura de controle. O acesso do trânsito é uma consideração principal, para facilitar o fluxo de veículos do interior das áreas do complexo para fora. Para reduzir o volume do tráfego, o complexo geralmente tem a sua própria barbearia, restaurantes, ginásio, lavanderia e outras facilidades, para que os funcionários não precisem se ausentar durante o dia.

Está acabando a era do grande shopping enclausurado. O custo para aquecer ou esfriar grandes áreas levou ao desenvolvimento do shopping estendido, consistindo de lojas separadas planejadas e construídas sobre uma grande área, em um padrão ziguezague. Este padrão restringe a velocidade do tráfego e permite aos clientes passarem dirigindo vagarosamente de loja em loja ao invés de caminharem por toda a extensão de um shopping enclausurado. Os mesmos princípios de controle e segurança se aplicam ao novo padrão do shopping estendido.

O novo modelo substitui o cimento caro com aço e vidro. Embora os novos edifícios não sejam tão firmes, a sua construção é mais rápida e barata. O teto de membrana única é agora mais comum que o teto em declive, cumeeira, ou em ponta. Além disso, os edifícios de escritórios comerciais estão sendo construídos sob padrões de menor custo do que os governamentais e universitários, construídos para durar mais.

Antes do atentado ao edifício em Oklahoma City, os edifícios do governo eram freqüentemente construídos



no centro das cidades, em um esforço para revitalizar essas áreas. Nos EUA, pelo menos, a tendência, na construção, é se afastar dos edifícios federais altos nos centros a favor de edifícios mais baixos nos subúrbios, com amplo espaço e proteção ao redor contra explosivos, tal como os complexos das agências governamentais mais ostensivas, como o *FBI* o *Alcohol, Tobacco, and Firearms — ATF* (departamento que supervisiona a venda do álcool, tabaco e armas de fogo) e a Receita Federal dos EUA (*Internal Revenue Service — IRS*). Os edifícios governamentais mais modernos têm um número limitado de entradas e usam controles mediante leitoras de cartões “inteligentes” *smart-card* (cartão contendo um chip responsável pela geração e o armazenamento

de certificados digitais). Pode estar ocorrendo o mesmo em áreas urbanas no além mar.

As operações urbanas são difíceis e uma ação armada contra edifícios na cidade é um grande desafio até mesmo para unidades bem equipadas e treinadas. As incursões em edifícios modernos que incorporam a arquitetura de controle aumentam os desafios enfrentados pelo comandante e exigem o planejamento cuidadoso, a inteligência detalhada, específicas regras de engajamento, equipamento especial e inúmeros ensaios para missão. À medida que os militares modernos consideram as áreas urbanas, aumentam as chances de que terão que lidar com os edifícios fortificados. Nesse caso, deverão estar preparados. **MR**

## Referências

1. Muita informação contida neste artigo foi recebida de entrevistas com o Primeiro-Sargento Angel Febles, do 1º Batalhão do 509º Regimento de Infantaria no Forte Polk, Louisiana; o cabo Douglas Edgington, da equipe *SWAT* do Escritório do Xerife do Condado de Franklin em Columbus, Ohio; com Tom Mink, Gerente de Segurança do *Commerce Bank*, em Kansas City, Missouri; o Capitão Don Hinton, do 1º Batalhão de Reconhecimento da 1ª Divisão dos Fuzileiros Navais e com o Coronel (Res) John Brake, Vice-Presidente, e Woody Overton, Consultor, da J.E. Dunn Construction Company, em Kansas City, Missouri.
2. Lester W. Grau e Jacob W. Kipp, “Urban Combat: Confronting the Specter,” *Military Review* (julho-agosto de 1999): p.16.
3. Grau, “Urban Warfare Communications: A Contemporary Russian View,” *Red Thrust Star* (julho de 1996).
4. Como em qualquer ação, o treinamento e os ensaios são fundamentais, particularmente no ambiente urbano contra estes objetivos singulares. O inimigo ocupante tem a vantagem, portanto o treinamento e os ensaios são métodos eficazes de superar essa vantagem.
5. Caso a força militar tenha a intenção de usar equipamento especial, como armas não letais e gás incapacitante, deve treinar muito com ele antes do seu uso. O ensaio é especialmente importante quando se prepara para reaver o controle de uma prisão.
6. Lois Pilant, “Planning and Designing Police Facilities,” *The Police Chief* (março de 1995): p. 31.
7. Mohammed Ettouney, “Blast Resistant Design of Commercial Buildings, Practice Periodical on Structural Design and Construction,” vol. 1, no. 1, online na <[www.wai.com/AppliedScience/Blast/blast-struct-design.html](http://www.wai.com/AppliedScience/Blast/blast-struct-design.html)>, fevereiro de 1996.
8. A tecnologia é muitas vezes um substituto para o ser humano e pode, na

verdade, prover menos segurança. Após a instalação de um sistema de circuito fechado de TV, o administrador de um edifício reduz, com frequência, o número de guardas, deixando apenas um para vigiar um grupo de monitores televisionados. Caso sejam monitores em demasia, o guarda não pode observar o que acontece com muita atenção.

9. Randall Atlas e Anthony DiGreggario, “Designing Against Terror: Site Security Planning and Design Criteria,” em *Architectural Graphics Standards*, edição revisada 1999, online na <[www.cpted-security.com/cpted4.htm](http://www.cpted-security.com/cpted4.htm)>.

10. O comandante deve deixar claras as regras referentes aos primeiros socorros, bem antes da ação. Quando um membro da equipe é baleado, a resposta normalmente é parar tudo e prover os primeiros socorros. Isto pode deter a vantagem do ataque e dar uma oportunidade para a reação dos que defendem o edifício. Os médicos devem seguir de perto a força para tratar dos feridos, assim os combatentes não terão que parar para socorrer os seus companheiros.

11. Steve Wright, “An Appraisal of Technologies for Political Control,” Consultation version (Luxembourg; European Parliament, 1998), pp. 9-10. Esta avaliação aplica-se amplamente ao policiamento preventivo; porém, pode também parecer usar o perfil racial ou de classes e convidar a repercussões políticas.

12. *Ibid.*

13. Pilant, “Crime Mapping and Analysis,” *The Police Chief* (dezembro de 1999): p. 39.

14. *Ibid.* p. 44.

15. Peter B. Kraska e Larry K. Gaines, “Tactical Operations Units: A National Study,” *The Police Chief* (março de 1997): p. 34.

16. *Ibid.* pp. 36, 38.

17. Pilant, “Computerized Crime Mapping,” p. 60.

*O Tenente-Coronel Lester W. Grau ocupa o cargo de analista militar no Escritório de Estudos Militares Estrangeiros, no Forte Leavenworth, Kansas. Possui os títulos de Bacharel pela University of Texas em El Paso, e o de Mestre pela Kent State University. É graduado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, pelo Instituto Russo do Exército dos EUA, pelo Instituto de Idiomas do Departamento de Defesa e pela Escola Superior de Guerra da Força Aérea dos EUA. Serviu em diferentes posições de comando e estado-maior no território continental dos EUA, na Europa e no Vietnã, entre elas como Vice-Diretor do Centro Tático do Exército e chefe da Seção de Instrução de Táticas Soviéticas, na ECEME/EUA; como assessor político e econômico, no QG das Forças Aliadas, na Europa Central, em Brunssum, na Holanda; e como mensageiro diplomático em Moscou. Seu artigo “Forças Expedicionárias: Derrotando a Superioridade Tecnológica — A Batalha de Maiwand” escrito com o Coronel Ali A. Jalali, Exército do Afeganistão, foi publicado na edição em português de setembro-dezembro da Military Review.*

*O Tenente-Coronel Geoffrey Demarest é pesquisador no departamento Ibero-Americano do Escritório de Estudos Militares Estrangeiros do Exército dos EUA (U.S. Army’s Foreign Military Studies Office — FMSO) no Forte Leavenworth, Kansas. Durante a sua carreira de 23 anos, serviu em várias funções na América Latina e é graduado da Escola das Américas do Exército dos EUA (U.S. Army School of the Americas), curso de Oficial de Ligação da Defesa (Defense Attache Course), curso de Oficial de Área Estrangeira (Foreign Area Officer’s Course), curso de Estratégia de Defesa (Defense Strategy Course), e do Defense Language Institute, e outros. Escreveu numerosos artigos abordando o conflito interno incluindo “The Overlap of Military and Police Responsibilities in Latin America.” O seu primeiro livro, “Geoproperty”, considera a propriedade como um assunto para a segurança e a estratégia nacional. O Tenente-Coronel Demarest é Ph.D em Estudos Internacionais pela Denver University Graduate School of International Studies, um Doutorado em Jurisprudência, e tem praticado como advogado civil.*

# O Exército e a Mídia Embutida

Tenente-Coronel Tammy L. Miracle, Exército dos EUA

**A**LGUNS LÍDERES militares acreditam que negar o acesso da mídia às atividades militares é um erro. O General (Res) Wesley K. Clark, do Exército americano, agora analista militar, acredita que, como resultado da “mentalidade do Vietnã”, os militares cometeram um erro ao limitar a cobertura, pela imprensa, da Guerra do Golfo Pérsico. Segundo disse o General, “tivemos a batalha de carros de combate da 1ª Divisão Blindada, que foi simplesmente incrível, talvez o maior combate blindado já travado, mas nem uma única imagem foi revelada ou documentada pela imprensa para a história.”<sup>1</sup> Um oficial do Exército americano comentou: “Não havia ninguém lá para contar a história de nossos jovens que, expondo-se ao perigo e lutando pela grande missão, obtiveram êxito num terreno realmente árduo. Perdeu-se uma grande oportunidade, que espero não se repita no futuro.”<sup>2</sup>

Na Operação *Iraqi Freedom*, aproximadamente 500 jornalistas, fotógrafos e equipes de repórteres foram embutidos nas unidades militares americanas e britânicas; outros 2.000 jornalistas independentes se encontravam no Kuwait. Durante o período de planejamento para a guerra, a Vice-Secretária de Defesa para Comunicações Sociais, Vitória Clarke, disse aos repórteres que eles teriam mais acesso do que lhes foi permitido durante a Guerra do Golfo e a do Afeganistão. Afirmou ainda que “É do nosso interesse que o povo veja através da mídia, as mentiras e as táticas falazes que Saddam empregará”.<sup>3</sup> Clark fez

está afirmação depois que os jornalistas americanos reclamaram terem sido proibidos de participar junto das tropas americanas, durante os primeiros meses da campanha no Afeganistão.<sup>4</sup> Um programa onde a mídia é embutida nas unidades garante que a mesma tenha todas as oportunidades para observar as operações de combate ao vivo.

A oficial de comunicação social Coronel (Res) Melanie R. Reeder, desdobrada no Afeganistão durante a Operação *Enduring Freedom*, confirmou que as orientações iniciais recebidas eram restritas e passivas, devido as sensibilidades da nação hospedeira. Cel Reeder disse: “Quando a posição do Departamento de Comunicação Social mudou de passiva para ativa, foi difícil alcançar as unidades e colocar a mídia junto a elas.”<sup>5</sup> Cel Reeder disse ainda que os oito repórteres embutidos na Operação *Anaconda* ajudaram a abrir um caminho para um programa em grande escala de mídia embutida aprovado pelo Secretário de Defesa para a Operação *Iraqi Freedom*.

Cel Reeder, que participou da redação do capítulo de comunicação social elaborado no Centro de Lições Aprendidas, no Forte Leavenworth, em Kansas, que analisa o comando de comunicação social do componente das forças terrestres das forças de coalizão no Afeganistão disse: “Quando os jornalistas receberam acesso às operações, foi contada a história correta. Quando os mesmos não receberam informações, o resultado foi especulação, desinformação e inexatidão da matéria.”<sup>6</sup>



Departamento de Defesa

Jornalistas civis preparando-se para embarcar em um helicóptero CH-46 Sea Knight em direção a posições avançadas perto de Ad Diwanyah, em março de 2003.

## Acesso da Mídia sem Precedentes

Antes da Operação *Iraqi Freedom*, o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld e o Chefe do Estado-Maior Conjunto, General Richard B. Myers emitiram uma diretiva que dizia: “Devemos organizar e facilitar o acesso da mídia nacional e internacional às nossas forças, inclusive aquelas engajadas em operações terrestres. Nosso objetivo é fazer certo desde o início, e não dias ou meses após o começo da operação. Iremos utilizar sistemas de comunicações e equipes de comunicação social conjuntas bem treinadas para a mídia internacional ver, de primeira mão, as operações da coalizão.”<sup>7</sup> Essas mudanças no regulamento afetam profundamente a forma como os Oficiais de Comunicação Social operam. Equipes de repórteres, jornalistas individuais e fotógrafos são designados para uma unidade de combate específica por vários dias, semanas ou meses.

Na Operação *Desert Storm*, o Exército rejeitou os jornalistas enquanto o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) os aceitou totalmente. No seu livro *Hotel Warriors Covering the Gulf War*, John Fialka escreveu que o CFN recebeu muita cobertura porque tinha uma “aptidão especial para a comunicação social que fez com que os jornalistas se perguntassem se ele e o exército eram do mesmo país.”<sup>8</sup>

Até agora, as notícias recebidas da Operação *Iraqi Freedom* revelam que o programa da mídia embutida está

funcionando. Os jornalistas embutidos têm um acesso sem precedente às tropas, e o público americano está vendo cenas ao vivo das ações do Exército no Iraque. Entretanto, depois que assente a poeira irão estes jornalistas reclamar que os comandantes das unidades impuseram muitas regras que os impediram de contar a verdadeira história? Os jornalistas já observaram que muitas vezes são impostas algumas restrições sobre o que podem relatar, mas essas limitações são baseadas somente na segurança operacional e na proteção da força.

O nível de cooperação entre jornalistas e soldados depende do comandante da unidade. Uma cobertura jornalística positiva indica que os comandantes do Exército estão receptivos e dispostos a aceitar os jornalistas embutidos até mesmo no campo de batalha. Talvez surja um novo nível de confiança entre soldados e jornalistas. Isto, por si só, poderá vir a ser história.

Os jornalistas que deram cobertura à Operação *Desert Storm* ficavam nos hotéis em Riyadh ou Dhahran enquanto as batalhas estavam sendo travadas. Dos 1.600 representantes da mídia que se encontravam na Arábia Saudita, apenas 10% conseguiram produzir histórias cujos conteúdos viraram notícias e história documentada. Apesar disso, a ausência da mídia durante a Operação *Desert Storm* não foi somente culpa do Exército. As autoridades sauditas estavam relutantes e preocupadas em permitir que jornalistas entrassem no país e fizessem uma reportagem que pudesse ofender alguma sensibilidade cultural.<sup>9</sup>

## Um Novo Nível de Confiança

O atrito entre o Exército e a mídia não é nada novo. Muitos líderes do Exército, e não apenas os líderes da era do Vietnã, têm uma profunda desconfiança da mídia e são cautelosos sobre o que dizem à ela. Uma possível explicação para essa desconfiança é que jornalistas nem sempre fazem uma reportagem com calma. Responsabilidade, uma parte fundamental do jornalismo, está, em geral, ausente, e a terminologia militar essencial e fatos críticos são algumas vezes publicados incorretamente. Em alguns casos, as histórias são completamente inventadas.

Em julho de 1998, a revista *Time* e a CNN pediram desculpas publicamente por terem publicado uma reportagem sobre a Operação *Tailwind*, onde alegavam que as forças americanas haviam empregado gás tóxico dos nervos durante a Guerra do Vietnã.<sup>10</sup> April Oliver foi a produtora da reportagem para a CNN e o correspondente de guerra Peter Arnett foi quem leu a reportagem. Os nomes de Oliver e Arnett também foram publicados no artigo apresentado na revista

*O repórter do Los Angeles Times, John Hendren, que acompanhou a 3ª DI ao Kuwait antes da guerra, disse: "Viver em barracas com esses homens, comendo o que eles comem e limpando a sujeira dos copos, é uma experiência totalmente diferente. Sem dúvida, existe a preocupação de se conhecer tão bem as pessoas que se acaba por sentir pena deles."*

*Times*. O artigo relata uma operação militar altamente secreta no Laos, com o objetivo de assassinar todos os desertores americanos. Supostamente, a operação não deu certo e os comandantes terrestres empregaram gás sarin para matar os soldados inimigos bem como os civis. No dia seguinte, essa notícia foi manchete em todos os jornais do país.

O Departamento de Defesa iniciou uma extensa investigação. Nas pesquisas realizadas não apareceu nenhuma evidência do emprego do gás sarin, como também não era o objetivo da Operação *Tailwind* aniquilar os desertores americanos. O Centro de História Militar entrevistou vários indivíduos identificados como tendo informação de primeira mão sobre a operação, mas nenhum sabia do emprego de sarin ou de qualquer outro agente químico letal. O único objetivo da missão era atacar as instalações na trilha Ho Chi Minh para criar uma finta para outra operação.

Na tentativa de evitar ainda mais danos, a revista *Time* publicou uma carta redigida pelo editor pedindo

desculpa aos leitores. Oliver foi despedida e o produtor Jack Smith pediu demissão. Arnett, que inicialmente foi repreendido por sua atuação na história, foi mais tarde despedido devido à incansável pressão imposta pelo Pentágono.

Durante a Operação *Iraqi Freedom*, Peter Arnett foi novamente despedido, desta vez, pela rede de televisão NBC. Supostamente, Arnett falou na televisão estatal do Iraque que o esforço de guerra aliado havia falhado devido à resistência iraquiana. Tom Johnson, diretor executivo do Grupo de Notícias CNN, fez uma declaração dizendo que não podia apoiar a versão contada por Arnett: "A culpa é dos editores, produtores, repórteres e executivos responsáveis pelo programa e seu conteúdo."<sup>11</sup> Uma mídia embutida nas unidades teria impedido tal desinformação.

Outra razão pela qual o Exército estaria relutante em embutir a mídia durante a guerra seria a responsabilidade de proteger os jornalistas. Como pode um soldado evitar que um repórter, cheio de entusiasmo, ultrapasse a linha do perigo para tirar aquela fotografia que lhe daria o prêmio Pulitzer? O que acontece se um jornalista for preso? De acordo com a Convenção de Genebra de 1949, os jornalistas credenciados acompanhando uma força militar, são considerados parte dessa força e devem ser tratados como prisioneiros de guerra.<sup>12</sup> Também, pode haver perigo ne segurança, considerando-se o que estes jornalistas podem saber.

Ao contrário do Tenente-Coronel (Res) Oliver North, do CFN dos EUA, jornalista da rede FOX de televisão, a maioria não tem um entendimento militar da guerra. As atuais diretrizes do Pentágono, não permitem que jornalistas embutidos carreguem armas, usem um carro particular, ou se desliguem da unidade militar.

Durante a primeira semana da Operação *Iraqi Freedom*, quatro jornalistas foram mortos e nenhum deles fazia parte da mídia embutida. Em 2001, 37 jornalistas morreram; oito foram mortos dando cobertura à guerra no Afeganistão.<sup>13</sup> O jornal britânico *The Guardian* publicou que o Talibã estava oferecendo \$50.000 dólares para os afegãos que matassem jornalistas ocidentais.<sup>14</sup>

Os chefes de agências e executivos de redes jornalísticas são, em geral, os primeiros a pedir socorro quando se encontram em perigo. Em 1989, durante a invasão do Panamá pelos Estados Unidos, jornalistas foram presos dentro do Hotel Marriott. Os militares americanos resgataram os jornalistas, mas durante o processo três soldados foram seriamente feridos e um fotógrafo espanhol foi morto.

Antes da Operação *Iraqi Freedom*, entre 300 e 500 organizações jornalísticas se instalaram no Hotel Al Rashid em Bagdá.<sup>15</sup> Durante uma reunião antes da



Departamento de Defesa, Praça Josh McCoy

*Apenas um dos aspectos das complexas operações realizadas por soldados americanos no Iraque.*

guerra, o General Clark falou: “Não podemos tomar decisões [pela mídia], porém podemos reconhecer o extraordinário perigo resultante da sua presença [em Bagdá].”<sup>16</sup>

## Perdendo Autonomia?

Nem todas as organizações jornalísticas estão satisfeitas com o relaxamento das restrições aos repórteres concedidas pelo Pentágono. Alguns jornalistas mudaram de idéia sobre o programa de mídia embutida. Por exemplo, antes da Operação *Iraqi Freedom*, o apresentador da televisão CBS, Dan Rather, disse: “Tenho muito medo. Há uma diferença muito pequena entre embutido e sepultado.”<sup>17</sup> Rather temia que a mídia perdesse sua independência em troca do acesso às linhas de frente. Ele disse: “A melhor reportagem do mundo não vale nada se você não puder sair com vida para contá-la.”<sup>22</sup> Após a primeira batalha no Iraque, Rather disse: “Repito para dar ênfase, não foi perfeito...; em alguns casos a mídia foi embutida, mas eles não permitiram que acompanhassem as unidades mais avançadas. Mas não há muito que reclamar, e sim muito para ser aplaudido.”<sup>19</sup>

Algumas agências de notícias pensam que a mídia embutida é um meio de os militares controlarem as notícias.<sup>20</sup> Antes da guerra, jornalistas expressaram preocupação porque teriam de esperar dias para publicar uma notícia, porque a transmissão poderia revelar

a localização das tropas. Outros reclamavam que as unidades para as quais haviam sido designados talvez não entrassem em ação. Os jornalistas também temiam que, pelo fato de estarem embutidos, o público poderia considerá-los influenciados pelos militares ou incapazes de apresentar uma visão imparcial da situação. O repórter do *Los Angeles Times*, John Hendren, que acompanhou a 3ª DI ao Kuwait antes da guerra, disse: “Viver em barracas com esses homens, comendo o que eles comem e limpando a sujeira dos copos, é uma experiência totalmente diferente. Sem dúvida, existe a preocupação de se conhecer tão bem as pessoas que se acaba por sentir pena deles.”<sup>21</sup>

Os jornalistas embutidos devem fazer um grande esforço para escrever com objetividade e aqueles que são responsáveis sabem a diferença. Se o público acredita que o Pentágono aprovou o embutimento dos jornalistas como um meio de controlar as notícias ao invés de comunicá-las, saiba que o Exército não tem nada a ganhar com isso.

A mídia tem acompanhado o CFN em suas operações com muito sucesso durante anos. Após a Guerra do Golfo em 1991, Fialka examinou oito agências de notícias. Embora o Exército tivesse empregado 200.000 homens mais do que os Fuzileiros Navais, ele concluiu que havia apenas 271 artigos sobre o Exército e 293 sobre os Fuzileiros. Fialka disse: “Se Ernie Pyle tivesse conseguido embutir-se com os Fuzileiros durante



Departamento de Defesa

*Jornalistas de várias agências de comunicações documentando a destruição de uma estátua em Tikrit, um dos últimos vestígios do regime de Saddam Hussein. Iraque, julho de 2003.*

a Guerra do Golfo, teria corrido o risco de ser açoitado por oficiais querendo que ele desse cobertura às suas unidades. Se ele tivesse sido designado para o Exército, teria grande probabilidade de se perder, não ter condições de se comunicar ou ser isolado ou rejeitado pelos perturbados comandantes terrestres com a mentalidade do Vietnã, preocupados em evitar que os jornalistas se aproximassem muito das tropas.”<sup>22</sup> O Exército não pode ter medo de contar sua história.

O bem-sucedido programa de comunicação social e a mídia talvez tenha mudado o comportamento do Exército com os meios de comunicações. Antes da guerra contra o Iraque, dizia-se que Saddam Hussein poderia cometer atrocidades contra os civis Shiitas e depois declarar que as mesmas tinham sido cometidas pelas tropas americanas.<sup>23</sup> Os jornalistas devem assegurar-se que o mundo veja a verdade exibida pelos dedicados e profissionais soldados americanos. Hoje, os homens e mulheres uniformizados são os melhores do mundo. Sua história sobre o Exército será de 1ª classe.

## **Campo de Treinamento do Departamento de Defesa para a Mídia**

O campo de treinamento ajuda os jornalistas embutidos a formar um relacionamento com as forças militares e a prepará-los para os rigores do combate,

inclusive à probabilidade de serem expostos a armas químicas e biológicas. O Departamento de Defesa deveria exigir que todos os jornalistas que pretendem ser embutidos nas unidades militares atendam o campo de treinamento. As equipes jornalísticas que participam desse treinamento podem testar novos equipamentos de comunicações e conexões via satélite. O Pentágono deve continuar a fazer este treinamento tão realista quanto possível. São poucos os repórteres veteranos de guerra ou que tenham experiência em combate.

O Exército deve colocar soldados extremamente competentes para administrar o programa da mídia embutida para minorar o tipo de crítica recebida após a Operação *Desert Storm* (sobre o gerenciamento das operações de comunicação social). Segundo Fialka, “O que vimos foi um sistema de comunicação social do Exército, uma carreira sem futuro para os oficiais, dotado de um punhado de incompetentes ali colocados por generais que temem a mídia, alguns dos quais ainda a culpam pelo fracasso da Guerra no Vietnã.”<sup>24</sup> Por outro lado, dedicados oficiais de comunicação social têm sido responsáveis pelo êxito da mídia na Guerra do Afeganistão. Além disso, o Exército deve continuar a depender dos oficiais de comunicação social da Guarda Nacional e do Componente da Reserva dos EUA, os quais, em muitos casos, são

membros dos meios de comunicação civil e poderiam ser de grande ajuda na implementação do programa para a mídia.

Além do programa da mídia embutida, os oficiais de comunicação social do Exército e os oficiais de escolta devem estar equipados para apoiar centenas de jornalistas que operam independentemente durante as operações militares. Para os jornalistas, a Operação *Iraqi Freedom*, foi considerada a primeira guerra digital “verdadeira”.<sup>25</sup> Os grupos jornalísticos possuíam “micro-câmeras, videofones ligados a satélites, laptops para a edição de vídeos e antenas parabólicas portáteis.”<sup>26</sup> Os oficiais de comunicação social devem ter a capacidade física e os recursos para apoiar equipes jornalísticas de alta tecnologia.

Os líderes do Exército devem considerar a mídia desde os primeiros estágios do planejamento da guerra. Os planejadores logísticos, por sua vez, devem incluir no processo operações de comunicações sociais e de apoio à mídia no período pós-conflito. Os oficiais de comunicação social precisam de meios suficientes de transporte e de pessoal competente para a escolta dos jornalistas.

Embutir a mídia aproxima o soldado do povo americano e torna o combate mais humano. Cooperação entre a mídia e o Exército é essencial para que o programa seja eficaz. Os jornalistas devem compreender o significado de segurança operacional e respeitar as

preocupações do comandante da unidade com referência à mesma. Os jornalistas embutidos devem seguir as regras impostas a eles, para a sua própria segurança e a das tropas. Devem estabelecer confiança e credibilidade com o comandante e aprender a empregar a terminologia e as siglas corretamente.

Durante a Guerra contra o Iraque, os americanos receberam notícias 24 horas por dia, 7 dias por

*Segundo Fialka, “O que vimos foi um sistema de comunicação social do Exército, uma carreira sem futuro para os oficiais, dotado de um punhado de incompetentes ali colocados por generais que temem a mídia, alguns dos quais ainda a culpam pelo fracasso da Guerra no Vietnã.”*

semana; o povo escutava as notícias, lia, via na televisão e navegava à sua procura na Internet. O mundo pode observar como a mídia entrevistou os soldados e os oficiais e praças mostraram ao público que são profissionais, treinados, disciplinados e prontos para arriscarem suas vidas pelo país. Os jornalistas embutidos nas unidades do Exército oferecem uma oportunidade para o mundo ver a capacidade do soldado americano e sua dedicação à missão. **MR**

## Referências

1. Walter Isaacson, “News From the Frontline,” *The Wall Street Journal*, 9 de janeiro de 2003, Seção de Opinião.

2. Kerry Sanders, “Pentagon Recommends Boot Camp for Journalists Covering the War,” Televisão CNBC; Noticiário de Brian Williams, 10 de fevereiro de 2003.

3. Howard Kutz, “A Battle Plan for the ‘03 Campaign,” *The Washington Post*, 20 de janeiro de 2003, p. D1.

4. “Afghanistan: Report Says Pentagon Restricted Journalists’ Access to War,” *Radio Free Europe*, endereço na Internet <[www.rferl.org/inca/features/2002/08/05082002154516.asp](http://www.rferl.org/inca/features/2002/08/05082002154516.asp)>, 4 de março de 2003.

5. CeL Melanie R. Reeder, entrevista pelo autora, 2003, Forte Leavenworth, Kansas.

6. *Ibid.*

7. Diretriz 101900ZFeb 03 expedida pelo Secretário de Defesa.

8. John J. Fialka, “Hotel Warriors Covering the Gulf War” (Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press, 1992), p. 2.

9. Publicação Conjunta (JP) 3-61, Doutrina para Comunicação Social em Operações Conjuntas (*Doctrine for Public Affairs in Joint Operations*), Washington DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 14 de maio de 1997, p. 1-3.

10. April Oliver e Peter Arnett, “Operation Tailwind,” *Time* e *CNN*, 7 de junho de 1998.

11. Allan Wolper, “CNN’s CIA Connection: New Tailwind Controversy,” *Editor & Publisher Inc.*, 132: pp. 1-2.

12. Jennifer Harper, “Embedded Media Gets Mixed Reviews in Early Stages of the War,” *The Washington Times*, 25 de março de 2003, *Nation*, p. A12.

13. Para mais informações sobre o Comitê para a Proteção dos Jornalistas ver na Internet: <[www.cpj.org/](http://www.cpj.org/)>.

14. “The Guardian”. Não foi fornecida informação sobre a referência.

15. Mathew Rose e Emily Nelson, “Media Will Put Reporters’ Safety First,” *The Wall Street Journal*, 12 de março de 2003, p. B1.

16. Victoria Clarke, brifin antes da guerra. Não foi fornecida informação sobre a referência.

17. James T. Madore, “Journalists: Back to the Front; Some Skepticism Over ‘Embedding’ of Media,” *Newsday*, 3 de março de 2003, p. A14.

18. *Ibid.*

19. Dan Rather, entrevistado por Larry King, *CNN Larry King Live*, 14 de abril de 2003.

20. Susan B. Glasser, “Media and Military Try Experiment in Openness,” *The Washington Post*, 7 de março de 2003, p. A14.

21. Howard Kurtz, “Media Weigh Costs, Fruits of ‘Embedding,’” *The Washington Post*, 11 de março de 2003, p. A15.

22. Fialka, p. 7.

23. Walter Isaacson, “News from the Frontline,” *The Wall Street Journal*, 6 de janeiro de 2003, p. A19.

24. Fialka.

25. Emily Nelson, “TV Crews Plan to Employ a Range of High-Tech Gear Unavailable in 1991 Conflict,” *The Wall Street Journal*, 12 de março de 2003, p. B1.

26. *Ibid.*

*A Tenente-Coronel Tammy L. Miracle desempenha suas funções no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais na Escola de Guerra do Exército dos EUA.*

# O Conflito Palestino-Israelense: Um Difícil Caminho para a Paz

Dr. José Gabriel Paz

*“O Corão declara aos filhos de Israel a maior parte dos motivos de suas disputas”.*

O Sura CCVII do Corão, intitulado Salomão no Vale das Formigas. 78.

**A** PARTIR da desintegração do Império Otomano no fim da I Guerra Mundial a questão da Palestina começa a converter-se em um problema internacional.

## O Nascimento do Estado de Israel e a Guerra contra Ingleses e Palestinos.

A Palestina era um dos antigos territórios pertencentes ao Império Otomano<sup>1</sup> e, concluída a guerra, passou a ser administrada pela Grã-Bretanha sob o sistema de mandato,<sup>2</sup> que foi instituído pelo Pacto da Sociedade das Nações.<sup>3</sup>

À exceção da Palestina, todos os territórios colocados "sob mandato" pela Sociedade das Nações conseguiram sua independência. Essa exceção pode ser explicada. Ao passar para esse status, foi cumprido o primeiro objetivo na implementação da declaração Balfour — emitida pelo Governo Britânico em 1917 — através da qual se estabelecia na Palestina o lar nacional do povo judeu.

Ao longo da existência do Mandato Palestino, de 1922 até 1947, houve uma grande imigração judaica do Leste Europeu e, a partir da instauração da Lei Racial de Nuremberg de 1935, como conseqüência da perseguição do regime nazista à população judaica, se iniciou uma corrente migratória da Alemanha.

O importante crescimento da população judaica na região teve os seguintes antecedentes: em 1014 havia aproximadamente 80.000 judeus distribuídos entre Jerusalém, Haifa e algumas colônias agrícolas; em

março de 1925 a população judaica estava estimada em 108.000 e em 1948 chegou a 650.000. Entre maio de 1948 e janeiro de 1968 foram incorporados 1.207.970 judeus imigrantes. Em 1924, 97% da terra pertencia aos árabes e somente o 3% restante pertencia a aquisições realizadas através do Fundo Nacional Judaico. No final da II Guerra Mundial entre 9 e 12% da terra cultivável pertencia aos judeus.

Os palestinos começam a reclamar sua independência e resistem a imigração judaica. Em 1º de maio de 1921 um grupo de árabes ataca matando 13 colonos judeus em Haifa e nos dias posteriores os distúrbios causam quase 100 mortes entre judeus e árabes. Em 1932 formam seu primeiro partido, o Istiqlal, criando, além disso, em 1936 uma organização cuja missão era realizar atos de sabotagem contra objetivos britânicos e judeus. No ano seguinte teve início uma rebelião a partir da qual, a violência é contínua entre árabes e judeus, caracterizada pelo emprego do terrorismo como principal meio de ação.

Diante da progressiva hostilidade dos palestinos, tem início, em junho de 1920, a organização do sistema de autodefesa das colônias judaicas chamado de "Haganah",<sup>4</sup> que seria a base para a constituição futura do Exército de Israel e que, em 1942, foi treinada durante alguns meses pelo Exército e pela inteligência britânica, recebendo material e recursos econômicos.

O movimento terrorista judaico Irgun Zvai Leumi foi organizado a partir de 1937, com a missão de conduzir ações hostis contra as populações árabes. Mais tarde são criados os movimentos extremistas independentes judeus Lehi e Stern.

Ao findar a II GM teve início um êxodo em massa de judeus europeus para o território palestino. A Grã-Bretanha impõe restrições à incontrolável imigração,



Imperial War Museum

*Sir Edmund Allenby em Jerusalém depois da captura da cidade por Forças da Grã-Bretanha em 1917.*

impedindo o ingresso de barcos carregados de refugiados, fato que incita os grupos judeus a organizar ataques de represália contra tropas e instalações britânicas.

Em outubro de 1945, a Haganah, o Irgun e o Lehi conduziram atentados contra três unidades da frota britânica, a refinaria de Haifa e dependências policiais, bem como realizaram ataques contra a viação férrea, inutilizando totalmente o serviço de transporte ferroviário.

Em julho de 1946, o Irgun concluiu uma ação importante ao reduzir a escombros o Hotel Rei David de Jerusalém, quartel-general das tropas britânicas, com o saldo de 91 mortos e aproximadamente 200 feridos. A escalada do conflito levou a Grã-Bretanha a tentar implementar várias fórmulas na busca de uma solução diplomática, mas em abril de 1947, diante da impossibilidade de prover uma saída adequada ao complicado debate, decide pôr o problema nas mãos da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Após analisar várias alternativas, a Organização das Nações Unidas, em 29 de novembro de 1947,<sup>5</sup> resolveu dar fim ao mandato, com a retirada progressiva do Exército inglês e dividir a Palestina em dois Estados

Independentes, uma Palestina árabe e outra judia. Jerusalém teria o status de território especial sob administração da organização internacional. Deveriam ser marcadas fronteiras entre os três setores antes de 1º de outubro de 1948.

O 57,7% do território palestino, que proclamaria sua independência com o nome de Israel, possuía uma população de 608.000 habitantes. A Palestina árabe, com 43,6% do território local, contava com 1.327.000 habitantes, os quais não aceitavam a idéia de dividir o território como sugeria o organismo internacional. A região internacionalizada de Jerusalém ficaria com 0,7%.

### **A Guerra Contra os Árabes e Palestinos**

A confrontação entre árabes e israelenses foi crescendo entre atentados, emboscadas e massacres violentos. Em abril de 1948, o grupo terrorista judeu Stern destruiu o povoado de Dir Yassein, restando como saldo mais de 300 árabes mortos. Um mês depois, grupos árabes massacraram a população judaica de Kafir Etzion. Estes engajamentos motivaram uma grande saída de palestinos

para os países vizinhos, onde formaram uma importante minoria, nem sempre bem aceita.

Em 14 de maio de 1948, sob a direção de David Ben Gurion, foi declarada a independência de Israel, e no dia seguinte tem início uma nova guerra com a invasão do território palestino pelas forças do Iraque, Jordânia, Egito e Síria. Esse território tinha sido designado pela ONU, para a criação de um Estado Palestino Árabe.

A guerra consolida militarmente Israel. A "Haganah" integrou-se às Forças de Defesa Israelenses<sup>6</sup> trazendo consigo mais de 50.000 homens e mulheres treinados e equipados. Ao findar a guerra, os israelenses contavam com um Exército de 95.000 homens.

A partir de 1948, o Conselho de Segurança cria a missão de paz para por fim à guerra árabe-israelense.<sup>7</sup> Nela participam observadores militares cuja tarefa era vigiar o cessar fogo, supervisionar armistícios e colaborar nas ações subseqüentes de manutenção da paz. Esta missão de observação continua em vigência até hoje.

***Abdullah, da Transjordânia, proclamou-se rei da Palestina árabe, de acordo com o que foi resolvido pelo Congresso Árabe de Jericó. No entanto, a falta de apoio do resto dos Estados árabes, o impede de consolidar seu potentado sobre os territórios. A guerra estendeu-se a quase todo o resto do território palestino. Israel não apenas repeliu o ataque, mas também terminou ocupando 1.300 km<sup>2</sup> do território árabe palestino e, dentro deste, uma grande parte de Jerusalém.***

Milhares de refugiados palestinos escaparam da guerra e se instalaram principalmente no Líbano e na Jordânia, asilados em campos sob a administração da ONU. Em 11 de setembro de 1948, a ONU resolveu<sup>8</sup> que deveria assegurar aos refugiados palestinos o direito de retornar aos seus lares e, caso isso não ocorresse, deveriam receber uma indenização.

Perto do final do conflito, Abdullah, da Transjordânia, proclamou-se rei da Palestina árabe, de acordo com o que foi resolvido pelo Congresso Árabe de Jericó. No entanto, a falta de apoio do resto dos Estados árabes, o impede de consolidar seu potentado sobre os territórios. A guerra estendeu-se a quase todo o resto do território palestino. Israel não apenas repeliu o ataque, mas também terminou ocupando 1.300 km<sup>2</sup> do território árabe palestino e, dentro deste, uma grande parte de Jerusalém.

O acordo para o armistício entre Jordânia e Israel de 1949, estabeleceu uma divisão da cidade de Jerusalém no setor leste (que inclui a Cidade Antiga) controlado

pela Jordânia, e o setor oeste ou Cidade Nova, controlada pelo Estado de Israel.

As razões das importantes vantagens militares alcançadas pelas Forças de Defesa Israelenses foram a unidade de comando e a experiência de combate de suas tropas as quais, na sua maioria, eram veteranas da II Guerra Mundial.

A derrota dos árabes baseou-se nas suas graves deficiências de comando e controle e na sua inexperiência, desvantagens que não puderam superar apesar de possuir um equipamento mais moderno e adequado às necessidades operacionais.

Quando a guerra findou em fevereiro de 1949 com a vitória de Israel, mais da metade da população original da Palestina era refugiada.

Entre 1949 e 1956, as relações entre Israel e os árabes transcorreram numa tensa paz e com debates nas Nações Unidas relacionados com o destino dos refugiados palestinos, discussão na qual Israel manifestava sua oposição ao retorno dos exilados.

A nacionalização do Canal de Suez pelo Egito, em 1956, é a justificativa usada para a ocupação dos territórios de Gaza e do Sinai por Israel, numa operação militar que durou uma semana. A ocupação recebeu apoio da França e da Grã-Bretanha, que conseguem recuperar o controle da passagem marítima. A aviação egípcia foi destruída completamente em terra pelas forças aliadas.

A campanha demonstrou novamente a superioridade militar do exército israelense e as graves deficiências em instrução e organização das unidades militares egípcias.

A intervenção da ONU põe fim a guerra e por decisão da Assembléia Geral,<sup>9</sup> é criada a "Primeira Força de Emergência das Nações Unidas",<sup>10</sup> desdobrada na zona do conflito entre novembro de 1956 e maio de 1967. Foi a primeira estrutura militar armada dependente das Nações Unidas, formada por tropas para cumprir operações de manutenção da paz, cuja missão foi constituir uma zona neutra entre os contendores e realizar a supervisão da retirada das forças.

Em 1957, Yasser Arafat, Khaled Al-Hassan, Farouq Qaddumi e Kalil Al Wazzir criam um movimento clandestino que, em 1958, passaria a ser chamado de Al-Fatah<sup>11</sup>. Em maio de 1964, um grupo de refugiados palestinos forma, em Jerusalém, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que sob o amparo das nações árabes vizinhas busca a autodeterminação palestina.

O tratado secreto de venda de armamentos da Alemanha Ocidental para Israel, em 1965, gera uma crise na qual os estados árabes tentaram atuar através de sanções diplomáticas contra os países que apoiavam Israel, conseguindo pouco êxito em sua campanha.

Em 1967, Egito, Síria e Jordânia, fazem uma aliança a fim de continuar as ações bélicas contra Israel. Ao



Embaixada de Israel

*Um carro de combate das Forças de Defesa Israelenses patrulhando nas Colinas de Golã, 1974.*

ficar sabendo do acordo, o Estado hebraico resolve desencadear uma ação de "defesa preventiva"<sup>12</sup> contra seus possíveis agressores. Nos primeiros dias do mês de junho de 1967, Israel atacou as bases aéreas dos três países árabes, desarticulando completamente o poder aéreo inimigo.

Em plena guerra no dia 8 junho, o navio de inteligência americano *USS Liberty* — que se encontrava navegando em águas internacionais — sofreu ataques aéreos e marítimos pelas forças israelenses, ficando um saldo 34 marinheiros mortos e 172 feridos. Esse fato criou um sério conflito diplomático entre os Estados Unidos e Israel.

Em 10 de junho Israel consegue a vitória final na "Guerra dos Seis Dias", e em uma semana quadruplicou seu território, anexando a Faixa de Gaza, a Península do Sinai, a Cisjordânia, as Colinas de Golã e o setor oriental de Jerusalém, ficando toda a Palestina sob o poder israelense.

A guerra deixou mais de 40.000 árabes mortos, enquanto as baixas israelenses foram somente 676 homens. Em uma semana houve uma verdadeira hecatombe nas forças árabes, passando para as mãos israelenses mais de 400 aviões, centenas de carros de combate, peças de artilharia e um submarino. Além disso, houve um segundo êxodo de aproximadamente meio milhão de palestinos, que terminaram como refugiados nos países vizinhos.

Ao cessar as hostilidades o Conselho de Segurança aprovou uma Resolução<sup>13</sup> na qual instava Israel garantir

a proteção, o bem estar e a segurança dos habitantes das zonas onde havia ocorrido as operações militares, assim como devia assumir o compromisso de facilitar o regresso das pessoas deslocadas. Foi também exigido que respeitasse a aplicação da Quarta Convenção de Genebra, de 12 de agosto de 1949, relativa à proteção de civis em tempo de guerra. Posteriormente, o Conselho de Segurança, através de outra Resolução<sup>14</sup> exorta Israel a se retirar dos territórios ocupados em 1967, dar fim ao estado de beligerância, respeitar e reconhecer a soberania, a integridade territorial e a independência de todos os Estados da Região.

A derrota árabe na guerra impulsiona a criação de organizações armadas para a busca da autodeterminação da Palestina.

George Habash cria, pouco tempo depois da guerra, a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), grupo de caráter marxista-leninista, sem ligação com o Movimento Nacionalista Árabe.

A OLP inicia suas ações terroristas contra Israel e no ano seguinte, Yasser Arafat, passa a ser o comandante da organização.

Durante 1968 é formada a Al Saiqa, organização guerrilheira marxista que agrupa os palestinos simpatizantes do Partido Baas sírio.

Em 1969 é criada a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP), de orientação marxista-maoísta, liderada por Nayef Hawatmeh. Neste mesmo ano foi também criada a Frente Popular para a Libertação

da Palestina-Comando Geral (FPLP-CG), organização guerrilheira vinculada à inteligência militar síria, separada da FPLP e da Frente de Libertação Árabe, facção terrorista de esquerda pertencente à OLP, amparada pelo partido iraquiano Ba'ath.

Em 1970, o rei Hussein da Jordânia, decidiu expulsar a OLP de suas bases naquele país, e o Exército jordaniano dirige suas ações contra os fedayines da OLP, conseguindo, um ano depois, que a organização passe a ocupar novas posições no sul do Líbano.

O grupo denominado "Setembro Negro", o braço-armado da Al-Fatah, realiza uma operação de grande impacto com o objetivo de chamar a atenção mundial para a causa palestina, assassinando 11 desportistas israelenses nas Olimpíadas de Munique de 1972.

*Em 1957, Yasser Arafat, Khaled Al-Hassan, Farouq Qaddumi e Kalil Al Wazzir criam um movimento clandestino que, em 1958, passaria a ser chamado de Al-Fatah. Em maio de 1964, um grupo de refugiados palestinos forma, em Jerusalém, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que sob o amparo das nações árabes vizinhas busca a autodeterminação palestina.*

Em 6 de outubro de 1973, com a supressão das atividades durante a festa de Yom Kippur, a guerra teve, outra vez, início. As tropas do Egito e da Síria atacam Israel de surpresa, conseguindo se impor ao princípio, recuperando temporariamente parte das Colinas de Golan.

O saldo inicial foi de mais de 300 carros de combate israelenses destruídos em poucas horas, mediante ações onde a audácia foi mais predominante que a estratégia, porém dez dias depois as forças aliadas estiveram perto de ser totalmente aniquiladas.

As Nações Unidas exigem a cessação de fogo entre os beligerantes e formam a "Segunda Força de Emergência"<sup>15</sup> para estabilizar a situação na zona do canal de Suez e do Sinai supervisionando a separação das forças contendoras e estabelecem uma zona de neutralidade entre ambas. A presença da ONU teve início em outubro de 1973, permanecendo até julho de 1979. A partir de junho de 1974 acrescentou-se uma missão de observação<sup>16</sup> nas Colinas de Golã para supervisionar a aplicação dos acordos de cessar fogo entre Israel e Síria. A missão ainda continua em vigor até hoje.

Em outubro de 1974, as Nações Unidas convidam a OLP para participar dos debates sobre a questão palestina perante a Assembléia Geral<sup>17</sup> e em novembro daquele ano, o organismo internacional reafirmou os direitos

inalienáveis do povo palestino à sua autodeterminação, soberania e independência nacional e ao retorno dos refugiados.<sup>18</sup>

Em abril de 1975, Israel lança uma ofensiva armada no Líbano para eliminar os focos de terrorismo palestino naquele país. O Conselho de Segurança cria a força provisória da ONU<sup>19</sup> no Líbano, para conseguir a retirada de Israel, restabelecer a paz na região e ajudar o governo libanês a consolidar sua autoridade efetiva sobre o país. A missão tem início em março de 1978 e ainda se encontra em atividade.<sup>20</sup>

A Assembléia Geral estabeleceu em 10 de novembro de 1975 o Comitê para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino<sup>21</sup> e ainda conferiu à OLP o status de observadora<sup>22</sup> diante desse órgão.

## **Em Paz com os Vizinhos, em Guerra com os Palestinos**

Já em 1977, Anuar Sadat, presidente do Egito, inicia conversações de paz com o primeiro ministro israelense Menahem Beguin. Com o apoio do presidente norte-americano Carter e de Henry Kissinger, Egito e Israel conseguem chegar a um acordo final de paz entre ambos os países em 5 de setembro de 1978 em Camp David.

Israel se compromete a devolver a península de Sinai ao Egito, o que foi realizado com a retirada das tropas israelenses em 1982, dando fim a quase meio século de hostilidades.

A questão palestina não é abordada nas conversações de paz por ser inconveniente para Israel, porque procurava consolidar-se nos territórios ocupados através da política de assentamentos. Por essa razão a OLP intensifica suas ações terroristas, iniciando, além disso, uma campanha diplomática para conseguir a rejeição por parte dos países árabes dos acordos feitos em Camp David.

Em 1979, o Conselho de Segurança<sup>23</sup> declarou que a política israelense de assentamentos não é legalmente válida e constitui uma séria obstrução ao estabelecimento da paz no Oriente Médio. Este posicionamento foi reafirmado pelo Conselho de Segurança<sup>24</sup> em 1980, demonstrando que essas práticas constituem uma violação flagrante à 4ª Convenção de Genebra.

A Comunidade Econômica Européia na conferência de Veneza de 1979 pediu o reconhecimento da OLP como organização política representante do povo palestino, exigindo que Israel proceda da mesma forma. A OLP, a partir de 1980, inicia uma prolongada ação terrorista internacional, dirigida principalmente contra alvos judaicos na Europa.

Em meados de 1980 nasce o movimento *Jihad Al-Islami (Jihad Islâmica Palestina)*, originado de movimentos fundamentalistas islâmicos tem por objetivo continuar a luta armada como estratégia de ação política para a libertação da Palestina.



Embaixada de Israel

O Presidente egípcio com seu Ministro de Agricultura, Ibrahim Shukry, 1979.

Israel realiza uma nova ação "de defesa preventiva" em 7 de junho de 1981, ao destruir o reator nuclear de Ozirak, no Iraque, por entender que havia sido construído para fabricar material nuclear que punha em risco a segurança do Estado de Israel.

Em outubro de 1981, Anwar Sadat é assassinado por um grupo terrorista fundamentalista egípcio, por ter assinado os acordos de paz com Israel.

No Líbano, a campanha militar israelense havia conseguido forçar um cessar-fogo em 1981, que durou até maio de 1982.

Em junho de 1982, Israel invade o Líbano para expulsar a OLP do país e destruir sua estrutura militar. Esse fato obriga Arafat a sair do Líbano estabelecendo seu novo quartel general em Borj Cedria (Tunísia). Enquanto isso, milhares de palestinos buscaram novamente refúgio na Tunísia, no Iêmen e outros países árabes.

Em setembro milícias libanesas cristãs, aliadas das forças do General Ariel Sharon, atacam os campos de refugiados de Sabra e Shatila, provocando um massacre onde morrem mais de 2.000 civis palestinos.

Nesse mesmo ano aparece em cena o *Hezbollah*, organização terrorista que procura criar um Estado Islâmico no Líbano, onde a religião muçulmana se constitua num único princípio que deve reger tanto a vida pública como a privada. A extrema violência de suas ações se manifestou não somente no Líbano, mas também em Israel e em países fora do Oriente Médio.

A invasão do Líbano por Israel e os massacres de Sabra e Shatila impuseram um limite à possibilidade de consolidar um imediato processo de paz na região. Isto motivou a incorporação, à complexa realidade do conflito, das organizações terroristas fundamentalistas islâmicas como novos atores, os quais participam com um único objetivo: a destruição do Estado de Israel.

A Conferência Internacional sobre a Questão Palestina,<sup>25</sup> realizada em 7 de setembro de 1983, expressa por meio da Declaração de Genebra, a necessidade de impedir o assentamento nos territórios ocupados por Israel, rejeitando, portanto, as ações conduzidas para mudar o status de Jerusalém, reconhecendo como legítimos e inalienáveis os direitos do povo palestino a seu território.

Em outubro de 1985, aviões pertencentes a Israel atacam as posições da OLP na Tunísia. A organização anunciou após o ataque a limitação de suas ações armadas.

A ocupação, por parte de Israel, dos territórios de Gaza e da Cisjordânia, motivou os palestinos, em 6 de setembro de 1987, a iniciar um novo levantamento (*entifada*) em massa, no qual a OLP teve uma importante participação. Os insurretos enfrentaram as forças militares israelenses, apelando para a batalha de pedras, ao coquetel *molotov* e ao uso de granadas de mão, resultando em mais de 900 palestinos mortos e 10.000 feridos, enquanto as baixas de Israel foram 50.

Pouco depois de iniciada a *entifada*, em 14 de dezembro de 1987, aparece o grupo terrorista palestino *Hamas* (Movimento de Resistência Islâmica), vinculado em suas origens ao movimento Irmandade Muçulmana. As principais operações na região são realizadas através de uma célula chamada *Aza A Din El Oassam*, cujo objetivo é realizar uma *jihad*, principalmente contra Israel.

Em abril de 1988, um grupo de comandos israelense assassina, na Tunísia, o Kalil Al-Wazzir (*Abu Jihad*), líder da OLP e, em novembro desse mesmo ano, é proclamado, na Argélia, o Estado Nacional Palestino no exílio, presidido por Yasser Arafat.

O desaparecimento da União Soviética pôs fim à bipolaridade mundial, e em conjunto com a Guerra do Golfo Pérsico, contribuiu para gerar a necessidade de se estabelecer uma nova ordem política no Oriente Médio,

*A questão palestina não é abordada nas conversações de paz por ser inconveniente para Israel, porque procurava consolidar-se nos territórios ocupados através da política de assentamentos. Por essa razão a OLP intensifica suas ações terroristas, iniciando, além disso, uma campanha diplomática para conseguir a rejeição por parte dos países árabes dos acordos feitos em Camp David.*

no qual tanto Israel como o mundo árabe tiveram de reavaliar suas posições, iniciando-se, como conseqüência, negociações para estabelecer relações mais harmônicas e melhorar os vínculos entre os vizinhos da região.

Com base nessa nova referência histórica, foi convocada a "Conferência para a Paz no Oriente Médio", a ser realizada em 30 de outubro de 1991 em Madri, onde seriam estabelecidas negociações diretas por dois meios: entre Israel e os países árabes e entre Israel e os palestinos, tendo como base as resoluções do Conselho de Segurança nº 242<sup>26</sup> de 1967 e 338<sup>27</sup> de 1973.

Assistiram à Conferência o Estado de Israel, a OLP, a Síria, a Jordânia e o Líbano. Foi possível estabelecer o diálogo entre as partes, estabelecendo-se mecanismos de negociação multilateral sobre o meio ambiente, o controle de armas e segurança regional, os refugiados, os recursos hídricos e o desenvolvimento econômico regional.

## Um Caminho para a Paz?

Em janeiro de 1993, reúnem-se em segredo representantes de Israel e da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Oslo. Nessa reunião o Primeiro Ministro Yitzhak Rabin concordou em retirar-se de Gaza e da Cisjordânia e, ao fazê-lo, optou definitivamente

pela divisão territorial. Com essa mudança na política tradicional israelense, Rabin assegurou a paz, limitando as futuras aspirações geopolíticas israelenses de serem donos de um território maior.

O acordo possibilitava a criação de um Estado palestino junto a Israel — o que seria aceito pelos árabes — e a divisão de ambos os Estados seria feito em etapas. Previasse também no acordo a cooperação na área comercial e de segurança, ficando para ser resolvido mais adiante, os temas mais conflitantes como a situação de Jerusalém e dos refugiados. A Al-Fatah ficaria desarticulada como organização militar.

As grandes negociações entre o Governo de Israel e a OLP — que foi reconhecida como representante do povo palestino — concluem com a assinatura da "Declaração de Princípios para o Acordo de Auto-Governo Interino", em 13 de setembro de 1993 em Washington, tendo por base os acordos de Oslo.

A Assembléia Geral e o Conselho de Segurança<sup>28</sup> da ONU interpretaram a Declaração de Princípios como um importante passo para o estabelecimento da paz na região.

Foi determinado, na Declaração de Princípios, um período de cinco anos para se estabelecer um acordo final sobre o status dos territórios. Durante este tempo, Israel cederia parte de seu controle à Administração Nacional da Palestina, para o qual se dividiu o território em três zonas: Zona A, as cidades sob o controle exclusivo palestino (Jericó, Ramala, Belém, e Hebrón); Zona B, o Exército israelense podia atuar a fim de combater o terrorismo e a Zona C: sob o controle de Israel, que compreende 70% da Cisjordânia, incluindo o estreito do Rio Jordão e todas as colônias judaicas.

A autoridade palestina receberia o poder para governar os assuntos palestinos em todas as áreas sob o seu controle e, para manter a segurança interna, deveria formar uma força policial própria. Israel teria a seu cargo a defesa externa, a segurança dos assentamentos judeus e dos cidadãos israelenses, e os soldados e civis israelenses teriam liberdade de movimentos nas rodovias palestinas.

Israel assegurava com isso, aspectos centrais em sua geoestratégia na região, ao estabelecer dentro dos territórios palestinos o controle e acesso aos assentamentos judaicos e às zonas onde se encontram os recursos hídricos vitais. Neste sentido, deve-se levar em conta que 40% da água de Israel é obtida dos territórios ocupados em 1967, por isso mesmo, perder certas áreas significaria um custo aproximado de um bilhão de dólares anuais.<sup>29</sup>

Através do Acordo do Cairo, de 9 de fevereiro de 1994, Arafat e Peres assinaram um compromisso sobre a segurança (polícia e acessos fronteiriços), e passaram a implementar os acordos de Oslo.

A violência retorna quando, em 25 de fevereiro de 1994, Baruch Goldstein<sup>30</sup> mata com um fuzil 29 palestinos que



Embaixada de Israel

*Aeronaves MiG egípcias atacando uma caravana israelense no Sinai durante a Guerra dos Seis Dias, 1967.*

oravam na Tumba dos Patriarcas de Hebrón, e o agressor é morto a golpes pelos sobreviventes do atentado. O incidente deteriora a relação entre israelenses e palestinos, e como consequência a OLP suspende o diálogo com Israel até que seja garantida a proteção dos palestinos, que os 120.000 colonos hebreus sejam desarmados e que os assentamentos judaicos sejam evacuados.

Nos primeiros dias de abril, Israel inicia a evacuação de Jericó e Gaza, reatando, no Cairo, as negociações suspensas devido ao incidente em Hebrón. Um mês depois são celebrados os acordos que outorgam certa autonomia a Gaza e a Jericó — ponto de partida para o nascimento da Autoridade Nacional Palestina (ANP) — e a finalização da retirada do Exército israelense dessas áreas, com exceção das forças designadas para a proteção das colônias judaicas e das áreas fronteiriças.

Parecia que lentamente estava-se cumprindo os acordos da Declaração de Princípios e com isso se assegurava a institucionalização futura do Estado Palestino. Nesse contexto, observa-se uma mudança por ocasião do retorno de Yasser Arafat à Gaza, em 1º de julho de 1994, depois de 27 anos de exílio.

No marco regional também aconteciam fatos promissores. Yitzhak Rabin e Hussein da Jordânia assinaram, em 26 de outubro de 1994, os acordos que deram fim a 46 anos de guerra entre ambos os países. A partir de fevereiro foram estabelecidos contatos diplomáticos com a Síria em Washington, sendo

realizadas negociações em vários campos.

Rabin e Arafat fazem um acordo em Gaza, em 8 de novembro, para iniciar a segunda fase da autonomia palestina e do processo de paz e, novamente na Cúpula de Cairo, de 2 de fevereiro de 1995, na qual participam o rei Hussein da Jordânia, Mubarak, Arafat e Rabin, reativam essas mesmas iniciativas.

Como resultado do novo relacionamento anuncia-se em Gaza, em 4 de julho, um acordo para a autonomia da Cisjordânia. Entretanto, a assinatura do mesmo, prevista para 25 de julho, teve que ser transferida para setembro, ocasião em que Arafat e Rabin concordam em ampliar a autonomia palestina no Estreito de Gaza e na Cisjordânia, garantindo a retirada do Exército israelense das sete cidades cisjordanas, permitindo ainda a convocação de eleições para março de 1996.

Em 4 de novembro de 1995, o mundo se comove quando o jovem judeu ultra-ortodoxo Ygal Amir<sup>31</sup> assassina em Tel Aviv o primeiro ministro Yitzhak Rabin, que foi sucedido no cargo por Simon Peres.

Peres continuaria a tarefa iniciada por Rabin. Em 27 de dezembro, depois de quase 30 anos de ocupação, o Exército israelense finaliza a evacuação das cidades cisjordanas de Jenin, Nablus, Tulkaren, Qalkiya, Belém e Ramala, restando apenas Hebron.

O Estado Palestino parecia tornar-se realidade quando Arafat venceu as eleições realizadas em 20 de janeiro de 1996, sendo empossado como primeiro presidente

da ANP em fevereiro. Pouco tempo depois foi formado o primeiro parlamento palestino integrado por 88 deputados. A partir de abril de 1996, a ANP inicia suas atividades em Jericó, atuando com autoridade similar à de um governo local, exceto no âmbito de segurança — com exceção de um setor de Gaza e Cisjordânia — e relações exteriores.

Com as eleições de maio houve várias mudanças em Israel. O representante do Partido Likud, Benjamin Netanyahu venceu Simon Peres, convertendo-se no novo primeiro ministro. Durante 1996 se agravam novamente os enfrentamentos no sul do Líbano entre Israel e as milícias da organização fundamentalista Hezbollah.

No início de 1997 Netanyahu e Arafat fazem um acordo em Erez para a retirada do Exército israelense da cidade e a entrega aos palestinos de 80% da cidade de Hebron. Em março, Israel concorda em ceder 500 km<sup>2</sup> da Cisjordânia — aproximadamente 9% do território — percentagem pouco significativa diante dos 30% reclamado pela ANP.

O Governo israelense inicia a construção de um novo assentamento nas colinas de Har Homa, nas proximidades de Jerusalém. Essa atividade é contestada pela Autoridade Palestina e pelos Estados Unidos, por ser contrária ao espírito e ao acordo de Oslo. A decisão de Netanyahu de continuar com a construção dos assentamentos paralisou o diálogo.

Madeleine Albright, Secretária de Estado dos EUA, consegue que Netanyahu e Arafat aceitem retomar o processo de paz, e em outubro foi assinado o acordo de Wye Plantation entre o líder palestino, o primeiro ministro israelense e Clinton. O acordo estabelecia a retirada israelense de 12% do território cisjordano, com a condição de que a ANP consiga deter a luta armada iniciada pelo terrorismo.

Pouco tempo depois, Israel inicia a primeira das três fases estabelecidas no acordo para a retirada da Cisjordânia, ao devolver 2% do território.

O novo clima de confiança entre palestinos e israelenses tinha seu eixo na confluência de interesses de Arafat e de Netanyahu, já que ambos passavam por um período politicamente frágil em seus governos e essa imagem decaída seria fortalecida com a consolidação da paz na região.

Como evidência de uma melhor disposição palestina, o Comitê executivo da OLP aprova a revogação dos 26 artigos da Carta Nacional que declaravam ilegítimo o Estado de Israel, incitando a sua destruição.

Em dezembro Netanyahu detém o avanço das duas fases seguintes da retirada da Cisjordânia previstas para janeiro e fevereiro. No início de 1999 o governo de Benjamim Netanyahu finalmente cai, novas eleições são convocadas e em maio é eleito o novo primeiro ministro Ehud Barak.

Arafat e Barak procuram garantir a paz assinando o *Sharm el Shelj* (Egito), a revisão do acordo de WYE, que contempla a retirada israelense, em três fases, de 12% dos territórios ocupados da Cisjordânia e a libertação de 350 prisioneiros palestinos dos 2.000 detidos, em troca da garantia da segurança de Israel pela OLP. Dias mais tarde, é ampliada a área sob o controle da ANP na Cisjordânia como consequência de uma nova retirada de tropas israelenses, aumentando sua jurisdição para 34% desse território. Além disso, Barak faz um acordo com os colonos de Gaza e da Cisjordânia para dismantelar 10 dos 42 assentamentos estabelecidos no último ano.

Entre o primeiro e o segundo dia de novembro Barak, Arafat e Clinton se reencontram em Oslo sendo este encontro o ponto de partida das negociações para o Estatuto Final. As conversações continuam na cidade cisjordana de Ramala, mas em dezembro Arafat interrompe o diálogo até que Israel pare com sua política de construção de novos assentamentos.

O ano 2000 inicia com o cumprimento por parte de Israel da segunda fase de evacuação dos territórios ocupados, liberando em janeiro outros 5% da Cisjordânia, estando programada uma terceira retirada de 6,1%, que foi realizada em março.

Barak manifesta a Arafat — durante uma reunião secreta em Ramala no mês de maio — sua intenção de ceder à ANP o controle da segurança de Abus Dis, Azariye e Suahara, três povoados na periferia de Jerusalém, que já estavam sob a jurisdição administrativa palestina.

Em 24 de maio de 2000, o primeiro ministro israelense ordena a retirada das tropas israelenses do sul do Líbano, após 22 anos de ocupação.

O Presidente Clinton convoca uma nova cúpula em Camp David, entre 11 e 25 de julho, para negociar a soberania de Jerusalém, o que finalmente resulta em fracasso.

O Conselho Central Palestino, no dia 13 de setembro, em uma atitude decididamente provocadora, ameaça com a proclamação unilateral do Estado Palestino, mas os EUA e a União Européia conseguem postergar essa decisão.

## **A Nova Guerra contra os Palestinos**

Com a visita do líder do Likud, Ariel Sharon, à Esplanada das Mesquitas em Jerusalém Oriental, em 28 de setembro, tem início a "entifada de Al Aqsa",<sup>32</sup> gerando uma violência descontrolada que matou 821 pessoas em 4 meses, na sua maioria palestinos. Durante a nova insurreição, crescem os atentados terroristas contra Israel, e os grupos radicais palestinos realizam ataques com emprego de terroristas suicidas, provocando dezenas de baixas civis em diversas cidades.

Em 2000, os ataques suicidas eram realizados quase

exclusivamente pelos grupos *Hamas* e *Jihad Islâmica*, e sua área de ação era principalmente a Cisjordânia e o Estreito de Gaza, mas nos anos 2001 e 2002, os atentados suicidas se alastraram por todo o território israelense.

A violência se estende para o sul do Líbano, onde o *Hezbollah* inicia ataques nas zonas fronteiriças, seqüestrando três soldados israelenses, exigindo em troca a libertação de presos pertencentes à organização.

Em 7 de outubro de 2000 um grupo de palestinos destrói um santuário judeu — "O Sepulcro do Patriarca José" — na cidade cisjordana de Nablus. Barak dá um ultimato para que dentro de 48 horas Arafat detenha a *entifada*, e se essa exigência não for cumprida, ordenará ao Exército o emprego de todos os meios a seu alcance para pôr fim à rebelião.

Nesse mesmo dia, o Conselho de Segurança da ONU aprova uma Resolução<sup>33</sup> na qual lamenta a provocação ocorrida em Jerusalém, em 28 de setembro, e a violência decorrente nesse lugar e em outros lugares santos, assim como nos territórios ocupados por Israel desde 1967. O Conselho condena o "uso excessivo da força" por parte de Israel contra os palestinos, e exorta Israel em sua condição de potência ocupante, que cumpra escrupulosamente as obrigações e responsabilidades definidas durante a 4ª Convenção de Genebra, de 12 de agosto de 1949, em relação à proteção de pessoas civis em tempo de guerra.

Barak anuncia que está disposto a reunir-se com Arafat sob os auspícios dos EUA. Palestinos e israelenses reassumem o diálogo em *Sharm el Sheij* e concordam cumprir com três premissas: cessar a violência, reativar o processo de paz e criar uma comissão de investigação que esclareça os incidentes ocorridos.

Em meio a graves engajamentos entre palestinos e colonos judeus, o Exército israelense inicia sua retirada de Gaza e da Cisjordânia, mas a violência faz com que tenha de intervir novamente com helicópteros e carros de combate.

Em fins de outubro, Arafat pede aos palestinos para intensificar a *entifada* e o Governo israelense inicia seus bombardeios contra as bases da *Al-Fatah* em Nablus e Ramala.

Em novembro, Arafat solicita o desdobramento de um contingente das Nações Unidas para proteger a população civil de Gaza e da Cisjordânia e exige apoio dos países árabes para continuar com a *entifada* até conseguir a independência.

A representante da ONU, Mary Robinson, se encontra em meio a um tiroteio em Hebron e, logo após a sua visita à região, propõe o envio de observadores internacionais aos territórios ocupados.

Em meados de novembro, há uma intensificação da *entifada*, com maior violência na área de Jenin, Belém, Hebron, Jericó, Tulkarem, Qalkiya, Ramala e Karni. O

Exército israelense responde com uma forte ofensiva em todas as frentes chegando inclusive a empregar aviões de combate *F-16*. Para protestar contra o excessivo uso da força contra os palestinos, o Egito retira seu embaixador em Israel.

O ex-senador americano George Mitchell — que havia realizado, com sucesso, uma gestão para a paz no Ulster — chega à região para procurar uma solução ao conflito, enquanto Clinton se reúne com os representantes israelenses e palestinos e propõe um plano no qual se outorga à soberania palestina 95% da Cisjordânia e um controle exclusivo sobre a Esplanada das Mesquitas. A proposta é aceita por Israel no mês seguinte sob novas condições. A ANP solicita tempo para discutir com profundidade a iniciativa.

*O acordo possibilitava a criação de um Estado palestino junto a Israel — o que seria aceito pelos árabes — e a divisão de ambos os Estados seria feito em etapas. Previa-se também no acordo a cooperação na área comercial e de segurança, ficando para ser resolvido mais adiante, os temas mais conflitantes como a situação de Jerusalém e dos refugiados.*

Ehud Barak renuncia seu cargo de Primeiro Ministro e em 19 de setembro de 2000 são convocadas eleições antecipadas.

Em janeiro de 2001 palestinos e israelenses se reúnem em Taba (Egito), para estabelecer uma estrutura para o acordo de paz apresentado pelos EUA diante das eleições gerais. Arafat aceita os pontos principais da proposta de Clinton e os mediadores americanos planejam reunir-se separadamente com ambos os lados a fim de definir os alcances do acordo.

Ariel Sharon vence as eleições de Israel em 6 de fevereiro, com 62,2% dos votos, enquanto Barak obtém apenas 37,8%. Houve um recorde de abstenção com apenas 62% comparecendo às urnas. A vitória de Sharon não agrada aos palestinos, já que ainda lembram de sua participação na invasão do Líbano e de sua visita à Esplanada das Mesquitas em Jerusalém.

Sharon prometeu a seus eleitores continuar construindo nos territórios ocupados, não fazer negociações de paz com os palestinos sem garantias para a segurança de Israel e pouco tempo após assumir anunciou que seu Governo não estava preparado para respeitar todos os acordos de Taba. Isto provocou a imediata reação dos líderes palestinos e tanto a *Jihad Islâmica* como o *Hamas* intensificaram os atentados suicidas. Como resposta, o governo israelense decidiu atacar objetivos nas áreas sob

o controle palestino empregando aeronaves de guerra.

Nos meses que se seguem, a *entifada* mantém sua intensidade, e prossegue entre combates intercalados por um leve cessar fogo e duras represálias israelenses, mas a violência fica incontrolada quando a imprensa internacional difunde as imagens de um menino palestino morto durante um tiroteio em Gaza.

Em abril, o presidente da França e o rei da Jordânia insistem com os israelenses e palestinos para que aceitem a iniciativa de paz do Egito e da Jordânia, a qual propõe o fim da *entifada* durante um mês, para que possam ser restabelecidas as conversações de paz.

A Comissão Mitchell sugere, como solução, o fim do estabelecimento de colônias por parte de Israel em Gaza e na Cisjordânia e o encarceramento dos terroristas palestinos. Arafat em Paris pede que se acate a proposta da Comissão Mitchell, parando com a colonização judaica no território palestino, enquanto Sharon numa reunião com o presidente Bush, nos EUA, deixa claro porque se opõe ao desmantelamento das colônias judaicas.

Em junho surge o Plano Tenet, desenvolvido pelo chefe da CIA George Tenet. A iniciativa estabelecia que as forças palestinas deviam confiscar os morteiros dos grupos paramilitares, fazer uma intervenção nas fábricas dos mesmos e não cometer atentados contra a integridade dos civis ou militares israelenses. Por sua vez Israel deveria retirar suas tropas das posições que haviam conquistado desde o primeiro dia da *entifada*, assumir o compromisso de não empregar armas de efeito devastador e que suas tropas não abrissem fogo contra objetivos civis ou instalações da ANP. Ambos os contendores deverão desdobrar forças de interposição nos pontos mais conflitantes da Cisjordânia e de Gaza.

As atividades terroristas passam a ser cada vez mais intensas e, como conseqüência dos ataques com morteiros contra as povoações israelenses, a presença militar israelense é incrementada em Gaza e na Cisjordânia.

Bush culpa os palestinos pela paralisação das negociações, manifestando que os israelenses não negociarão sob ameaças terroristas. Enquanto isso, Sharon culpa Arafat de ser "o principal obstáculo para a paz" e acredita que a solução se encontra na sua substituição por um líder "mais pragmático".

Com os atentados do dia 11 de setembro contra os EUA, Arafat expressou publicamente seu repúdio à realização dos atos terroristas apesar de que algumas povoações palestinas saíram às ruas demonstrando seu júbilo.

Em 17 de outubro, a Frente Popular para a Libertação da Palestina assassina o ministro do turismo israelense Rejavam Zeevi, o que gera uma imediata represália por parte de Israel, ocupando várias cidades palestinas.

As ações dos grupos radicais deixam um saldo de 26 mortos e 200 feridos e se acrescenta ao cenário uma

nova organização criada no ano 2000 vinculada ao *Al-Fatah*: as Brigadas dos Mártires de *Al Aqsa*,<sup>34</sup> que apesar de não se tratar de um grupo fundamentalista islâmico, caracterizou-se por seus violentos ataques suicidas.

A partir de dezembro Sharon interrompe seus contatos com a ANP, proibindo Arafat de sair do Quartel General da ANP em Ramala — conhecido como *Mukata* — e dá ordens para bombardear povoações palestinas, destruindo o aeroporto de Gaza.

No início de 2002, Ariel Sharon decide levantar as restrições impostas nos territórios de Gaza e Cisjordânia, antevendo a chegada do mediador americano Anthony Zinni em Israel, medida esta que acalma os ânimos dos palestinos.

A tranquilidade seria breve. Em 11 de janeiro a *Jihad Islâmica* realiza um atentado contra civis israelenses durante uma festa em Hedera, matando sete pessoas e deixando cerca de 30 feridos.

Isto produz um recrudescimento do conflito, e em resposta Israel realiza uma importante ofensiva. O Exército israelense ocupa Tulkarem, Qalkiya, Beit Jala e o campo de refugiados de Deishó e bombardeia o QG de Arafat. Uma semana mais tarde, são travados os combates mais cruentos nas cidades de Nablús, Jenín, Belém e Ramala, em decorrência de ações militares que se estendem praticamente ao total dos territórios da ANP.

Logo após o início da ofensiva, o resultado era 200 palestinos mortos, 1500 feridos e 1300 detidos, dos quais 361 pertenciam a grupos terroristas palestinos. Pelo lado israelense, o saldo era de 11 soldados israelenses mortos e 143 feridos.

No dia 12 de março de 2002, o Conselho de Segurança da ONU, aprova uma Resolução<sup>35</sup> onde pede a cessação imediata da violência, inclusive dos atos de terrorismo e de provocação, exortando às partes a colaborar na aplicação do Plano Tenet e das recomendações da Comissão Mitchell, com vistas a alcançar uma conciliação política.

A Cúpula Árabe de Beirute insiste no plano saudita, que propõe a normalização de relações entre o mundo árabe e Israel, em troca da retirada israelense dos territórios ocupados em 1967.

Arafat não pôde participar da Cúpula. Encontrava-se confinado em Ramala resistindo uma ação militar israelense de tal porte, que quando os carros de combate ingressaram no seu QG, acreditando estar perto do fim, expressou sua vontade de morrer como "mártir".

Pela inusitada intensidade dos atentados terroristas suicidas, no dia 10 de março o Exército israelense lança uma nova ofensiva contra alvos da ANP.

Em 10 de abril se reúnem em Madrid os representantes da União Européia, Rússia, Estados Unidos e da ONU para procurar uma solução para o conflito, criando-se o chamado "Quarteto de Madrid". Os quatro mediadores:



ONU

Reunião do Conselho de Segurança da ONU tratando da violência em Gaza, 1991.

Miguel Angel Morantinos (UE), Anthony Zinni (EUA), Andrei Vdovin (Rússia) e Terje Roed Larsen (ONU) se dedicaram a delinear um plano de paz que foi consolidado em um documento chamado de *Road Map*. Decidem ainda pedir a Sharon que se retire da Cisjordânia e de Gaza, e a Arafat para lutar contra o terrorismo.

Em 24 de junho, o presidente Bush estabelece como condição para a criação de um Estado palestino no ano 2005, o fim da liderança de Yasser Arafat e a nomeação de um primeiro ministro, sendo esta a primeira ocasião em que os EUA apóiam a idéia de formar um Estado palestino.

As pressões dos EUA levam Arafat a nomear, em 19 de março, Mahmoud Abbas (Abu Mazen) como primeiro ministro da ANP.

O *Road Map* foi entregue a Sharon e a Abu Mazen em 30 de abril de 2003. Nele está previsto o estabelecimento de um plano de paz em três fases.

A primeira fase, seria aplicada de 30 de abril até finais de maio de 2003, com o objetivo de pôr fim às ações terroristas e à violência. Propõe ainda normalizar politicamente a Palestina, estabelecendo uma Constituição e propiciando a celebração de eleições livres. Os palestinos deverão acatar o cessar fogo e reconhecer Israel como um Estado. Por sua vez, Israel deverá se retirar das zonas ocupadas, parar a construção dos assentamentos, comprometendo-se ainda em não realizar deportações, agressões ou destruição dos lares palestinos.

A segunda fase entraria em vigor de junho a dezembro

de 2003. Nessa instância — logo após serem celebradas as eleições palestinas — seria convocada uma Conferência Internacional onde seriam debatidos diversos aspectos relativos ao conflito, incorporando-se à agenda a busca de solução das disputas que Israel mantém com a Síria e o Líbano. Promover-se-ia o reconhecimento internacional do Estado palestino, favorecendo sua incorporação à ONU. Foi também proposto o restabelecimento das ações de cooperação multilateral para o desenvolvimento da região.

A terceira fase seria desencadeada entre 2004 a 2005. Em princípios de 2004 convocar-se-ia uma segunda Conferência Internacional, dando-se início a um processo que conduzisse a um estatuto final para o ano 2005. Nesse estatuto seriam estabelecidas as questões de fronteiras, refugiados, assentamentos e a situação de Jerusalém. Foi determinado que a solução deveria incluir um meio para proteger os interesses judeus, cristãos e muçulmanos.

Ariel Sharon e Abu Mazen se reúnem em 17 de maio para discutir os aspectos relativos ao plano, e em 25 de maio, o gabinete israelense aprova o *Road Map* por 12 votos a favor, 7 contra e 4 abstenções. Síria também aceita a proposta.

Dias mais tarde, realiza-se uma nova reunião entre Mazen e Sharon. O Primeiro Ministro palestino exige a aplicação do plano de forma íntegra, sem modificações, e o fim do assédio a Arafat em Ramala.

Pouco a pouco o *Road Map* parece ser uma tentativa pouco realista para obter a paz para o Oriente Médio.

Em junho, Israel inicia a construção de um muro de 245 km na fronteira com a Cisjordânia. A principal razão da obra é garantir a segurança das populações vizinhas que, durante anos, têm sido alvos de franco-atiradores e de tiros de morteiros. Além disso, essa obra procura impedir a infiltração de terroristas desde suas bases na Palestina. Entretanto, aqueles que se opõem a realização da obra, consideram que o objetivo seja definir uma nova fronteira. A maior parte do muro está formada por aramados com sensores eletrônicos de pelo menos 3 metros de altura; também há partes onde a altura média será de 5 metros, construídas em cimento, principalmente nas áreas povoadas.

No dia 5 de junho, sob os auspícios do rei Abdullah, se reúnem em Aqaba (Jordânia) o presidente Bush, Sharon e Abu Mazen a fim de aprovar e consolidar as premissas estabelecidas no *Road Map*. A convocatória mostra o interesse dos EUA em apoiar o processo de paz, e são obtidos alguns compromissos.

O Primeiro Ministro palestino procura cumprir com sua parte do plano, e Israel se compromete a não continuar com os ataques seletivos, na tentativa de conseguir um acordo com as organizações terroristas e com isso por fim à violência. Entretanto, nos primeiros dias de junho, Abdel Aziz-al-Rantisi, líder do *Hamas*, decidia suspender o diálogo com Abu Mazen, desmoronando as esperanças de paz na região.

A Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP) também rejeitou toda possibilidade de trégua e que prosseguiria com a *Jihad Islâmica* ao declarar, desde Gaza, que todo o acordo patrocinado pelos EUA é um fracasso para os palestinos. A organização "Brigadas de Mártires de al-Aqsa" apresentou certas condições para a aceitação de uma possível trégua — entre outras exigências — que Israel libere Arafat do seu confinamento em Ramala, iniciado em dezembro de 2001.

Em 22 de junho reúnem-se em Shuné (Jordânia) o secretário de Estado dos EUA, Collin Powell, o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, o Ministro do Exterior russo, Igor Ivanov e o Alto Representante da Política Exterior e Segurança Comum da União Européia, Javier Solana. Os representantes do "Quarteto de Madrid" procuram reverter a paralisação que sofria o processo de paz, já que a violência entre israelenses e palestinos, desde a Cúpula de Aqaba, já havia custado mais de 60 vidas.

Os participantes do conclave expressaram sua preocupação com respeito às operações militares israelenses que matam palestinos inocentes e outros civis, enfatizando que tais ações não melhoram a segurança, pelo contrário, debilitam a confiança e as perspectivas de cooperação. Enfatizam, além disso, que, embora reconheçam o direito de Israel defender-se dos atentados terroristas contra sua população, insistem junto ao Governo israelense para respeitar os regulamentos

humanitários internacionais e efetuar os maiores esforços para evitar vítimas civis.

Israel rejeitou a crítica, advertindo que enquanto o Governo palestino não entrar na guerra contra o terrorismo, estaremos obrigados a fazê-lo para defender a vida dos israelenses.

As ações militares de Israel contra objetivos terroristas dividiram-se em ataques cirúrgicos contra dirigentes das organizações e em incursões na qual capturaram numerosos membros e simpatizantes de grupos terroristas.

Apesar do clima de violência, os grupos radicais palestinos *Hamas*, *Jihad Islâmica* e *Al Fatah* concordaram com a ANP sobre as bases para um cessar fogo. Israel também chegou a um acordo com a ANP parar realizar uma evacuação militar de Gaza e Belém assim que entrasse em vigor a trégua.

Parecia que se entrava em um período de paz. Os palestinos podiam entrar e sair de Gaza depois de dois anos de proibição. Israel libertava presos palestinos e se suspendia a anunciada a expulsão de familiares de terroristas. Os Estados Unidos enviariam \$30 milhões de dólares para iniciar a reconstrução de Gaza, enquanto Condoleeza Rice promete enviar mais um bilhão de dólares para a recuperação econômica dos territórios ocupados.

Em decorrência de graves atentados, em meados de agosto, Israel suspende a libertação de presos, manda fechar o Estreito de Gaza e estabelece represálias militares contra líderes terroristas. Esta situação justifica o fim da trégua por parte do *Hamas* e da *Jihad Islâmica*.

O processo de paz fica novamente trancado — perdido numa nova escalada de violência — e o fracasso do plano leva à renúncia de Abu Mazen.

Ahmed Qorei (Abu Ala), presidente do parlamento palestino, recebe convite de Arafat para substituir o Primeiro Ministro que renunciou.

Nos primeiros dias de setembro, o vice-primeiro ministro e o titular de Relações Exteriores israelense, Silvan Shalom, confirmaram a necessidade de expulsar Arafat já que este é o principal obstáculo para toda iniciativa de paz, porém essa decisão foi amplamente criticada pela comunidade internacional, acabando com uma advertência dos EUA, da União Européia e da Liga Árabe de que com essa atitude somente se conseguiria acentuar a escalada da violência.

Novos ataques suicidas levam Israel a justificar represálias em Gaza e na Cisjordânia atacando, além disso, bases da *Jihad Islâmica* na Síria com aeronaves de combate.

As ações israelenses na Síria foram severamente criticadas pela Liga Árabe, insistindo que o ataque da aviação israelense constitui uma escalada perigosa que ameaça a segurança regional, que pode arrastar a região

inteira a uma espiral de violência. Um critério similar foi adotado pelo Egito, Qatar, Jordânia e o Líbano, que coincidiram em afirmar que a ação de Israel constitui uma perigosa provocação e uma violação da soberania síria e da legislação internacional.

A gravidade do incidente impõe a necessidade de recordar que a Síria e o Líbano são dois países vizinhos que não assinaram a paz com Israel, porquanto não participaram do acordo realizado na Conferência de Paz de Madri em outubro de 1991. Três temas ainda por resolver separam a Síria e Israel: a normalização diplomática, a ocupação israelense das Colinas de Golã e o controle da água que abastece o lago Tiberíades.

O presidente Bush envia a Sharon uma mensagem clara de apoio, ao manifestar que não se deve ficar constrangido na hora de defender seu território, embora enfatize cuidado com as ações tomadas para evitar uma escalada do conflito e maior tensão.

Em 15 de outubro, logo após um atentado que custou a vida de três cidadãos americanos em Gaza, o Secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, disse ser impossível a criação de um Estado Palestino se não houver fim da violência.

A visita do ministro de Segurança do Interior de Israel, Tzachi Hanegbi, à Esplanada das Mesquitas de Jerusalém, é interpretada como uma provocação para os palestinos. É a primeira visita de um ministro israelense desde 28 de setembro de 2000, ocasião em que Ariel Sharon compareceu nesta área e ocasionou o início da *entifada* de *Al-Aqsa*.

Enquanto isso, o Primeiro Ministro palestino, realiza um importante anúncio ao comunicar que a ANP tem prevista a realização de eleições para junho de 2004.

O relacionamento israelense-palestino parece ter ficado trancado num círculo onde os esforços para estabelecer a paz são seguidos pela violência terrorista — procurando desestabilizar o processo — e pela dura resposta militar israelense, como retribuição.

## Conclusões

Como já vimos a complexa situação no Oriente Médio tem uma multiplicidade de razões que a motivam, mas suas raízes se encontram nos tempos da presença britânica, durante o mandato da Sociedade das Nações sobre a Palestina.

Desde o nascimento do Estado de Israel em 1948, sua existência tem se mantido sobre a amálgama de três claros conceitos geoestratégicos:

- O estabelecimento de políticas migratórias, demográficas e territoriais para fortalecer seu espaço vital;
- O apego ao caráter judeu como base da identidade nacional;
- Uma sólida política de segurança nacional como

apoio para a sobrevivência do Estado de Israel.

Quanto ao primeiro, embora mais da metade dos judeus que atualmente habitam Israel, tenham nascido lá, deve-se levar em consideração que somente a terceira parte da população judaica mundial mora hoje no Estado de Israel. Portanto, repatriar essa população ainda na diáspora constitui-se em um objetivo nacional ainda por ser atingido.

Através de uma política demográfica e territorial coerente com seus objetivos, tirou-se proveito do dissimulado consentimento internacional oferecido à sua estratégia de fatos consumados. Isto permitiu que se aferrassem, com o passar do tempo, aos territórios

*O Road Map . . . propõe ainda normalizar politicamente a Palestina, estabelecendo uma Constituição e propiciando a celebração de eleições livres. Os palestinos deverão acatar o cessar fogo e reconhecer Israel como um Estado. Por sua vez, Israel deverá se retirar das zonas ocupadas, parar a construção dos assentamentos, comprometendo-se ainda em não realizar deportações, agressões ou destruição dos lares palestinos.*

capturados nas guerras, nos quais estabeleceram rígidos critérios populacionais.

Neste sentido, observam-se dois cursos de ação que convergem para cumprir tais políticas:

- A consolidação e anexação do Estreito de Gaza e da Cisjordânia através do assentamento de colonos judeus, impedindo a consolidação territorial palestina, e
- O emprego de mecanismos dissociativos para impedir o fortalecimento da identidade nacional palestina. Isto também se aplica aos palestinos que ficaram dentro das fronteiras de Israel no fim da guerra de 1948 — atualmente perto de 20% da população — que estão em certa desigualdade com respeito a população judaica.

Quanto à identidade nacional israelense, o judaísmo é o elemento aglutinante, indo mais além do caráter religioso, encontrando-se profundamente enraizado com as origens do projeto de fundação de Israel. O judaísmo não significa apenas pertencer a uma raça, a uma religião, o uso de uma língua, mas também se enraíza com a crença comum do direito a uma terra cuja promessa tem origens bíblicas. É o crisol que atua homogeneizando as distintas influências culturais trazidas pelos imigrantes que construíram o Estado de Israel.

Do ponto de vista da segurança nacional, Israel conseguiu consolidar-se como país através de ações em seu entorno que combinaram a fustigação e a dissuasão. Entretanto, embora tenha vencido todas as guerras, não pôde ou não soube como estabelecer uma paz duradoura

na região. Na estrutura interna, os temas prioritários giram ao redor do conflito com os palestinos e o terrorismo local, principalmente os das mãos do *Hamás*, *Jihad Islâmica* e das Brigadas dos Mártires de *Al-Aqsa*. No futuro, o tema dos refugiados será mais conflitante, já que são mais de quatro milhões de palestinos que foram empurrados para o exílio nas guerras de 1948 e 1967, e seu regresso constituiria um sério problema à segurança nacional israelense. No campo internacional, a hostilidade de alguns países da região — como a Síria, o Líbano e o Irã — e o assédio do terrorismo internacional — em particular por parte da milícia libanesa *Hezbollah* — são as questões que recebem maior importância.

O surgimento definitivo do Estado Palestino está sujeito a profundas dificuldades estruturais que tornam impossível sua pronta consolidação, sendo as principais razões a carência de terras, a fragmentação territorial, uma população dispersa, um governo sem poder e a ausência de uma soberania eficaz. Para poder cumprir com sua aspiração nacional, os palestinos requerem inexoravelmente o consentimento de Israel e de certo apoio dos EUA. Nesse contexto, as exigências dos palestinos a Israel são as seguintes:

- A autodeterminação da população palestina,
- A devolução dos territórios ocupados e o retorno às fronteiras anteriores a 1967,

- A criação de um Estado Palestino que incorpore a Cisjordânia e Gaza, com a capital em Jerusalém,
- O retorno dos refugiados, como foi estabelecido pelas Resoluções das Nações Unidas.

As pretensões palestinas — visivelmente contraditórias com os interesses israelenses — dependem de temas de negociação extremamente complexos, como a questão de Jerusalém — que tanto israelenses como palestinos consideram sua capital irrenunciável — ou as questões relativas à água, recurso natural e escasso na região, onde a posse dos aquíferos da Cisjordânia e em particular os do rio Jordão, adquirem verdadeiro caráter estratégico.

Atualmente é quase imprescindível estabelecer quanto tempo levará para se chegar ao fim do conflito, considerando-se as enormes diferenças que separam as partes. A profunda limitação ao diálogo para estabelecer bases sólidas para a paz, decorre principalmente de os atores terem sido povos que passaram a maior parte da vida entre o ódio, a morte e a destruição um do outro.

Somente quando israelenses e palestinos aprenderem a falar a mesma linguagem de reconciliação, poder-se-á começar a percorrer um caminho firme que conduza a um diálogo verdadeiro, o qual, no devido tempo, permitirá chegar a uma paz duradoura. **MR**

---

---

## Referências

1. De 1516 a 1917 é administrada desde Istambul.
2. *Mandate for Palestine*, C. 529. M. 314. 1922. VI, Nineteenth Session of the Council, Thirteenth Meeting, St James Palace, Londres, 24 de julho de 1922.
3. Artigos 1 ao 26 do Tratado de Paz de Versalles de 28 de junho de 1919.
4. "Haganah" em hebraico significa "Defesa".
5. Resolução GA/RES/181(II)(A+B) de 1947.
6. Em inglês "*Israel Defense Force*", conhecida por suas siglas IDF.
7. *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO).
8. Resolução GA/RES/194 (III) de 1948.
9. O veto da França e da Grã-Bretanha impediu que o Conselho de Segurança atuasse na questão.
10. *First United Nations Emergency Force* (UNEF I).
11. Embora a expressão "Fatah" signifique vitória ou conquista, é empregada como a sigla invertida de "Harakat al-Tahrir al-Watani al-Filastini", que significa "Movimento Palestino de Libertação Nacional".
12. A doutrina entende que para que se possa realizar uma ação sob o conceito de "defesa preventiva", é necessário que se produza a concorrência dos seguintes requisitos: 1. A existência de um perigo grave e eminente, 2. Que este perigo recaia sobre um interesse essencial do Estado, 3. Não se pode invocar a necessidade quando esta situação tenha sido provocada pelo Estado que a alega, 4. A ação realizada para iludir o perigo iminente e grave deve ser o único meio para escapar do mesmo, 5. Proporcionalidade na resposta à ameaça.
13. Resolução SC/RES/237 de 1967.
14. Resolução SC/RES/242 de 1967.
15. *Second United Nations Emergency Force* (UNEF II).
16. Força das Nações Unidas de Observação da Separação (UNDOF).
17. Resolução GA/RES/3210 (XXIX) de 1974.
18. Resolução GA/RES/3236 (XXIX) (1974).
19. *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL).
20. Informe do Secretário Geral sobre a Força Provisória das Nações Unidas no Líbano S/1998/53, 20 de janeiro de 1998.
21. Resolução GA/RES/3376 (XXX) (1975).
22. Resolução GA/RES/3375 (XXX) (1975).
23. Resolução SC/RES/446 (1979).
24. Resolução SC/RES/465 (1980).
25. Declaração GA/CONF.114/42 (1983).
26. Resolução CS/RES/242 (1967).
27. Resolução CS/RES/338 (1973).
28. Documento GA/48/486 SC/26560 1993.
29. Em 1993, dos 600 milhões de metros cúbicos de água que anualmente se obtém das fontes da Judéia e Samaria, Israel empregava 500 milhões para satisfazer a terça parte das necessidades de sua população.
30. Ultra direitista ortodoxo pertencente à organização radical judaica Kach. Fundada pelo rabino Meir Kahane, e declarada organização terrorista pelo Governo de Israel em 1994.
31. Com 25 anos na data do atentado, cursava o 3º ano de direito na Universidade Barlan de Tel Aviv, e havia prestado serviço militar na Brigada Golani.
32. *Al-Aqsa* significa "Lugares Sagrados".
33. CS/RES/1322 (2000).
34. Suas ações fizeram com que os Estados Unidos, em 27 de março de 2002, as incluisse nas suas listas de organizações terroristas.
35. CS/RES/1397 (2002).

---

---

*O Dr. José Gabriel Paz é advogado e desempenha suas funções no Ministério de Defesa da Argentina como Assessor de Auditoria Geral das Forças Armadas. Possui cursos de pós-graduação em Geopolítica e Inteligência Estratégica. É Diretor do curso de mestrado em Defesa e Segurança Hemisférica no Colégio Interamericano de Defesa em Washington DC. Realizou numerosos cursos nos EUA e em Israel.*



# ISRAEL

## e a Guerra de Atrito

Robert S. Bolia

**D**ESDE QUE surgiu como uma nação independente em 1948, Israel travou seis guerras contra os seus vizinhos árabes. O conflito de 1948-49, conhecido como a “Guerra pela Independência”, demonstrou que a nova nação podia sobreviver mesmo face à violenta oposição à sua existência.

Na guerra de 1956, no Sinai, Israel provou que um ataque preventivo pode atrasar durante anos os preparativos de um inimigo para a guerra.

O apogeu da Força de Defesa Israelense (*Israeli Defense Force* — *IDF*) foi alcançado durante a Guerra dos Seis Dias em junho de 1967 e testemunha o valor da inteligência e do planeamento. A Guerra do Yom Kippur em 1973 revelou o perigo do excesso da autoconfiança israelense e a invasão do Líbano nove anos mais tarde, por parte de Israel, produziu dissentimento interno e conflito entre os objetivos militar e político. Mas a mais longa guerra israelense, a Guerra de Atrito, entre Israel e Egito, de 1967 a 1970, ficou quase totalmente esquecida.<sup>1</sup> Quando é lembrada, é geralmente como prelúdio à Guerra do Yom Kippur.<sup>2</sup>

A Guerra dos Seis Dias resultou na ocupação israelense da Península do Sinai. O Egito procurou forçar Israel a se retirar dos territórios conquistados durante a Guerra e Israel procurou manter a sua posição na Península para impedir uma ofensiva árabe ou egípcia e para chegar a um cessar-fogo regional. As operações de combate foram geralmente limitadas a bombardeios fronteiriços, incursões, emboscadas, ataques aéreos e navais, terror e sabotagem.<sup>3</sup>

A Guerra de Atrito foi a primeira tentativa do Egito para forçar Israel a reconhecer que sua contínua ocupação da Península do Sinai não era do seu melhor interesse. A Guerra também prestou oportunidade para que ambos os lados testassem a eficácia das armas que seriam usadas novamente em 1973.<sup>4</sup> Os resultados da guerra tiveram um efeito profundo nas percepções dos dois lados sobre a eficiência dos seus poderes de combate e dissuasão, que repercutiram no conflito que se seguiu.

O propósito do Presidente Gamal Abd el-Nasser, ao

iniciar a Guerra de Atrito, era compelir Israel a se retirar de sua posição ao longo do lado oriental do Canal de Suez e, eventualmente, da Península do Sinai. A sua decisão de iniciar hostilidades foi baseada em uma análise das forças e das vulnerabilidades israelenses. Do seu ponto de vista, uma vulnerabilidade notável era o fato de a população israelense ser menor — comparada à do Egito — o que para ele significava que Israel não suportaria muitas baixas. Nasser também sabia que Israel não tinha um exército profissional de porte, mas que dependia em grande parte de soldados-cidadãos. Isso significava que, não apenas as baixas, mas também a mobilização afetaria a economia nacional israelense.

A estratégia de Nasser era a de produzir um nível suficiente de baixas que seria inaceitável para o povo israelense, ou então, de escalar o conflito de tal maneira que Israel se veria obrigado a mobilizar suas forças por um período de tempo prolongado. Nasser supunha que considerações políticas ou econômicas forçariam Israel a retirar as suas forças armadas para trás das fronteiras pré-1967.<sup>5</sup>

Nasser também propôs usar a maior vantagem da *IDF* — a sua doutrina de mobilidade flexível — contra si própria, forçando Israel a combater usando táticas com as quais não estava acostumado. Os sucessos israelenses em 1956 e 1967 foram devidos, em grande parte, à capacidade israelense de rapidamente atacar com força decisiva o centro de gravidade do inimigo, dependendo para isso do grande uso de blindados.

Durante a Guerra de Atrito, Nasser quis retirar os blindados da equação, atacando a frente israelense ao longo do Canal de Suez com bombardeios de artilharia em massa e incursões de comandos, esperando que a resposta israelense fosse limitada pela barreira física do Canal. Se o Exército de Israel quisesse contra-atacar, seria forçado a atravessar o Canal, arriscando grandes baixas e uma possível intervenção soviética, esticando ainda mais as suas já estendidas linhas de comunicações.<sup>6</sup>

Antecipando a estratégia egípcia, Israel mudou a sua. Após a Guerra de Seis Dias, o alto comando israelense planejou um

meio para defender a sua recente ocupação do território no Sinai contra uma travessia egípcia. Os Generais-de-Brigada Israel Tal e Ariel Sharon propuseram um sistema de defesa. Escreveu Sharon:

*Manter uma presença israelense na margem ocidental do Sinai não significa ter que sentar ao longo de toda a margem do Canal. Podemos escolher, cuidadosamente, um ou dois locais, por exemplo, no Great Bitter Lake, onde não nos encontraremos diretamente debaixo dos seus canhões... Proponho que devemos basear a nossa defesa na linha natural de dunas e colinas que correm paralelas ao Canal, cinco a oito milhas para o leste, dominando a planície do mesmo. Uma segunda linha, com as nossas reservas móveis, deve ser estabelecida de quinze a vinte milhas do Canal,*

***Durante toda a guerra, os soviéticos explicaram as perdas egípcias pela covardia dos operadores ou pela falha destes em compreender o treinamento soviético. Reprovaram os egípcios por terem perdido numerosas peças de equipamento de alta tecnologia militar para os israelenses, incluindo carros de combate T-55, T-62 e um radar P-12.***

*onde começam as montanhas e os passos Mitla e Gidi vão em direção ao interior: Devemos manter patrulhas móveis, entre a primeira linha e o Canal, em movimento constante e imprevisível para não nos expormos como alvos fáceis a emboscadas, franco-atiradores e artilharia.*<sup>7</sup>

## A Linha Bar-Lev

Apesar destes e outros argumentos, Sharon e Tal foram desconsiderados pelo General-de-Brigada Yeshayahu Gavish, e pelo Chefe de Estado-Maior da *IDF*, *Lieutenant General* Chaim Bar-Lev. Gavish e Bar-Lev queriam construir uma longa série de fortificações fixas, subsequentemente conhecidas como a “linha Bar-Lev”, no banco oriental do Canal. A maioria dos soldados israelenses não conhecia este tipo de defesa e nunca havia usado arame farpado, minas, ou sacos de areia. Essa defesa também anulou a vantagem israelense da mobilidade e tornou possível a Guerra de Atrito.<sup>8</sup>

A estratégia de Nasser parecia boa, mas não funcionou. O fogo pesado da artilharia egípcia caiu sobre as posições israelenses na linha Bar-Lev, mas mesmo com o aumento das baixas israelenses não surgiu um movimento para terminar a guerra, em Israel. Nasser havia subestimado a força de vontade de Israel para lutar. Embora um grupo de estudantes de escola secundária tivesse escrito à Primeira Ministra Golda Meir, sugerindo que o governo estaria “satisfeito com a idéia de manter a nação em um estado de guerra”, e que era difícil reconciliar o seu futuro serviço

militar obrigatório com a noção de “ein breira”, (“nenhuma escolha” em hebraico), provaram estar dispostos a agüentar a Guerra de Atrito. Os custos do conflito nunca chegaram a ser um assunto político.<sup>9</sup>

## Novas Armas

A Guerra de Atrito também foi uma oportunidade para que os dois países pusessem à prova as suas armas mais recentes. O Egito havia recebido centenas de carros de combate soviéticos *T-54* e *T-55* para substituírem os *T-34* e *T-54* que haviam sido perdidos durante a Guerra dos Seis Dias, mas a guerra não iria ser uma batalha com carros de combate em grande escala. Na verdade, o acontecimento mais notável envolvendo os *T-55* ocorreu quando os israelenses atravessaram o Canal com uma unidade de seis *T-55* capturados, atacando posições egípcias com carros de combate egípcios.<sup>10</sup>

A tecnologia naval teve apenas um pequeno papel no conflito apesar de ter provocado grandes repercussões para o futuro da guerra. No dia 21 de outubro de 1967, duas lanchas lança-mísseis egípcias ancoradas dentro do porto de Said, lançaram três mísseis superfície-superfície soviéticos *Styx* contra o destróier israelense *Eilat*, navio-capitânia da Marinha de Israel. O *Eilat* estava patrulhando ao longo da costa do Sinai quando os três mísseis o acertaram, afundando-o, matando 47 e ferindo 90 tripulantes. Foi um evento importante na história naval, a primeira vez que um míssil lançado na superfície tinha afundado uma embarcação. O ataque prefigurou as batalhas de embarcações lança-mísseis da Guerra do Yom Kippur e os ataques *Exocet* contra os navios britânicos durante a Guerra das Malvinas uma década mais tarde.<sup>11</sup>

A Guerra de Atrito também marcou o primeiro uso de viaturas aéreas não tripuladas (*unmanned aerial vehicles* — *UAV*) para reconhecimento. Um major israelense servindo na inteligência da *IDF* sugeriu montar câmaras em aviões miniatura de controle remoto (demasiado pequenos para serem atingidos por fogo antiaéreo), enviando-os por sobre o Canal como aeronaves de reconhecimento. Israel comprou três dessas aeronaves dos EUA por 850 dólares e as primeiras experiências com elas, conduzidas acima de posições israelenses, demonstraram a validade do conceito. Quando o primeiro *UAV* sobrevoou as posições dos egípcios, estes nem sequer atiraram nele, que voltou com excelentes fotografias. Versões avançadas destes veículos têm se tornado, desde então, importantes para o processo de coleta de inteligência.<sup>12</sup>

## Avaliando a Tecnologia no Campo de Batalha

As forças aéreas egípcias e israelenses usaram a Guerra de Atrito para conduzirem avaliações importantes de tecnologia. A Força Aérea do Egito (*Egyptian Air Force* — *EAF*)



Embaixada de Israel

Restos de um avião MIG da Força Aérea do Egito depois de um ataque israelense.

aceitou mais de 100 *MiG-21* e centenas de outras aeronaves da antiga União Soviética para substituírem as aeronaves egípcias que Israel havia destruído no solo em seu ataque preventivo contra o Egito no início da Guerra de Seis Dias. Em reação a isto, a Força Aérea de Israel (*Israeli Air Force* —*IAF*) comprou aeronaves *A-4 Skyhawks* e *F-4 Phantoms* dos EUA.<sup>13</sup>

No início, a *IAF* teve uma função relativamente pequena na Guerra de Atrito, enviando aviões *Mirage* para interceptarem os *MiG* do Egito somente quando estes cruzavam o Canal para atacar posições na linha Bar-Lev e em Sharm el-Sheikh. Eventualmente, porém, o comandante da *IAF*, General-de-Brigada Mordechai “Moti” Hod, enviou formações de *Mirage* Egito adentro para atacar patrulhas de *MiGs* e atrair a *EAF* a combates aéreos, a maioria destes vencidos pelos israelenses. No começo, a *EAF* reagiu aumentando o número de *MiG* enviados para enfrentar os *Mirage*, mas a *IAF* respondeu ao escalonamento. Eventualmente, Nasser concedeu a superioridade aérea à *IAF* e parou de enviar aviões.<sup>13</sup> Mas isto não representou o fim da guerra. Nasser ainda tinha artilharia e os canhões egípcios continuaram a atacar as posições israelenses ao longo do Canal.

Tendo adquirido a superioridade aérea, a *IAF* passou a apoiar o Exército, montando um ataque em massa contra as posições egípcias, lançando 159 toneladas de bombas e 72 latas de *napalm* (bombas incendiárias) durante um período de 2 horas. Os egípcios haviam criado um sistema de defesa aérea em rede, incluindo mísseis soviéticos *SA-2* superficiei-

ar, mas estes eram eficazes apenas contra alvos acima de 3.000 pés, e os israelenses estavam conscientes disso. Os pilotos da *IAF*, voando abaixo do nível do radar egípcio, destruíram os *SA-2* do Egito, bem com as suas posições de artilharia.<sup>15</sup>

Todavia, nem os egípcios nem os israelenses se davam por vencidos. De fato, ambos escalaram os seus ataques. Nasser implorou por ajuda aos soviéticos. Relutantemente, estes enviaram mais *SA-2*, baterias dos mais recentes *SA-3* e baterias antiaéreas guiadas por radar, as quais eram operadas em rede por soldados soviéticos. As baterias eram eficazes contra alvos voando a qualquer altitude e estavam suficientemente dispersas para que Israel não pudesse atacá-las com facilidade do ar. Quando Israel enviou os seus novos *Phantoms F-4* para neutralizar essas baterias, o Egito derrubou dois dos *Phantoms* em um só dia.<sup>16</sup>

Os EUA reagiram enviando mais *Phantoms* e *Skyhawks* para Israel, assim como casulos de interferência eletrônica para os *Phantoms*. Os casulos, planejados para confundir o radar dos *SA-2*, funcionaram, mas apenas contra estes. Durante a primeira incursão na qual Israel usou os casulos, os *SA-3* acertaram um dos *Phantoms* e abateram outro. Mesmo assim, Israel destruiu 4 das 10 baterias que havia atacado.<sup>17</sup>

Durante toda a guerra, os soviéticos explicaram as perdas egípcias pela covardia dos operadores ou pela falha destes em compreender o treinamento soviético. Reprovaram os egípcios por terem perdido numerosas peças de equipamento de alta tecnologia militar para os israelenses, incluindo carros

de combate T-55, T-62 e um radar P-12. Em julho de 1970, a União Soviética decidiu ensinar uma lição a Israel, patrulhando a área do canal com alguns MiG-21. Os israelenses responderam derrubando cinco dos MiG soviéticos no dia 30 de julho. Três das aeronaves que acertaram os MiG eram *Mirages*, mais antigos. Não se tratava de os aviões israelenses serem melhores que os dos russos, mas de os pilotos da IAF serem superiores aos seus correspondentes soviéticos.<sup>18</sup>

Nenhum lado podia suportar uma escalonada contínua. Israel havia humilhado os soviéticos, mas estes não podiam arriscar-se a uma escalonada contra um dos principais aliados dos EUA. Similarmente, Israel havia obtido uma vitória tática, mas não podia arriscar-se a pressionar ainda mais os soviéticos. Egito e Israel aceitaram um cessar-fogo, que entrou em vigor no dia 8 de agosto de 1970.<sup>19</sup>

## Uma Vitória Vazia

Tanto o Egito quanto Israel se declararam vitoriosos e havia argumentos a serem feitos nesse sentido por ambos. Embora o propósito expresso de Nasser ao travar a guerra fosse o de compelir Israel a se retirar da área do canal, no final da guerra os israelenses permaneciam na margem oriental, certos de que haviam sofrido bem menos baixas que os egípcios. Todavia, apesar do alto custo em vidas humanas, o Egito sentiu ter obtido pelo menos uma vitória moral.

Ao contrário de 1967, quando os egípcios haviam sido humilhados, o Exército e a Força Aérea do Egito haviam combatido valorosamente contra os soberbamente treinados pilotos da IAF, e o povo egípcio recuperou uma parte do orgulho ferido. Acredita-se que isto influiu muito na invasão do Sinai por parte do Exército do Egito, três anos mais tarde.

Quase todos em Israel declararam vitória. Contudo, o

verdadeiro problema para os israelenses não era saber se haviam vencido ou não, mas o que deixaram de aprender. Por exemplo, eles se aferraram ao conceito da defesa estática, embora lhes tivesse custado muito e não houvesse impedido o bombardeamento egípcio. Essa falha na doutrina militar israelense foi outra vez exposta três anos mais tarde, quando a linha Bar Lev fracassou em impedir uma travessia em massa de soldados egípcios ao longo de toda a extensão do Canal.

Outrossim, quando a guerra terminou, a IAF tinha menos comando do ar do que quando ela começou. Os egípcios e seus aliados soviéticos haviam construído uma cobertura defensiva de mísseis. Depois do final da guerra, essa cobertura foi levada à margem do Canal, onde seria mais eficaz contra a IAF. A cobertura interferiu com a interdição e o bombardeamento estratégicos, que haviam sido partes normais da doutrina israelense de levar a guerra até o inimigo tão rapidamente quanto possível. A cobertura também impediu o progresso das forças terrestres de Israel, porque a IDF preferia o apoio aéreo aproximado ao apoio da artilharia.

Israel acreditou ter vencido a guerra e que os egípcios reconheceram tê-la perdido. Israel acreditava que o Egito não o enfrentaria novamente até que este tivesse uma força aérea com a mesma capacidade. Naturalmente, este não foi o caso. As conclusões errôneas de Israel o tornaram complacente, permitindo ao Egito surpreendê-lo com um ataque em outubro de 1973. O antigo comandante da IAF, Ezer Weizman escreveu, “É bobagem declarar termos vencido a Guerra de Atrito. Pelo contrário, apesar das baixas que sofreram, foram os egípcios que se saíram melhor... Nos, com as próprias mãos, preparamos o caminho de Israel à Guerra do Yom Kippur.”<sup>20</sup> MR

---

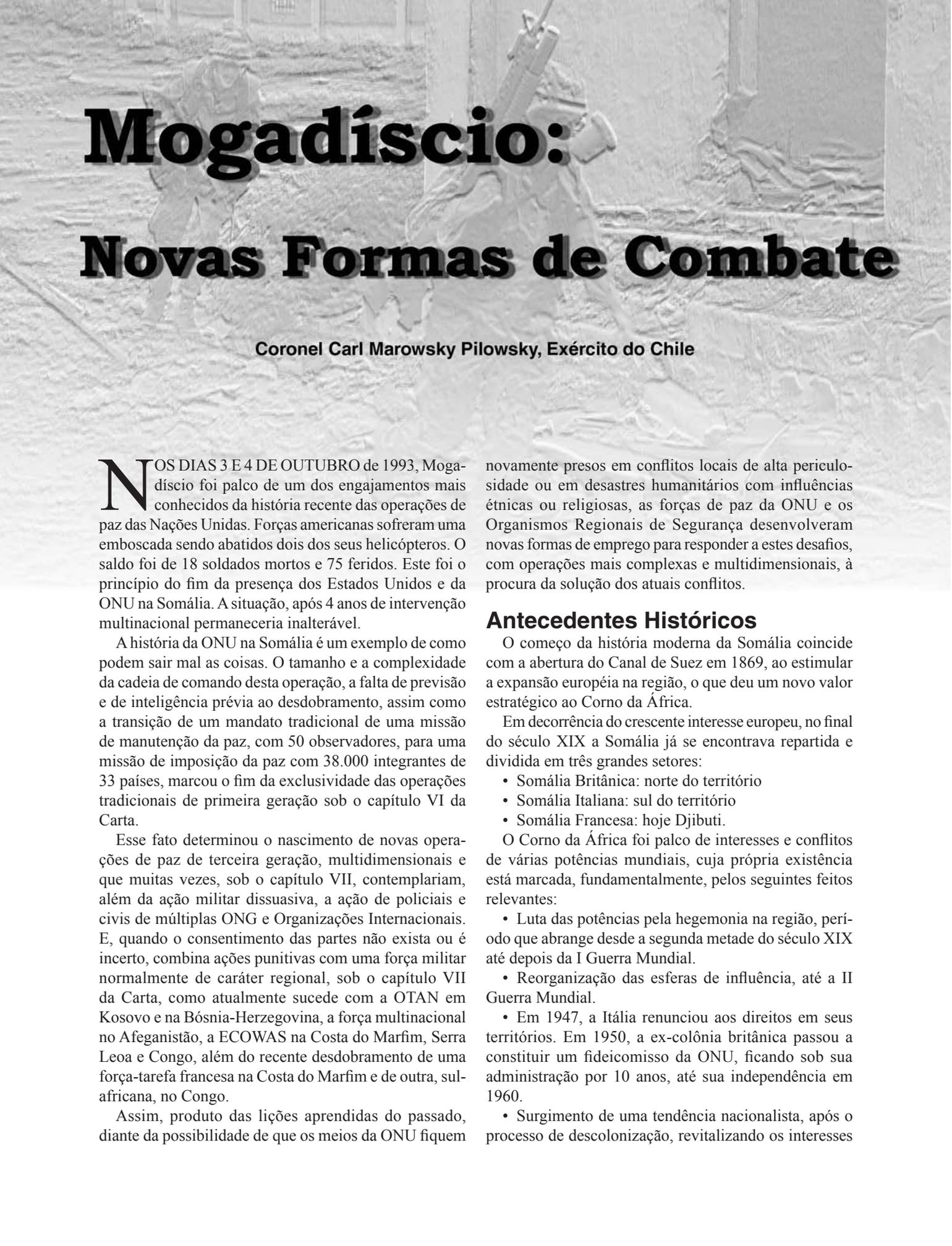
## Referências

1. Martin van Creveld, *The Sword and the Olive: A Critical History of the Israeli Defense Force* (Nova York: PublicAffairs, 2002), e Chaim Herzog, *The Arab-Israeli Wars* (Nova York: Vintage Books, 1984), provê uma relação das seis guerras israelenses. Herzog provê a idéia de que a Guerra de Atrito é vista em Israel como um evento passageiro no *The War of Atonement: The Inside Story of the Yom Kippur War* (London: Greenhill Books, 2003), 7. Em *No Margin for Error: The Making of the Israeli Air Force* (New York: Pantheon Books, 1993), 265, Ehud Yonay comenta que a IAF nunca criou uma condecoração para a Guerra de Atrito. As datas oficiais da guerra foram março de 1969 – agosto 1970, embora muitos historiadores também incluem a época entre o fim da Guerra dos Seis Dias e março de 1969.
2. Herzog, *The War of Atonement*.
3. Para mais informações veja online no: <www.inter.net.il/~eizen/english.html#attrition>, acessado em 9 de fevereiro de 2004, e <www.palestinefacts.org/pf\_1967to1991\_warofattrition.php>, acessado em 9 de fevereiro de 2004.
4. Nasser chamou o conflito de “The War of Attrition” (Guerra de Atrito).
5. Benny Morris, *Righteous Victims: A History of the Zionist-Arab Conflict, 1881-2001* (Nova York: Vintage Books, 2001), p. 348; Avi Shlaim, *The Iron Wall: Israel and the Arab World* (Nova York: W.W. Norton, 2001), p. 289; John Laffin, *The Israeli Army in the Middle East Wars, 1948-73* (London: Osprey Publishing, 1982), p. 4.
6. Herzog, *The Arab-Israeli Wars*, 207; Morris, p. 348.

7. Ariel Sharon com David Chanoff, *Warrior: An Autobiography* (Nova York: Touchstone, 2001), pp. 219-20.
8. *Ibid.*, pp. 219-21, pp. 229-31; David Eshel, *Chariots of the Desert: The Story of the Israeli Armoured Corps* (London: Brassey's, 1989), pp. 89-90; Laffin, p. 21.
9. Sharon com Chanoff, pp. 231-32; Shlaim, pp. 294-95.
10. Walter J. Boyne, *The Two O'clock War: The 1973 Yom Kippur Conflict and the Airlift that Saved Israel* (Nova York: St. Martin's Press, 2002), pp.297-98; Eshel, 90-91; Herzog, *The Arab-Israeli Wars*, 199.
11. Samuel M. Katz, *Arab Armies of the Middle East Wars 2* (London: Osprey Publishing, 1988), p. 4; Herzog, *The Arab-Israeli Wars*, pp.197-98.
12. Ian Black e Benny Morris, *Israel's Secret Wars: A History of Israel's Intelligence Services* (Nova York: Grove Press, 1991), p. 283.
13. Lon Nordeen, *Air Warfare in the Missile Age* (Washington: Smithsonian Institution Press, 2002), pp.105-106.
14. Yonay, pp. 269-73.
15. *Ibid.*, pp. 273-76.
16. *Ibid.*, pp. 281-88.
17. *Ibid.*, pp. 292-97; Nordeen, p. 118.
18. Nordeen, pp. 118-19; Herzog, *The Arab-Israeli Wars*, p. 218.
19. Herzog, *The Arab-Israeli Wars*, pp. 218-19.
20. Van Creveld, p. 215; Shlaim, pp. 296-97; Morris, pp. 262-63.

---

Robert S. Bolia, é cientista de computação no Laboratório de Pesquisas da Força Aérea (Air Force Research Laboratory) da Base da Aérea Wright-Patterson, em Ohio. É Baharel pela Wright State University e atualmente estuda para o seu Mestrado pela American Military University.



# Mogadíscio:

## Novas Formas de Combate

Coronel Carl Marowsky Pilowsky, Exército do Chile

**N**OS DIAS 3 E 4 DE OUTUBRO de 1993, Mogadíscio foi palco de um dos engajamentos mais conhecidos da história recente das operações de paz das Nações Unidas. Forças americanas sofreram uma emboscada sendo abatidos dois dos seus helicópteros. O saldo foi de 18 soldados mortos e 75 feridos. Este foi o princípio do fim da presença dos Estados Unidos e da ONU na Somália. A situação, após 4 anos de intervenção multinacional permaneceria inalterável.

A história da ONU na Somália é um exemplo de como podem sair mal as coisas. O tamanho e a complexidade da cadeia de comando desta operação, a falta de previsão e de inteligência prévia ao desdobramento, assim como a transição de um mandato tradicional de uma missão de manutenção da paz, com 50 observadores, para uma missão de imposição da paz com 38.000 integrantes de 33 países, marcou o fim da exclusividade das operações tradicionais de primeira geração sob o capítulo VI da Carta.

Esse fato determinou o nascimento de novas operações de paz de terceira geração, multidimensionais e que muitas vezes, sob o capítulo VII, contemplariam, além da ação militar dissuasiva, a ação de policiais e civis de múltiplas ONG e Organizações Internacionais. E, quando o consentimento das partes não exista ou é incerto, combina ações punitivas com uma força militar normalmente de caráter regional, sob o capítulo VII da Carta, como atualmente sucede com a OTAN em Kosovo e na Bósnia-Herzegovina, a força multinacional no Afeganistão, a ECOWAS na Costa do Marfim, Serra Leoa e Congo, além do recente desdobramento de uma força-tarefa francesa na Costa do Marfim e de outra, sul-africana, no Congo.

Assim, produto das lições aprendidas do passado, diante da possibilidade de que os meios da ONU fiquem

novamente presos em conflitos locais de alta periculosidade ou em desastres humanitários com influências étnicas ou religiosas, as forças de paz da ONU e os Organismos Regionais de Segurança desenvolveram novas formas de emprego para responder a estes desafios, com operações mais complexas e multidimensionais, à procura da solução dos atuais conflitos.

### Antecedentes Históricos

O começo da história moderna da Somália coincide com a abertura do Canal de Suez em 1869, ao estimular a expansão européia na região, o que deu um novo valor estratégico ao Corno da África.

Em decorrência do crescente interesse europeu, no final do século XIX a Somália já se encontrava repartida e dividida em três grandes setores:

- Somália Britânica: norte do território
- Somália Italiana: sul do território
- Somália Francesa: hoje Djibuti.

O Corno da África foi palco de interesses e conflitos de várias potências mundiais, cuja própria existência está marcada, fundamentalmente, pelos seguintes feitos relevantes:

- Luta das potências pela hegemonia na região, período que abrange desde a segunda metade do século XIX até depois da I Guerra Mundial.

- Reorganização das esferas de influência, até a II Guerra Mundial.

- Em 1947, a Itália renunciou aos direitos em seus territórios. Em 1950, a ex-colônia britânica passou a constituir um fideicomisso da ONU, ficando sob sua administração por 10 anos, até sua independência em 1960.

- Surgimento de uma tendência nacionalista, após o processo de descolonização, revitalizando os interesses

dos povos originais, cuja opção de concretizar-se foi obscurecida pelos seguintes aspectos:

- Fronteiras mal definidas e grupos sociais fragmentados.
- Estados multiétnicos, com rivalidades raciais, religiosas e ideológicas.
- Influência de três religiões monoteístas: cristã copta, islâmica e judaica.
- Conflito de poder entre as potências dominantes, EUA na Eritrea, URSS na Etiópia e Somália, depois da II Guerra Mundial, o qual termina com o fim da luta ideológica em 1989 e a queda do Muro de Berlim.
- Desvalorização geopolítica e processos de fragmentação étnicos, religiosos e culturais a partir de 1990, além da devastação de uma seca permanente na área, com conseqüências catastróficas.

*A história da ONU na Somália é um exemplo de como podem sair mal as coisas. O tamanho e a complexidade da cadeia de comando desta operação, a falta de previsão e de inteligência prévia ao desdobramento, assim como a transição de um mandato tradicional de uma missão de manutenção da paz, com 50 observadores, para uma missão de imposição da paz com 38.000 integrantes de 33 países, marcou o fim da exclusividade das operações tradicionais de primeira geração sob o capítulo VI da Carta.*

- Falta de um idioma comum e diversidade de organizações dirigentes que antepõem interesses étnicos locais e de clãs aos interesses da sociedade somali em seu conjunto.
- Perda do monopólio da força por parte do Estado, como conseqüência da proliferação não controlada de armamento em poder de particulares, incrementado após o término da Guerra Fria.

## Origem do Conflito

A causa principal dos conflitos no Corno da África é conseqüência do traçado limítrofe efetuado pelas potências européias, que não consideraram as diferenças culturais e raciais das tribos africanas. Povos diferentes foram agrupados e clãs de uma mesma identidade étnica foram fragmentados, o que constituiu um dos legados mais lamentáveis do regime colonial. Suas conseqüências foram evidentes desde o processo de independência até hoje, servindo como motivo de numerosos conflitos. Quando do colapso do sistema colonial, os antigos poderes foram derrubados criando um vazio que provocou uma

luta cruel e violenta pelo controle político em grande parte dos novos Estados africanos. As facções em luta foram apoiadas pelas superpotências mundiais emergentes até 1989, em seu afã por alcançar o controle de uma área que permitisse o domínio das principais rotas marítimas entre a Ásia, o Oriente Médio e a Europa através do Canal de Suez.

## As Grandes Potências

A presença dos EUA constituiu uma projeção de seus interesses sobre o Oceano Índico e o Golfo Pérsico. Por isso, em princípios de 1980 negociaram acordos com a Somália, Eritrea, Sudão e outros países adjacentes, a fim de obter locais para bases militares em seus territórios, que lhes permitissem dar segurança ao abastecimento de petróleo e apoiar as guerras que se desencadearam na zona do Oriente Médio entre 1967 e 1991.

A União Soviética, por seu lado, contava com uma presença naval na Somália desde os fins da década de 60, e a sua base naval no porto de Berbera (norte da Somália) era considerada uma ameaça para a segurança ocidental na região.

As superpotências abasteceram a região com importantes quantidades de armamento, contribuindo para a instabilidade. O fim da Guerra Fria terminou com a competição pelo poder na área, e os países dessa zona foram persuadidos a resolver entre si seus problemas internos e externos. Somente em princípios de 1992 a ONU se interessou nova e especificamente pelo problema somali, devido ao interesse do Secretário Geral, Boutros Boutros-Ghali, em solucionar a catástrofe humanitária que ocorria no noroeste da África.

## Desenvolvimento – O Conflito na Somália

Em 1969 dois fatos importantes sacodem o país:

- A independência da ex-Somália francesa, passando a ser o atual Djibuti.
- O Presidente Ali Shermake é assassinado e substituído pelo General Siad Barre.

Em 1970, Siad Barre assume decididamente a linha da URSS e estreita seus laços com o mundo islâmico. No entanto, seu poder declina após a invasão da região de Ogaden — que se encontrava sob o controle etíope — mas a URSS decide persuadí-lo a parar as operações. Como Barre não aceita, uma força cubana, com apoio da União Soviética liberta Ogaden em março de 1978. Finalmente Barre é deposto em janeiro de 1991, surgindo uma crise de autoridade que leva a ferozes engajamentos tribais e de facções em forma de clãs étnicos nacionais.

**As forças somalis envolvidas.** Na disputa pelo poder por parte dos líderes dos clãs mais importantes, se identificam os seguintes grupos:



Departamento de Defesa

Em 28 de dezembro de 1992, soldados da 2ª Brigada da 10ª Divisão de Montanha, de Forte Drum, Nova York, capturam um campo de pouso em Belet Uen, Somália.

- O Hawiye, o mais poderoso e importante, que exige o poder mediante sua força política, o Congresso Unido Somali (CUS).
- O Darod, ao qual pertencia Barre, o segundo mais importante do país.
- O Isak, que captura as principais cidades do norte e exige a independência, através do Movimento Nacional Somali (MNS).

Em novembro de 1991 estala uma luta intensa entre a facção que apoiava o Presidente Interino, Ali Mahdi Mohamed e a facção que apoiava o General Mohamed Farah Aidee, presidente do CUS, dando início a uma guerra civil que coloca a nação no mais absoluto caos, com um resultado imediato de 300.000 mortos; 2.000.000 deslocados e 4.500.000 pessoas (50% da população) famintas, desnutridas e doentes.

O CUS vence esta luta. No entanto se divide em duas facções irreconciliáveis:

- Aliança de Salvação Somali (SSA) dirigida por Ali Mahdi Mohamed, Presidente Interino desde 1991.
- Congresso Unido Somali (US/ANS) dirigido pelo General Mohamed Farah.

O conflito acaba com todo vestígio de institucionalidade, desata uma catástrofe humanitária e motiva a intervenção da comunidade internacional prestando ajuda através de agências da ONU, intergovernamentais

e ONGs; mas como esta ação não chegava a seus destinatários determina-se a intervenção das Nações Unidas.

### **A Intervenção da ONU: ONUSOM I, UNITAF e ONUSOM II**

Em 23 de janeiro de 1992, o Conselho de Segurança adota a resolução N° 733, sob o capítulo VII da Carta e impõe um embargo total e completo à venda de armas para a Somália.

Em 24 de abril de 1992, o Conselho de Segurança adota a resolução N° 751 estabelecendo a Operação Nações Unidas na Somália (ONUSOM I), sob o mandato do capítulo VI. A missão desdobra 50 observadores militares desarmados, destinados a monitorar a linha de cessar fogo entre ambas as facções Hawiye e a melhorar as condições para conversações visando uma solução política.

Em 24 de agosto de 1992, em função da resolução N° 775, foi autorizado um incremento operacional, criando quatro zonas com uma dotação militar de 750 efetivos em cada uma, num total de 3.000 homens. Mais tarde foi autorizado um forte incremento com três unidades logísticas, chegando a força a um total de 4.219 efetivos.

Em 3 de dezembro de 1992, o Conselho de Segurança aceitou a oferta dos EUA para assumir a liderança da organização e o comando de uma operação que garantisse a prestação de socorro humanitário. Com a resolução

Nº 794, sob o capítulo VII da Carta — que trata das medidas coercitivas — foi autorizada a utilização de todos os meios necessários a fim de se estabelecer um ambiente seguro.

Surge então a Força-Tarefa Unificada (*UNITAF*), composta por unidades militares de 24 países, sob o comando dos EUA, que chegaram a Mogadíscio para a Operação *Restore Hope*. A *UNITAF* chegou a ter 38.000 homens, dos quais 25.400 eram americanos e 12.555 provenientes dos outros 23 países da coalizão. Todos os centros importantes de socorro no país já estavam protegidos em 28 de dezembro, e a assistência humanitária voltava a funcionar. Em 26 de março de 1993 realiza-se a transição da *UNITAF* para a *ONUSOM II*, ampliando o mandato da *ONUSOM* diante da possibilidade de empregar a força em virtude do capítulo VII da Carta. Ficam assim sob o controle operacional

*Este combate, [no Centro de Mogadíscio] com um saldo de quase 1000 mortos e feridos (combatentes e civis), demonstrou um dos métodos que países do Terceiro Mundo podem utilizar contra potências de primeira ordem. Levam a força de mais alto nível para um ambiente urbano complexo, onde a superioridade e a alta tecnologia são reduzidas ao seu nível de Terceiro Mundo, onde são impostas restrições no emprego da força para evitar danos colaterais na população civil e seu efeito nas democracias, devido ao permanente acompanhamento que a imprensa internacional faz das guerras.*

da ONU, através do Chefe das Forças, General Cevic Bir, da Turquia, forças multinacionais da ONU e uma unidade logística americana dotada de meios aéreos de transporte. A força de reação rápida, autorizada a permanecer na área pelo Presidente Bill Clinton, composta por meios da 10ª Divisão de Montanha, estava sob o controle operacional do Comando Central, através do 2º Chefe da Missão da ONU, o *Major General* Montgomery, dos Estados Unidos. Entretanto, os incidentes e a violência continuam, e a segurança do pessoal da ONU, como de outras agências relacionadas, é pequena em algumas áreas de Mogadíscio e em outros lugares não controlados do país.

A *ONUSOM II* chegou a um total de 29.284 homens, mas foi afetada pelo desenvolvimento de novas operações de paz nos Bálcãs, reduzindo-se a menos de 20.000 homens em fevereiro de 1994, isto é, quase a metade de suas forças operacionais, e foi extinta em 28 de março de 1995.

## O Combate em Mogadíscio

No dia 5 de junho de 1993, um ataque contra a *ONUSOM II* em Mogadíscio causou a morte de 25 soldados paquistaneses, com 10 desaparecidos e 54 feridos. As milícias de Farah foram consideradas responsáveis. Houve também outros ataques, em julho e agosto, com minas com controle remoto contra soldados americanos desdobrados para a proteção de comboios, resultando em baixas muito menores.

Por esta razão, em agosto de 1993, os Estados Unidos desdobraram uma FT Conjunta, com meios do Comando Conjunto do Forte Bragg, sob o controle direto do Comando de Operações Especiais e sob o comando do General William Garrison, formada por 130 comandos da Força Delta, uma Companhia de Rangers, 16 helicópteros e outros meios leves de transporte terrestre, cuja missão era seqüestrar o General Aideed e seus principais assessores.

Nos dias 3 e 4 de outubro de 1993, no centro de Mogadíscio, essas novas forças especiais dos EUA, recentemente desdobradas, foram emboscadas quando tentavam executar a operação de seqüestro dos principais assessores do General. Dois dos seus helicópteros foram abatidos; morreram 18 soldados americanos e 75 ficaram feridos. As imagens dos corpos desses soldados sendo arrastados pelas ruas de Mogadíscio foram mostradas nas cadeias de televisão, causando um grande impacto. Os Estados Unidos reforçaram temporariamente sua presença com forças aéreas, marítimas e terrestres, mas, posteriormente, com a repercussão política destas ações e seu efeito na população americana, anunciaram sua intenção de retirarem-se da Somália, o mais tardar em 31 de março de 1994, o que também foi anunciado pela Bélgica, França e Suécia.

Este combate, com um saldo de quase 1000 mortos e feridos (combatentes e civis), demonstrou um dos métodos que países do Terceiro Mundo podem utilizar contra potências de primeira ordem. Levam a força de mais alto nível para um ambiente urbano complexo, onde a superioridade e a alta tecnologia são reduzidas ao seu nível de Terceiro Mundo, onde são impostas restrições no emprego da força para evitar danos colaterais na população civil e seu efeito nas democracias, devido ao permanente acompanhamento que a imprensa internacional faz das guerras.

Apesar de as perdas e a proporção de baixas serem favoráveis aos EUA, o que demonstrou claramente a superioridade e excelente equipamento da sua infantaria, o fato foi considerado uma derrota política pelo Congresso americano. Collin Powell, na época, descreveu sucintamente a reação política com esta declaração: "Os americanos ficaram horrorizados ao ver um de seus soldados, morto e esquartejado, sendo arrastado pelas ruas de Mogadíscio. Fomos atraídos a esse lugar pelas

imagens da televisão, e agora elas nos provocam uma indignação moral."

O fato desta ação ter sido considerada uma derrota demonstrou, mais uma vez, depois do Vietnã, que a natureza da sociedade e a conjuntura política de Washington são sensíveis às baixas. É interessante notar que aquilo que Saddam Hussein queria fazer e não fez, foi conseguido por Mohammed Farrah Aideed provocar tantas baixas, difundidas pela mídia, que forçasse a retirada dos norte-americanos.

Em julho de 1994, o Secretário Geral da ONU recomendou reduzir as forças para 15.000 efetivos, comunicando, em outubro, aos dirigentes locais que ainda não haviam sido cumpridos os compromissos contraídos em Addis Abeba e Nairobi, enfatizando que a paz não poderia vir de ninguém a não ser dos próprios somalis.

Mesmo assim, recomendou prorrogar o mandato da ONUSOM II até 31 de março de 1995, para que os dirigentes somalis tivessem tempo de consolidar o progresso com o objetivo de uma reconciliação, declarando que a assistência das Nações Unidas à Somália continuaria só nas esferas política e humanitária, mantendo-se até o dia de hoje, com o desdobramento de um Gabinete Político da ONU para Somália (*UNPOS*).

## Forma de Emprego dos Meios

A primeira operação de paz, ONUSOM I, sob o capítulo VI, não pôde fazer nada para romper o ciclo de violência e vandalismo imperante na Somália. As Nações Unidas, frustradas pela combinação de intransigência local, instabilidade institucional e incapacidade para formar e desdobrar o que deveria ser uma força ativa de intervenção na Somália, pede ajuda aos EUA para que se encarregue da missão.

**A respeito da UNITAF:** A *UNITAF* foi uma força multinacional, cujo principal elemento eram meios conjuntos americanos, considerados "unidades leves", sendo este um termo relativo, já que eram as melhores equipadas, armadas, treinadas e com experiência de guerra recente na área da missão, especialmente por contar com apoio naval e aéreo e um excelente apoio logístico desde suas bases nos EUA, Europa e Diego Garcia.

Também contou com algumas unidades de operações especiais, operações psicológicas e equipes de assuntos civis, que foram essenciais para reter a confiança dos somalis, assim como para acentuar a limitada natureza humanitária da missão.

A *UNITAF* dividiu os contingentes de outros países em dois grupos: os que eram capazes de operar independentemente — como a França, Bélgica, Austrália e Canadá — e os que eram demasiado pequenos para operar de forma autônoma, que foram agrupados numa unidade combinada sob o controle dos EUA.

A missão contemplava uma operação de quatro fases:

- Primeira: Estabelecer o controle sobre a ajuda humanitária em Mogadíscio.
- Segunda: Expandir as operações para portos, campos de pouso e povoados no interior, assegurando as linhas de comunicações para o centro do país.
- Terceira: Expandir estas operações para o resto da Somália.
- Quarta: Realizar a transição do controle operacional dos EUA para a ONU.

**Operação ONUSOM II:** O Secretário Geral recomendou que a UNOSOM II incluísse forças que respondessem à necessidade de realizar operações de combate aproximado, patrulhas e operações sob qualquer condição de tempo, de dia ou à noite, e que contassem com o apoio aéreo para o combate. Entretanto, a maioria dos países que contribuiu com contingentes, organizou-os mais para missões de manutenção da paz e humanitárias do que para uma missão coercitiva sob o capítulo VII, com capacidade de imposição da paz.

Para minimizar estas desvantagens a ONU solicitou ao Presidente Bush o apoio da Força de Reação Rápida dos EUA para reforçar a ONUSOM II, composta por um batalhão de infantaria de montanha e um grupo de aviação, mais um elemento de apoio logístico, unidade que já se encontrava na Somália para prover apoio à ONUSOM II, caso fosse necessário. A missão da ONUSOM II tinha os seguintes objetivos:

- Monitorar o cessar das hostilidades.
- Prevenir qualquer ressurgimento de violência e, se necessário, agir contra os violadores da ordem de cessar fogo.
- Manter o controle das armas pesadas para sua posterior destruição ou para ser transferida para um novo exército nacional.
- Resgatar as armas pequenas de elementos armados não autorizados e auxiliar no registro e segurança das armas.
- Manter a segurança de todos os portos, campos de pouso e linhas de comunicações para a entrega de auxílio.
- Proteger o pessoal da ONU e ONG e agir contra ameaças, se as mesmas continuarem.
- Continuar os programas de desminagem.
- Prestar assistência à repatriação de refugiados.
- Realizar outras funções designadas pelo Conselho de Segurança.
- Buscar atingir esses objetivos em toda a Somália.

**Cadeia de Comando e Controle.** O ambiente hostil agravou a confusão sobre os papéis de comando numa missão dessa natureza. A Força de Reação Rápida nunca esteve sob o controle operacional da ONU, já que fazia parte da cadeia de comando militar dos EUA e operava sob o controle do Comando Central na Flórida. Além disso, não estava autorizada a tomar parte nas operações

regulares, embora quando foi realizada a transição para a ONUSOM II, o acordo para apoiá-la em circunstâncias especiais tenha sido mantido.

Quando a força de *Rangers* foi desdobrada, em agosto de 1993, para capturar Mohamed Farah Aideed, era conduzida desde o Comando Especial Conjunto, localizado na Carolina do Norte e sob o controle operacional do Comando Central na Flórida. Nenhum oficial da ONUSOM II na Somália estava na cadeia de comando desta força, a qual apenas obedecia às ordens recebidas diretamente dos EUA.

Quando a Força-Tarefa de *Rangers* entrou em ação no dia 3 de outubro de 1993, as autoridades da ONUSOM II, inclusive o Representante Especial do Secretário Geral, foram os últimos a saber da operação. Inclusive o *Major General* Montgomery, encarregado das Forças dos EUA

*Diante da perda da cadeia de comando da ONU, os contingentes nacionais procuraram entrar em contato com suas próprias cadeias de comando, em busca de apoio direto para as suas tarefas e atribuições, o que afetou a perspectiva do comando e controle unificado, debilitando a integridade da estrutura militar.*

na Somália e 2º Chefe da ONUSOM II, somente tomou conhecimento 4 horas antes do início dessa operação.

A principal causa do fracasso da ONUSOM II para manter a segurança em Mogadíscio, depois da partida da *UNITAF*, foi a carência de resposta consistente à autoridade que tinha o Comandante das Forças, existindo de fato, durante a missão, três cadeias de comando: ONU, Comando Central e Comando de Operações Especiais dos EUA.

**Manobra:** Na Somália não houve uma manobra militar que pretendesse, em sua aceção clássica, utilizar os meios militares em prol de uma decisão favorável aos fins políticos buscados pela ONU.

Houve, em geral, uma reação frente o adversário, por restrições auto-impostas, assim como falta de coerência entre o mandato do Conselho de Segurança (a tarefa contida, a composição da missão de paz, a organização do comando e das forças) e o propósito da presença das forças de paz no conflito e, de modo especial, a vontade política de vencer esta missão com os meios disponíveis e a necessária coordenação com ações diplomáticas.

## Lições Aprendidas

Os acontecimentos que sucintamente foram relatados somente constituem o contexto mínimo necessário para abordar o que é relevante: identificar algumas experiências e seu efeito em ações posteriores, seja quanto

doutrina, lições aprendidas, formas de emprego da força ou avanços tecnológicos. Serão abordados desde as perspectivas em que se identificam as maiores contribuições para este trabalho, a saber:

**Comando e Controle.** A ONUSOM II foi a primeira missão comandada pelas Nações Unidas, com mandato sob o capítulo VII para a imposição da paz, autorizando o uso da força. No entanto, quando enfrentou a pressão de um ambiente caótico e perigoso, a situação de segurança ameaçou à missão mais diretamente e suas debilidades foram agravadas e expostas.

Pretendendo utilizar meios militares limitados e pouco homogêneos para cumprir um ambicioso mandato político, o planejamento foi feito para o caso das melhores condições, sem prever alternativas ou variantes à solução original.

A ONUSOM II em vez de ser estruturada com base nas considerações militares, foi composta de remanescentes díspares de forças da ONUSOM I e da *UNITAF*, sem uma autoridade reconhecida, o que inevitavelmente conduziu a diferentes interpretações sobre o mandato, que variaram desde um redobramento para posições defensivas até negociações secretas com algumas facções somalis, abandonando a necessária imparcialidade e neutralidade do papel da ONU.

Diante da perda da cadeia de comando da ONU, os contingentes nacionais procuraram entrar em contato com suas próprias cadeias de comando, em busca de apoio direto para as suas tarefas e atribuições, o que afetou a perspectiva do comando e controle unificado, debilitando a integridade da estrutura militar.

**Cadeia de Comando.** O uso de níveis intermediários de comando e a divisão das operações militares em setores de ajuda humanitária auxiliaram a aliviar os problemas de controle do teatro de operações, que poderiam ter resultado da intenção de comandar diretamente as forças de 33 países desde um só quartel general.

No entanto, a *UNITAF* nunca enfrentou um desafio militar que pudesse comprovar tal sistema multinacional, e quando a ONUSOM II se defrontou com uma pressão pelo fogo, sua frágil cadeia de comando se desestruturou.

**Coerência Estratégica.** Os desacordos políticos entre os Estados Unidos e as Nações Unidas para alcançar uma definição sobre os objetivos e o critério para definir o êxito dos objetivos da *UNITAF* deram origem à incoerência estratégica que afetou a ONUSOM II. Além disso, a resolução que estabeleceu a ONUSOM II não definiu bem a estratégia nem os objetivos específicos centrados na "reconstrução nacional", considerando a crescente resistência das facções somalis, a falta de consentimento diante das ações da ONU e a paz inexistente na região.

**Planejamento e Liderança da Missão.** Os comandos devem contar com um alto grau de coordenação



Departamento de Defesa

*Viatura blindada patrulha os arredores da cidade de Mogadíscio.*

entre os principais atores de uma Operação de Paz (autoridade política, força militar e atores humanitários de Organizações Internacionais e Organizações Não-Governamentais). Encarregado dessa estrutura, a autoridade do Representante Especial do Secretário Geral (SRSG) é essencial. Deve ser capaz de melhorar a relação das partes com as agências humanitárias. Deve ser um negociador experiente com aptidões políticas e liderança eficaz para dirigir uma complexa organização como um todo. Entre a ONUSOM I e II houve um total de cinco Representantes Especiais do Secretário Geral num período de três anos.

**Objetivos Militares.** As diferentes interpretações do mandato impediram que se alcançasse o objetivo estratégico de prover um "ambiente seguro" para a ajuda humanitária e, ao não haver uma melhor definição do conceito em extensão e profundidade, tampouco foi possível completar o objetivo político do diálogo, cooperação e, finalmente, a reconciliação das partes beligerantes.

Mesmo assim, os efetivos da *UNITAF* e da *ONUSOM II* receberam ordem para combater contra uma das partes. Primeiro, se alinharam com as forças de Siad Hersi e, em seguida, com Ali Mahadi, contra o poderoso Mohamed Farah Aideed. Está última ação dos EUA colocou a *ONUSOM II* em direto conflito com a principal facção somali e a captura do General Aideed transformou o programa de desarmamento em operações de combate ofensivo. Em geral, não se identifica a materialização

e o estabelecimento de objetivos estratégicos derivados do mandato político do Conselho de Segurança, mas sim um sem-número de ações táticas em reação à atitude das partes em conflito.

**Inteligência.** Uma idéia errônea em relação à autoridade — geralmente situacional ou até em disputa — ou à legitimidade de várias categorias de líderes na Somália foram a razão de um sem-número de atrasos para se alcançar a reconciliação das facções. Os mandatos requerem a compreensão da natureza do problema e o suprimento dos correspondentes recursos para implementar um mandato em particular, cuja solução não significa somente atribuir pequenas forças dotadas com o que há de mais moderno em tecnologia, mas sim dispor de meios humanos e materiais necessários para a missão. De que serve contar com os melhores elementos de interceptação eletrônica se o adversário somente usa mensageiros, tambores e *walkie talkies* rudimentares?

**Interoperabilidade e Carência de Doutrina Comum.** Os problemas de interoperabilidade foram observados na disparidade de equipamento, treinamento e doutrina de emprego das forças, assim como nas decisões a respeito de que forças enviar e por quanto tempo, que foram adotadas por cada país separadamente e não pelos planejadores da ONU.

Os procedimentos de controle próprios das Nações Unidas em operações de paz não foram aplicáveis às missões de imposição da paz. Faltava experiência com a

qual impulsionar os esforços para guiar os contingentes da ONUSOM II para atingir as metas comuns.

Com relação a outras diferenças culturais e sociais entre os contingentes desdobrados, tais como: éticas de trabalho e religiosas, costumes, idiomas, lideranças competitivas, tolerância à disciplina, tradições nacionais e padrões assimétricos, serviram apenas para aprofundar a falta de uma doutrina comum.

**Desmobilização e Desarme.** A variedade das interpretações sobre o desarmamento e a desmobilização obtidas para esta missão deriva-se dos mandatos da *UNITAF* e da ONUSOM II. Enquanto a primeira viu

*O ambiente hostil agravou a confusão sobre os papéis de comando numa missão dessa natureza. A Força de Reação Rápida nunca esteve sob o controle operacional da ONU, já que fazia parte da cadeia de comando militar dos EUA e operava sob o controle do Comando Central na Flórida.*

o desarmamento como um estreito contexto temporário para prover segurança para a entrega imediata de ajuda humanitária, a ONUSOM II o viu num contexto político mais amplo e permanente de restaurar o falido Estado da Somália, com uma responsabilidade mais adequada diante da resistência do desarmamento dos clãs.

**Neutralidade.** Uma lição aprendida da ONUSOM é que a intervenção das Nações Unidas pode alterar o delicado equilíbrio de poder entre os beligerantes, permitindo que suas forças sejam consideradas parciais ou até mesmo hostis. Manter a neutralidade em tais circunstâncias coloca as forças de manutenção da paz num dilema, especialmente quando enfrenta situações nas quais os civis se convertem em vítimas, ou quando as próprias forças são o alvo de ataques.

## **Finalmente, qual foi a Contribuição destas Experiências?**

**Para a ONU:** A experiência da Somália permitiu incorporar importantes avanços na concepção, organização, planejamento, treinamento e execução das operações de paz da ONU, entre os quais pode-se destacar:

- A necessidade de que os mandatos do Conselho de Segurança sejam claros e factíveis, de acordo com os meios militares designados pelos países.

- Dar fim a coexistência de operações dos capítulos VI e VII (ONUSOM I e *UNITAF*).

- A transição de operações do capítulo VI e VII deve ser gradual, especialmente pelo armamento, equipamento

e contexto com que a força é organizada e desdobrada pelos países para a primeira operação.

- As forças de manutenção da paz não devem entrar numa área de conflito, se não há vontade política das partes para a reconciliação, dando o seu consentimento para a ação imparcial da ONU.

- As operações só devem ser iniciadas quando exista apoio político internacional ou regional, que contribua com os meios econômicos e militares, capazes de prover o sustentamento necessário à missão e ao cumprimento do mandato.

- O planejamento estratégico deve ser integrado e baseado num plano dirigido pelo Representante Especial do Secretário Geral, com um QG multinacional e multidimensional, organizado antes da chegada das forças e com capacidade de comando e controle.

- O comando e controle unificado sob o Representante Especial do Secretário Geral, com canais de comunicações e ordens claras, que evitem as ordens nacionais diretas aos contingentes.

- As comunicações do Secretário Geral e do Conselho de Segurança com o Representante Especial do Secretário Geral no terreno devem ser claras e diretas, sem negociações paralelas.

- A comunidade diplomática na área de operações é parte essencial dos esforços da missão, para o cumprimento do mandato de acordo com as partes.

- Criação de um centro de controle na ONU, que integre, além dos aspectos operacionais, a solução em tempo real das necessidades administrativas e logísticas das tropas no terreno.

- O deslocamento de meios treinados previamente em técnicas e táticas de operações de paz e bem equipados é essencial num ambiente multinacional.

- Devem existir planejamentos detalhados para o desarmamento e desmobilização, com o necessário acordo prévio das partes.

- O aumento da coordenação e integração das agências civis humanitárias, com o componente militar e policial e com as organizações internacionais envolvidas numa operação de paz é essencial para o êxito da missão.

- Existe a necessidade de uma estratégia de informação pública à população civil, aos dirigentes locais e à comunidade internacional. Durante o primeiro ano não existiu um oficial encarregado do Serviço de Informações da operação.

- Elaboração de memorandos de entendimento e normas de fogo, antes do desdobramento e de acordo com os países que estão colaborando com tropas.

**Para os EUA.** Por serem as mais afetadas nesta operação, as forças americanas capitalizaram a experiência obtida na Somália desde diversas perspectivas, especialmente após sua ação no Haiti e nos Bálcãs, estimando-se que as de maior relevância, além das



Departamento de Defesa

Soldado italiano patrulha uma rua de Mogadíscio ao longo da "Linha Verde" que divide a cidade.

destacadas pela ONU, para seus futuros contingentes são as seguintes:

- Implementação de numerosos projetos de melhoria de Operações Militares em Terrenos Urbanos (MOUT). Como por exemplo, o projeto "Metropolis", orientado para a busca de novas táticas de combate em localidade, viaturas leves com maior poder de fogo e proteção, construção de cidades e localidades nos centros de combate e treinamento, desenvolvimento de combate com maior valor tecnológico e, fundamentalmente, gerar uma situação de adiestramento, entendendo-se que é a atividade mais transcendente para abrir o caminho para o êxito no combate em terrenos urbanos.

- Necessidade de tornar interoperáveis as comunicações táticas da Marinha, Aviação Naval e Exército já que seus projetos de desenvolvimento e suprimento de material e modernização não eram compatíveis.

- Necessidade de homogeneizar os sistemas de banco de dados das forças conjuntas já que os oito diferentes elementos presentes na Somália apresentavam sistemas de computação, especialmente logísticos não integrados e incompatíveis.

- As comunicações destes oito diferentes elementos na Somália e seus vínculos com os EUA para assuntos de pessoal, inteligência, finanças, etc., eram feitos através de um elo com um satélite civil contratado individualmente.

- Desenvolvimento e implementação de melhores regras de engajamento, que não restrinjam as capacidades de combate das unidades em condições incertas, uma vez que são elementos críticos para o êxito de uma operação de imposição da paz.

- Desenvolvimento de regulamentação e manuais para o estabelecimento de uma doutrina conjunta que assuma a difícil tarefa de formar forças conjuntas e multinacionais em operações de paz e estabeleça o necessário treinamento antes do desdobramento.

-A seleção de pessoal e qualificação prévia é tão importante para as operações de paz como para as operações convencionais. Devem receber treinamento em cooperação civil-militar, negociação, mediação, conhecimento do conflito, terreno, cultura e costumes locais, comunicações e planejamento conjunto e multinacional (estratégico, operacional e tático), prevenções sanitárias e tarefas operacionais, além de muitos outros temas que devem ser recomendados previamente pelos planejadores estratégicos e pelo QG, em suas avaliações e linhas de ação conjuntas.

- Necessidade de comandantes com conhecimento e experiência da cultura e idioma local.

- Formação de um sistema universal e conjunto de lições aprendidas, que integre a experiência das operações, do treinamento com a instrução, e a sua distribuição às tropas uma vez aceito como doutrina.

- Em operações de paz, sobretudo nas multinacionais desenvolvidas na África, é essencial que o pessoal de apoio médico venha preparado para enfrentar algumas das doenças mais mortais do mundo.

- O transporte aéreo, marítimo conjunto e os navios preposicionados do Exército devem atender às prioridades estabelecidas pela força conjunta.

- No emprego de forças especiais no combate urbano, sob um ambiente operacional conhecido como de operações de não guerra, é necessário o desenvolvimento de importantes estudos sobre o comportamento da sua avançada tecnologia, tais como: novos meios

*Estas operações, sob os capítulos VI e VII, não produziram a esperada solução para o problema do conflito somali entre 1992 e 1995, apesar da limitada aproximação positiva adotada durante a intervenção da UNITAF, que apresentou a melhor alternativa possível para mudar a situação no começo de 1993. As operações realizadas só tiveram êxito em mitigar passageiramente o estado de devastação e fome em que se encontravam a Somália e os 2 milhões de deslocados.*

para a obtenção de informação para reprodução de imagens estáticas ou dinâmicas, análise e percepções da realidade sobre o adversário, o comando e controle e comunicações das forças especiais, a proteção da força e o emprego de meios de combate, armas versáteis com grande aumento de letalidade. São necessárias armas adequadas para controle de multidões, operações psicológicas e seu verdadeiro efeito na população, proteção da força com viaturas de transporte blindados, capacidade de detecção de fogo indireto sobre as tropas, atitude e capacidade de trespassar barricadas e multidões, proteção balística com coletes e capacetes adequados para áreas de temperatura alta, uso de bombas fumígenas em combate urbano para dificultar a visão, medidas antiaéreas em caso de vulnerabilidade diante do uso de lança foguetes portáteis, uso de robótica e de viaturas não tripuladas, aumento e

emprego de meios de visão térmica e noturna, detecção de franco-atiradores diurnos e noturnos, obtenção de equipamentos compactos para prover energia, prevenção sanitária em áreas complexas, etc.

## Conclusão

As operações com emprego da Força para a imposição da paz com mandatos sob o capítulo VII da Carta da ONU são operações diferentes de uma ação bélica tradicional. Somente serão viáveis e terão possibilidades de êxito sob certas condições apropriadas, tais como uma estrutura de comando e controle militar, tropa bem treinada e equipada como força de combate regular, mas com objetivos limitados e com o emprego mínimo da força, neutra e imparcial, em estrito cumprimento do mandato político do Conselho de Segurança da ONU.

As Operações para a Imposição da Paz (capítulo VII) são um conceito relativamente novo, que precariamente está colocado numa área cinza, "Entre a lógica da paz e a lógica da guerra".

Apesar de não ter sido estabelecida uma doutrina para o seu emprego, a comunidade internacional incrementou as operações com o uso da força com mandato da ONU, como modo de intervenção, em um esforço para manter a paz e a segurança internacional, num ambiente posterior à Guerra Fria, especialmente com o apoio e o desdobramento conjunto de forças multinacionais ou de Organizações regionais de Segurança, tal como acontece em Kosovo, Bósnia-Herzegovina, Congo, Costa do Marfim, Serra Leoa, Geórgia e Afeganistão.

Como consequência, estas operações internacionais e multidimensionais serão muito complexas, difíceis de conduzir e usualmente gerarão focos de discussão ou serão mal entendidas pela opinião pública mundial, ao colocar-se entre uma ação com meios pacíficos e a imposição pela força.

Estas operações, sob os capítulos VI e VII, não produziram a esperada solução para o problema do conflito somali entre 1992 e 1995, apesar da limitada aproximação positiva adotada durante a intervenção da UNITAF, que apresentou a melhor alternativa possível para mudar a situação no começo de 1993. As operações realizadas só tiveram êxito em mitigar passageiramente o estado de devastação e fome em que se encontrava a Somália e os 2 milhões de deslocados. **MR**

---

*O Coronel Carl Marowsky Pilowsky é Diretor do Centro Conjunto para Operações de Paz do Chile (CECOPAC). Possui dois mestrados, em Ciências Navais e Marítimas e em Ciências Militares. Foi professor e, ao mesmo tempo, chefe do curso no International Institute of Humanitarian Law de San Remo, Itália, como especialista em Direito Internacional Humanitário de 2001 a 2003.*

# Uma Percepção Operacional do Tempo

Tenente-Coronel Leonardo Ramalho Rodrigues Alves, Exército Brasileiro

*“Nada deve ser explicado pelo que vem depois”.*  
Descartes(1596-1650)

**A** BORDAGEM do tempo como conceito operacional apresenta-se como um desafio duplo, identificado pela necessidade de caracterizar a idéia<sup>1</sup> de “tempo” e, concomitante, relacioná-lo com o entendimento de “conceito operacional”.

Preliminarmente, destaca-se que a atenção para o tema foi despertada no estudo da Teoria de John Boyd, militar da Força Aérea norte-americana, e nas concepções, também norte-americanas, da Doutrina “*Air Land Battle*” (ABL).

Boyd, a partir de sua experiência na Guerra da Coréia, estabeleceu que o contendor que fizesse girar o ciclo Observação — Orientação — Decisão e Ação, conhecido como Ciclo OODA, em menor período de tempo obteria o sucesso operacional. É evidente, dispensando maiores esclarecimentos, que a concepção de Boyd é significativamente temporal.

AABL consolida o pensamento militar norte-americano para o planejamento e o emprego das forças no nível estratégico-operacional. Os conceitos básicos da ABL são a agilidade, a iniciativa, a sincronização e a profundidade, sendo que nos três primeiros observa-se, também claramente, a inserção da idéia de tempo.

Já o argentino Roberto L. Pertusio, no capítulo II de sua obra *Estratégia Operacional*, afirma: “*La maniobra Estratégica Operacional es delineada por três cosas concurrentes, éstas son: espacio, tiempo y masa*”.

Assim, o tempo é uma “coisa”, que segundo esse autor, é referenciada por pensadores como Beaufre por “eixo de coordenada”; por Liddel Hart, por “fator”; e por Moineville e na literatura

norte-americana, pelo significante “dimensão”, quando aludem ao tempo. Vale o registro que o C 100-5 - Operações (1997), no capítulo IV - Fundamentos da Operação, emprega o termo “fator”.

Neste ensaio, preferir-se-á o termo “dimensão” para referir-se ao “tempo” e utilizar-se-á o termo “atributo” para identificar as diferentes percepções do “tempo”. As razões desse entendimento observar-se-ão adiante.

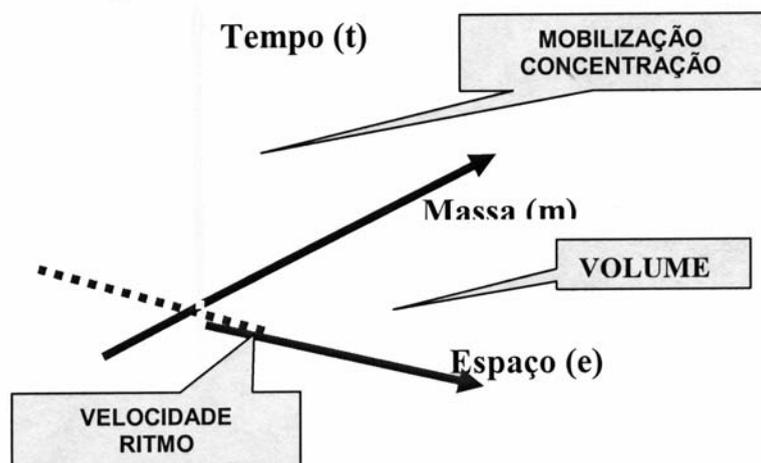
## Algumas Percepções para a Idéia de Tempo

*“(…)o tempo não pode aparecer à mente, nem isolado, nem acompanhado de um objeto fixo e imutável. Ao contrário, ele sempre é descoberto em virtude de alguma sucessão perceptível de objeto e mudança.”*

David Hume (1711-1776), em *Tratado da Natureza Humana*.

O termo “atributo”, doravante utilizado, para definir

Figura 1 – As dimensões da estratégia



ATRIBUTOS	CONCEITO
OPORTUNIDADE	É um atributo binário. Refere-se a execução imediata ou contingente de determinada ação.
SEQÜÊNCIA	É identificada com o tempo ordinal, diz respeito a ordem em que se sucedem as ações.
RITMO	É identificado pela velocidade e/ou freqüência em que se sucedem as ações.
DURAÇÃO	É a percepção mais comum e efetiva, incorporando a idéia de lapso ou período.
SIMULTANEIDADE	É a percepção que incorpora a idéia de sincronia.

as diferentes percepções do tempo, tomará o significado encontrado em A Ética (1677), de Baruch Spinoza (1632-1677), ou seja “aquilo que o intelecto percebe como a essência” do tempo, reforçando-se que o mesmo “não é predicado ou qualidade”.

Já a atribuição de dimensão à idéia de “tempo” é extremamente complexa e se sustenta em concepções metafísicas. Para o propósito deste ensaio, entende-se que há semelhanças entre a idéia de “espaço” e de “tempo”. Essa impressão de semelhança se identifica na mensurabilidade; na correlação que poderia se estabelecer entre as idéias de “distância” e “período” e para as definições decorrentes (longe e demorado; perto e lapso; atrás e passado; à frente e futuro etc).<sup>2</sup>

Curiosamente, no xadrez, “a noção de tempo está ligada à sucessão dos movimentos das peças (...) sendo intuitiva a vantagem de ganhar tempo”. Assim, diz-se que “perde um tempo que executa em três lances manobra que poderia fazer em dois”.

Essa aparente digressão expõe a riqueza da discussão intelectual, em outros campos do conhecimento humano, sobre o tema e serve para embasar a postura doutrinária esposada neste ensaio sobre a idéia de “tempo” e conceitos correlatos, tais como os atributos e o emprego operacional.

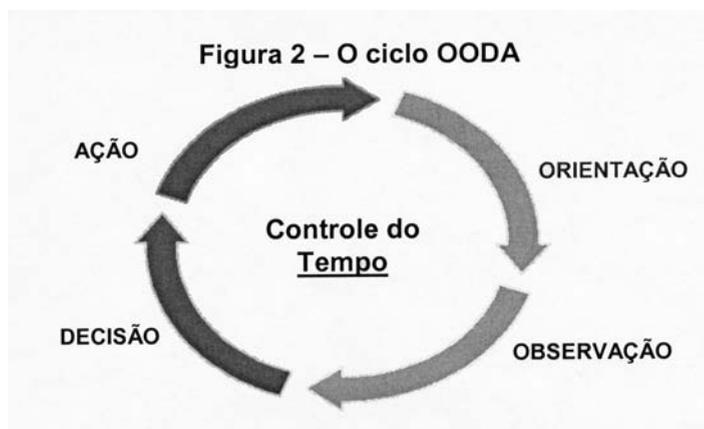
Enfocando a questão de modo mais objetivo, registra-se que é na doutrina norte-americana<sup>3</sup> que se encontram com maior freqüência e lastro conceitual as referências à dimensão “tempo”. Enfatiza-se que essas se contextualizam sob o “guarda-chuva” de um conceito mais amplo: a estratégia operacional ou, também mencionada, como arte operacional.

Assim, a sincronização, a sinergia, a simultaneidade, a antecipação, o timing e o ritmo são “facetas” (sic) ou conceitos amplamente utilizados e são decorrentes do entendimento do “tempo” como uma dimensão da estratégia operacional. A propósito, a *Joint Vision 2020*, uma projeção para doutrina combinada norte-americana, estabelece o conceito de *dominant manouver*, que poderia ser entendida como um elenco de capacidades operativas, entre as quais, “a maior rapidez no ciclo decisório e o controle em tempo real do campo de batalha”, que simplesmente “asfixiariam” os candidatos a oponente das Forças Armadas norte-americanas.

## O Tempo na Doutrina Militar Terrestre Brasileira

“Os comandantes tirarão o máximo efeito do tempo(...)”

C100-5 - Operações (1997)





recebendo esses significantes a conotação de “efeitos desejados” na exploração do “fator tempo”.

Cabe ainda registrar no Manual, a identificação dos “conceitos operacionais” (p. 4-6), que, segundo o mesmo, se resumiriam a dois: Guerra de Movimento, que se desdobra em outros, supostamente de “menor abrangência” (sic); e Sincronização.

Comparando-se esses com os assinalados no The Joint Staff Officers Guide, observam-se os seguintes aspectos:

- O “tempo” aparece explicitamente entre os conceitos operacionais norte-americanos. Além do mais “pausa operacional” e “fase” podem ser percebidos como temporais.

- O “tempo” não é considerado um conceito operacional na doutrina brasileira, embora o “combate continuado” e a “sincronização” incorporem a idéia da temporalidade;

- Constata-se, finalmente, que a lista norte-americana tem forte conteúdo “clauswitzniano”, enquanto a brasileira não contempla um parâmetro balizador ou inspirador, sendo, aparentemente aleatória, ao reunir, entre outros conceitos, os de “combate eletrônico”, “iniciativa”, “flexibilidade” e “risco”.

## Considerações Finais

*“El tiempo es algo más que un medio para el mejor empleo de las armas, es un arma en sí mismo.”*

Roberto L. Petrusio

No decorrer da exposição foi feita uma referência a Clausewitz, no entanto a parcimônia foi adotada na abordagem do prussiano, pois a importância da percepção do “tempo” como um conceito operacional, não está evidente nas considerações do autor de Vom Kriege.

A despeito disso, em “Clausewitz — trechos de sua obra”, de Roger Ashley Leonard, identifica-se esta colocação, inserida no Capítulo 5 — Batalha, que sustenta claramente a posição do “tempo” como um conceito eminentemente estratégico-operacional:

“Se considerarmos o combate já não mais de forma isolada, mas em relação a outros componentes que atuam na guerra, então a sua duração se reveste de importância especial. ... Aqui todo o sucesso em geral repousa apenas na duração. Por esta razão o incluímos no contexto **estratégico**”. (p. 114/115)

Ainda no mesmo livro admite-se uma dinâmica temporal distinta para a tática e para a estratégia, destacando-se que a primeira caracteriza-se pelo uso continuado de força e

a segunda, pelo emprego simultâneo de força. Disso poder-se-ia depreender que na avaliação do “tempo tático” o atributo da “duração” é mais significativo e que para o “tempo estratégico” os atributos da “seqüência”, do “ritmo”, da “oportunidade” e da “simultaneidade” são mais relevantes. Nesse particular, o “ganhar tempo” do xadrez, parece se ajustar melhor a condição do “tempo estratégico”.

Assevera-se que a inserção em todas as etapas do estudo de situação e de conduta de considerações sobre o “tempo” é totalmente desejável e vem sendo implementada na doutrina militar terrestre brasileira, conforme se verifica na Doutrina Delta.

A valorização e o entendimento da dimensão “tempo” enfrenta óbice relevante no fato de valorizar-se habitualmente nas soluções dos problemas militares a manobra “geometricamente” perfeita — forma, dispositivo, valor, localização e composição — levando-se, tacitamente, as dimensões “espaço” e “massa” a posição de relevo em relação ao “tempo”.

Por fim, as idéias mais significativas na abordagem do “tempo” como elemento operacional poderiam ser resumidos nas seguintes considerações:

- O contendor que operar os processos de planejamento e de ação em ciclos temporais com maior eficácia, literalmente, imobilizará o oponente.

- O “tempo” é um componente da capacidade dissuasória à semelhança da dimensão “massa” e “espaço”.

- A doutrina e a tecnologia são fatores determinantes para a eficiência e a eficácia na exploração da dimensão “tempo”.

- O “tempo” produz uma assimetria entre dois contendores tecnologicamente defasados, particularmente, nos níveis estratégico-operacional e estratégico.

- Um exército, como o nosso, cuja ênfase no adestramento está no nível tático, tende a não se sensibilizar adequadamente para a importância do “tempo” como conceito operacional. **MR**

---

---

## Referências

1. Os conceitos de idéia e impressão correspondem ao entendimento de David Hume (1711-1776) encontrados no Tratado da Natureza Humana.

2. Enfim, utilizando-se Espinosa poder-se-ia dizer que o tempo “não pode ser concebido senão como existente”. (A Ética p.99)

3. Todas referências doutrinárias aos norte-americanos foram coletadas em *The Joint Staff Officers Guide* editada pela *National Defense University*.

4. Citado na p.25. Todas as referências à doutrina brasileira foram coletadas no C 100-5 (1997)

---

---

*O Tenente-Coronel Leonardo Ramalho Rodrigues Alves serve atualmente como comandante do 4º Regimento de Carros de Combate em Rosário do Sul, Rio Grande do Sul. Coursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a Escola Superior de Guerra, sendo graduado do Curso de Estado-Maior de Defesa. Possui também Curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

# Grupos Insurgentes na Chechênia

Coronel Sergey A. Kulikov, Federação Russa  
Robert R. Love, tradutor da versão original ao inglês

**E**VENTOS RECENTES na Rússia, nos EUA, no Oriente Medio e em muitos outros países, salientam um problema central na guerra contra o terrorismo. O terrorista de hoje não se encontra desesperado nem isolado. Na Rússia, os insurgentes são bem liderados, amplamente financiados e eficientemente organizados em batalhões, companhias, pelotões e esquadrões, com todas as especialidades ocupacionais essenciais militares, desde franco-atiradores, especialistas em demolição, especialistas em granadas propulsadas por foguetes, a engenheiros de combate.

A Rússia já se deparou antes com o terrorismo e a insurgência — no Afeganistão de 1979 a 1989 — e os está enfrentando novamente na república da Chechênia, com forças federais russas ocupadas em medidas de contraterrorismo. O conhecimento dos elementos clássicos de combate, como ensinado nas academias militares russas — ou seja, as operações de Exército e de Frentes, abarcando centenas de quilômetros de território — não se aplica hoje da mesma maneira como antes, apesar de que o conhecimento não deixa de continuar sendo importante. Cada vez mais, as academias militares russas enfatizam as ações de combate em conflitos insurgentes locais, baseando-se nas lições aprendidas no Afeganistão e na atual experiência russa na região do Cáucaso Norte.

## Métodos e Táticas dos Insurgentes

Unidades do Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia estão atualmente trabalhando no sentido de manter a lei e a ordem e de prover a segurança pública na região do Cáucaso Norte<sup>2</sup>. Os vários tipos de organizações armadas enfrentadas pelo Ministério encontram-se, geralmente, em território checheno e são normalmente chamadas de formações armadas ilegais. As ações da guerrilha insurgente, geralmente emboscadas e incursões, são efetuadas em território que o inimigo conhece bem.

As insurgências não são novidade para o Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia. Durante mais de 50 anos, durante o período soviético, o Ministério lidou com áreas problemáticas na Ásia Central, no Cáucaso Norte, na Ucrânia ocidental, na Bielorrússia ocidental e nos estados Bálticos. Atualmente, destacamentos de 60 a 100 insurgentes se formam localmente, tornando-se parte de unidades maiores sob um comando unificado. Embora desdobrados em uma grande área, operam com uma única intenção. Apesar de sua arma básica ser o fuzil, possuem modernas armas pesadas, incluindo sistemas de mísseis antiaéreos (*anti-aircraft missile systems*), fuzis sem recuo e morteiros.

Quando o primeiro conflito checheno começou em 1994, as tropas russas se depararam com as forças

armadas permanentes e bem-organizadas da Chechênia, equipadas com armamento e equipamento de virtualmente todas as Armas. À medida que o conflito se desenvolvia e se perdia equipamento, os grupos armados mudavam para as táticas de guerrilha. Os insurgentes obtinham armas tomando-as de tropas russas em emboscadas e incursões ou adquirindo-as ilegalmente de outros países, com a ajuda de seus benfeitores financeiros.

A estrutura do grupo insurgente inclui —

- Um comandante de campanha e um ou dois subcomandantes, que formam o seu estado-maior (muitas vezes ex-soldados ou pessoal treinado pelo Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia).

*Os insurgentes fazem uso total da escuridão, que lhes provê cobertura e o elemento surpresa; causa desorientação e pânico entre o pessoal atacado; interfere com o comando e controle; e os ajuda a obter sucesso mesmo contra forças numericamente superiores. Eles atacam de surpresa à noite e então se retiram por rotas planejadas com antecipação.*

- Uma equipe de guarda-costas que acompanha e protege o comandante durante o combate ou quando ele se encontra em um acampamento-base.

- Uma equipe de reconhecimento e uma rede de exploradores (geralmente civis locais que não são parte do destacamento).

- Pessoal de comunicações.
- Forças Especiais.
- Franco-atiradores.
- Fuzileiros.

Outros insurgentes apoiam o destacamento obtendo comida, munições e outras necessidades. Podem também prover serviços de ligação, segurança ou de contra-inteligência.

Os destacamentos consistem de combatentes bem treinados, geralmente voluntários mas que também podem ter sido recrutados. Os recrutas são geralmente inferiores aos voluntários em treinamento, qualidades de combate e preparação mental para o combate. Ex-presidiários de colônias penais, campos de detenção, prisões e criminosos procurados pela polícia, também são membros destes grupos armados. Portanto, não é de surpreender que os insurgentes usem, com frequência, táticas tais como o roubo, o assalto, a pilhagem e a violência.

Os destacamentos na Chechênia são geralmente regionais, com residentes de uma só vila se unindo

em assim-chamados “destacamentos de auto-defesa”. Com frequência, os residentes de uma única área formam “brigadas nacionais de milícia e regimentos”. Os destacamentos combatem apenas nas áreas em que foram recrutados.

Quando se calcula a composição e a quantidade de um grupo de insurgentes, deve-se considerar também a sua reserva — indivíduos simpatizantes que aparentam ser cidadãos amantes da paz, com residências permanentes, mas que escondem depósitos de armas. Ex-insurgentes também podem fazer parte da reserva. Durante alguns programas de desarmamento, eles se recusaram “voluntariamente” a apoiar os insurgentes, abandonaram as suas armas e conseguiram se legalizar. De vez em quando, os dois grupos da reserva se unem em destacamentos ativos para tomar parte em ações de grande escala. Eles também desempenham trabalhos de inteligência e espalham a desinformação.

Em Nagorno-Karabakh, na Abkhazia e na Chechênia, mercenários e voluntários de outras regiões e do estrangeiro uniram-se aos insurgentes. Como os mercenários são os melhores treinados e mais preparados para o combate, os insurgentes os usam com frequência em missões difíceis, que exigem um alto nível de competência, como conselheiros para comandantes de destacamentos e como instrutores em centros de treinamento. Os insurgentes podem colocá-los num destacamento separado (ou torná-los o centro de um destacamento) para um combate que envolva operações especiais e de terrorismo.

Embora muitos insurgentes tenham servido nas forças armadas e tenham recebido treinamento militar, a insurgência mantém centros ou escolas de treinamento. Desempenhar atos terroristas em uma guerra de guerrilha exige habilidades especiais, conhecimento e destreza. Os insurgentes aprendem a usar armas, fazer incursões, desenvolver atos de terrorismo, sobreviver em campanha, e a usar camuflagem e propaganda. Os centros de treinamento lhes ensinam admiravelmente bem. Em numerosos conflitos, os grupos insurgentes têm demonstrado um alto nível de eficiência. Um fator-chave do seu sucesso é o uso das lições aprendidas durante antigas campanhas de guerrilha.

Os grupos de insurgentes armados baseiam as suas táticas nos seguintes princípios:

- Um forte relacionamento com a população local.

- Ações por parte de pequenos destacamentos e equipes.

- Conhecimento e uso habilidoso do terreno, como, por exemplo, o planejamento de emboscadas em pontos de vantagem tática.



Departamento de Defesa

*Integrantes do Exército da Geórgia treinam no emprego de armas táticas.*

- O uso ativo das condições de visibilidade limitada, especialmente a escuridão.
- A cuidadosa seleção de objetivos e do desenvolvimento de planos de ação simples e realizáveis.
- O reconhecimento antes da ação. (Mesmo quando não atacando, os insurgentes atenta e diligentemente monitoram as atividades de soldados e de forças policiais)
- Ações secretas e de surpresa e o uso da perspicácia militar.
- Abrir fogo aproximado para logo retroceder a uma distância segura.
- Usar emboscadas e fogo desde locais inatingíveis em terreno difícil, para cobrir a retirada e causar baixas.
- A coordenação cerrada entre o pessoal destacado durante todas as ações.
- Contar com o esgotamento do pessoal policial.
- Operações psicológicas em apoio de atividades de insurgência.
- Uma segurança e inteligência bem organizadas.

## Expandindo Princípios

Manter fortes ligações com a população local é um princípio fundamental das operações de insurgência. Cidadãos locais provêm os insurgentes com pessoal, comida, roupa, armazenagem, ajuda médica e às vezes ajuda militar direta e outros serviços. É por

isso que os separatistas tentam impor na população local a idéia de que os destacamentos rebeldes são defensores do povo e espalham boatos sobre atos maldosos supostamente cometidos pelas forças da lei e da ordem. Os insurgentes punem impiedosamente a qualquer um da população local que demonstre a mais mínima indicação de lealdade para com as forças federais, mesmo que isso signifique matar os envolvidos.

A mais usada técnica dos insurgentes é o uso de pequenos destacamentos espalhados por uma grande área de território para criar a impressão de uma presença universal. Durante uma palestra em *West Point* em 1962, o então Presidente John F. Kennedy disse: “A guerra contra insurgentes, guerrilheiros e grupos é uma nova espécie de guerra, nova em sua intensidade e antiga em suas origens, uma guerra que usa a infiltração ao invés do ataque, uma guerra onde a vitória é obtida por cansar e esgotar as forças da oposição ao invés de destruí-las. Exige novas estratégias e táticas, forças especializadas e novas formas de combate.”<sup>3</sup>

Os insurgentes compelem as forças da lei e da ordem a operar em pequenas unidades separadas umas das outras por grandes distâncias, o que as impede de poder se aproveitar do apoio de fogo mútuo e das comunicações. Trabalhando em pequenos grupos, os rebeldes podem interferir no avanço de grandes formações.

Os insurgentes fazem uso total da escuridão, que lhes provê cobertura e o elemento surpresa; causa desorientação e pânico entre o pessoal atacado; interfere com o comando e controle; e os ajuda a obter sucesso mesmo contra forças numericamente superiores. Eles atacam de surpresa à noite e então se retiram por rotas planejadas com antecipação. Insurgentes propositadamente guiam os seus perseguidores em direção a postos nas redondezas e a guarnições de outras tropas federais. Quando são bem-sucedidos nisto, o menor erro em coordenação e comunicações resulta nas forças federais atirarem umas contra as outras. Os insurgentes tiram vantagem da escuridão noturna para conduzir provocações durante cessar-

*No dia 31 de maio de 1996, um destacamento de rebeldes capturou um posto de comando regimental perto de Shuanya. Antes de atacar, os insurgentes haviam conduzido estudos detalhados das rotinas diárias de um número de postos de comando nas áreas de Nozhayt-Yurtov, Kurchaloyev e Gudermes da república Chechênia.*

fogos ou enquanto negociações estão em andamento. Os líderes dos insurgentes então aproveitam para pôr a culpa dessas provocações em terceiros ou até mesmo nas forças da lei e da ordem.

Esgotar o inimigo é um dos objetivos principais da insurgência. O líder separatista checheno Dzhokhar Dudayev disse “Operaremos para que nem um só soldado da ocupação possa caminhar livremente em solo checheno. Estando ele em movimento, na sua base, dormindo ou comendo, estará sempre sob constante temor.”<sup>24</sup>

Outro princípio antigo e cada vez mais significativo do insurgente é o de gerar o apoio psicológico para as suas atividades. Os objetivos principais das operações psicológicas da insurgência são: os de manter o moral entre os insurgentes; apoio à sua autoridade ante a população local; e a desmoralização das forças da lei e da ordem. Para isso, e para disseminar mentiras ou a distorção de fatos, os insurgentes usam o rádio, a televisão e a imprensa local e estrangeira.

As táticas dos insurgentes são ativas e audaciosas. Raramente ficam na defensiva, apenas em casos excepcionais, tal como quando defendem a sua base ou áreas selecionadas ou quando o inimigo os cerca ou ameaça os seus destacamentos.

Uma vez que as forças da lei e da ordem estabelecem o controle sobre uma área inteira, ou sobre a

maioria de uma área, os insurgentes mudam para a guerra de guerrilha, atacando linhas de comunicações e pequenas guarnições. Os insurgentes também usam minas, armadilhas e franco-atiradores e conduzem ações terroristas em grande escala, envolvendo a tomada de reféns.

Os comandantes dos rebeldes dependem dos seguintes princípios:

- Não participar diretamente de um combate. Romper o contato com forças da lei e da ordem para ocupar novas e melhores posições.

- Nunca permanecer em contato com as forças da lei e da ordem por muito tempo. Tentar retroceder sem ser visto e ocupar novas e vantajosas posições ou esconderijos.

- Tentar ataques de grande escala somente quando houver forças suficientes.

- Usar pequenas unidades para atacar soldados individualmente, obter armas ou para repelir ataques.

- Manter a pressão psicológica sobre as forças da lei e da ordem, atirando neles regularmente.

- Usar morteiros, obuseiros autopropulsados e outras armas pesadas quando atacando objetivos importantes e posições fortificadas com forças significativas concentradas em pequenas áreas, e usar o fogo concentrado de armas “nômades” para infligir grandes baixas.

- Conduzir uma retirada organizada em pequenos grupos, preparando emboscadas e respondendo ao fogo, se as forças da lei e da ordem decidirem lançar um ataque de surpresa numa frente ampla.

## **Ataques da Insurgência**

Os insurgentes normalmente atacam os postos de guardas, postos de comando regimental, os QG da polícia e militares, pistas de pouso e armazéns para destruí-los, causar-lhes danos ou capturá-los. Os insurgentes realizam um cuidadoso reconhecimento e uma desinformação habilidosa antes de atacar, com membros da população local ajudando nas atividades de desinformação.

Os insurgentes estudam os sistemas dos guardas, das comunicações, dos obstáculos, das posições das armas e dos planos que ponham em prática os seus objetivos. Eles determinam as capacidades dos reforços das tropas de defesa (composição, horário de movimento e rotas) e sempre usam o elemento da surpresa. Uns 30 homens fazem parte do ataque e o grupo se divide da seguinte forma: os do reconhecimento; os que desarmam os guardas; uma equipe para dar cobertura; o corpo principal (de assalto); e, às vezes, um grupo especial de distração.

A equipe de reconhecimento se desloca para o



Departamento de Defesa

*Integrantes do Exército da Geórgia treinam taticamente em diferentes tipos de terreno.*

objetivo, observando quaisquer mudanças recentes no sistema dos guardas e os pontos mais vantajosos para o ataque e subsequente retirada. Se a equipe se depara inesperadamente com forças superiores, retira-se lateralmente em relação ao corpo principal insurgente, mas coordena a retirada com ele para tentar conduzir a força inimiga a um ponto de fogo cruzado. Cúmplices dentre a população às vezes conduzem o reconhecimento.

A equipe de cobertura assume posições, sigilosamente, próximo ao objetivo e bloqueia as rotas prováveis de movimento das forças de rápida resposta ou da reserva e a linhas de movimento dos elementos de reserva das forças federais que apóiam a guarnição e a guarda. A equipe de cobertura provê o apoio de fogo para a força principal e então cobre a retirada do destacamento.

Manobrando por trás da equipe de cobertura, a principal força de assalto usa o ataque-surpresa para capturar ou destruir o objetivo. Caso a força de assalto não consiga controlar o objetivo, ou se essa não era a intenção, o destacamento afasta-se e rapidamente se dissolve em grupos menores.

O ataque contra o Posto de Controle Regimental 10 (*Regimental Command Post*) na Chechênia, no

dia 20 de janeiro de 1996, é um exemplo de um típico ataque de insurgentes. Com o cair da noite, uma equipe de 10 a 12 insurgentes circundou o posto sem ser percebida a uma distância de entre 70 a 100 metros. Abriram fogo aproximado desde cinco posições, simultaneamente, ferindo várias pessoas, destruindo duas viaturas blindadas de transporte de pessoal (*armored personnel carriers — APC*), acabando com o comando e controle e interrompendo o sistema de fogo. Na resultante confusão, o pessoal de segurança deixou as suas posições e se retirou desajeitadamente para a área do regimento.

No dia 31 de maio de 1996, um destacamento de rebeldes capturou um posto de comando regimental perto de Shuanya. Antes de atacar, os insurgentes haviam conduzido estudos detalhados das rotinas diárias de um número de postos de comando nas áreas de Nozhayt-Yurtov, Kurchaloyev e Gudermes da república Chechênia. Os insurgentes escolheram o posto menos fortificado, um que se encontrava mal situado numa ravina entre duas elevações, o que lhes permitiu rodeá-lo. Antes de escurecer, lançaram fogo intenso de morteiros, foguetes teleguiados anticarro, granadas e fogo de fuzis contra o posto de comando durante aproximadamente uma hora.

Durante os primeiros minutos da batalha os insurgentes destruíram uma APC e uma viatura de transporte da manutenção, explodiram um depósito de munições e tiraram do ar uma estação de rádio de campanha. Ao mesmo tempo, a equipe de cobertura dos insurgentes minou as rotas de aproximação e equipes de distração abriram fogo contra forças militares nas redondezas. Uma equipe de canhão ZU-23-2 (canhão de 23mm antiaéreo, autopropulsado, usado no combate em terra), que deveria ter estado em alerta, se encontrava a uns 70 metros da arma e ficou separada dela. Os defensores do posto de comando

*Ocupando posições ao longo do que se presume ser o eixo de movimento da força federal, geralmente ao longo dos únicos eixos possíveis, a equipe que impede a manobra e a retirada da força federal coloca minas e outros obstáculos ao longo desses eixos. Se necessário, a equipe de reserva reforça a equipe de ataque ou a equipe de bloqueio.*

usaram toda a sua munição num fogo indisciplinado, numa vã tentativa de repelir o ataque.

Os insurgentes haviam, com efeito, “desarmado” a guarnição, capturando 26 homens, um APC BTR-80, um caminhão-rádio ZIL-131 russo, um canhão ZU-23-2 AA, um lança-granadas AGS-17 e todas as pequenas armas dos defensores. Um estudo posterior da captura do posto de comando indicou que amizades não oficiais com a população local haviam ajudado a tornar possível, e bem-sucedido, o ataque.

Estes exemplos não são apenas incidentes isolados. Os residentes locais perto dos postos dos guardas federais, embora nunca mostrando intenções agressivas, faziam contato com o pessoal militar levando-lhes comida, cigarros, bebidas, combustível e lubrificantes, ou oferecendo-se para comprar munições. Ganhando a confiança e baixando a vigilância dos soldados, os locais concordavam em vender-lhes o que quisessem. Ao anoitecer, quando a guarda mudava, os locais chegavam com a sua “mercadoria”. Ao chegar perto dos soldados, se apoderavam destes e os desarmavam. Então desarmavam, capturavam ou matavam o resto do pessoal.

Além de atacar com o objetivo de destruir ou esgotar os guardas da guarnição, os insurgentes atiravam neles, sistematicamente. Operando em equipes de 5 a 10 pessoas, principalmente após o anoitecer, várias equipes de insurgentes apontavam contra um único objetivo, com um membro da equipe atraindo o fogo do retorno para si, e então os outros disparavam

contra esse fogo inimigo desde outras posições. Os insurgentes também conduziam incursões disparando desde viaturas em alta velocidade.

## **Franco-Atiradores**

Os franco-atiradores representam uma grande ameaça para as forças federais russas. Durante muitos conflitos com insurgentes, o efeito das ações dos franco-atiradores têm sido tão grande que alguns peritos se referem a esses conflitos como as “guerras dos franco-atiradores”. As forças insurgentes equipam os franco-atiradores com armas especiais, armas automáticas e fuzis (incluindo fuzis esportivos), adaptados com o propósito de serem usados dessa maneira. O típico franco-atirador é um profissional que planeja as suas ações detalhadamente. Ele escolhe lugares que lhe oferecem a maior vantagem e dissimulação em sótãos, apartamentos de canto nos andares superiores de edifícios de onde possa disparar em várias direções, chaminés de fábricas e torres de guindastes. Os insurgentes também costumam equipar os locais de franco-atiradores como esconderijos onde podem guardar e esconder armas e munições.

Os franco-atiradores têm a capacidade de criar as condições que lhes permite matar o máximo de pessoas em uma única ação. Depois de ferir um soldado, geralmente nas extremidades, o franco-atirador causa feridas similares nos outros soldados ou médicos que procuram ajudar o soldado alvejado. Então aproveita para dar fim a todos. As suas vítimas são principalmente as pessoas indefesas.

Uma equipe insurgente pode incluir um ou dois franco-atiradores (um observador e um atirador) e engenheiros de combate que colocam minas na posição de tiro, depois de abandonada. Depois de ocupar os edifícios dominantes ou os andares inferiores de outros, a equipe de franco-atiradores pode disparar sobre o objetivo, às vezes ao acaso. Sob a cobertura do ruído da batalha, o franco-atirador pode escolher e destruir os alvos mais importantes.

## **Emboscadas**

A emboscada é o mais eficiente e mais frequentemente usado método de guerra insurgente. Os lugares mais prováveis para se preparar uma emboscada são pontes, áreas isoladas, curvas em uma estrada, declives ou o alto de colinas, grandes florestas, trilhas pelas montanhas e desfiladeiros. Os insurgentes sempre escolhem o local e o seu equipamento com muita atenção. A escolha deve assegurar que o local da emboscada esteja oculto e garantir o elemento surpresa, o fogo eficaz das armas e munições e a oportunidade para uma rápida retirada.

Os insurgentes desejam que as emboscadas



Departamento de Defesa

Um caminhão russo ZIL-131

destruam, capturem ou de outras maneiras prejudiquem o inimigo. O tipo de emboscada escolhida depende da situação do combate, da correlação das forças e do terreno. Se o propósito for retardar o avanço de forças e meios, alterar-lhes a direção ou forçar um prematuro desdobramento em posições de combate, os insurgentes podem usar uma força bem menor que necessária para emboscadas com a intenção de destruir ou capturar o inimigo. Embora uma pequena quantidade de insurgentes possa deter uma unidade valor companhia ou menor por várias horas, a destruição de uma unidade exige uma força maior. Dependendo do local, da formação tática e do método de ação, a emboscada pode ser de encontro, (*meeting*), paralela ou circular.

### A Emboscada de Encontro

A emboscada de encontro é geralmente estacionária e preparada na rota de movimento da força federal. O objetivo dos insurgentes é impedir o avanço das unidades ou destruir as que se encontram avançadas. Os insurgentes muitas vezes usam esta emboscada contra pequenas unidades e os recursos de transporte que as seguem, independentemente. Os guerrilheiros preparam a emboscada com muita antecipação, preparam posições de reserva e falsas e escolhem rotas de retirada. Eles frequentemente usam a emboscada de

encontro junto com uma ação de dissimulação contra algum outro objetivo, para incentivar as forças de reserva a se deslocarem naquela direção.

### A Emboscada Paralela

Os insurgentes usam a emboscada paralela justamente ao longo da linha de avanço de um comboio. Os seus objetivos são a força de segurança do comboio, os elementos de reconhecimento, as colunas da retaguarda e, às vezes, a força principal. O corpo principal dos insurgentes se espalha ao longo de um ou de ambos os lados de uma rota de movimento.

### A Emboscada Circular

A emboscada mais difícil de preparar e executar é a circular. Antecipando os movimentos das forças inimigas e dos seus recursos, as equipes de insurgentes se posicionam ao longo do perímetro de uma área pré-escolhida. A primeira equipe abre fogo contra um flanco do comboio, dando início à batalha, e então se retira, atraindo para si a atenção do comboio. As outras equipes fazem o mesmo, forçando as forças federais a repelirem ataques de várias direções ou a avançarem em várias direções. Sob algumas circunstâncias, a força emboscada perde o controle da situação, inclusive a sua capacidade de comando e controle. Se isso acontecer, ela está perdida.

Dependendo da missão, forças de 10 a 20 insurgentes executam as emboscadas. No entanto, às vezes, essas forças podem ultrapassar o número de 100 homens. Posicionam-se ao longo de várias linhas. O tamanho do destacamento de emboscada varia, dependendo do objetivo e das forças disponíveis. O destacamento talvez inclua uma equipe de tiro ou ataque; uma equipe diversionária; uma equipe que impeça a manobra ou retirada de forças federais; uma equipe de reserva; e uma equipe que observa, encarrega-se das comunicações e informa. Se o destacamento tem armas pesadas, terá também uma equipe de transporte.

A força principal é a equipe de tiro ou ataque, que mata soldados e destrói equipamento. Posicionada perto da área das ações planejadas, a força principal inclui fuzileiros, uma equipe para a captura de prisio-

*Um exemplo típico de uma tomada de reféns ocorreu no dia 12 de dezembro de 1994 durante uma demonstração anti-militar, quando as tropas russas abandonavam Khasavyurt na República de Dagestan. Um grupo de insurgentes bloqueou um comboio militar do Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia enquanto outros insurgentes, escondidos entre a multidão e disfarçados de mulheres e crianças, se aproximaram das viaturas do comboio.*

neiros e armas e especialistas em demolição.

A equipe diversionária toma posição a certa distância da zona de destruição da emboscada. A missão da equipe diversionária é atrair o fogo de resposta da força de segurança (e às vezes da força principal) e apoiar as ações de surpresa da equipe de ataque. A equipe diversionária é a primeira a agir. O sinal para começar pode ser a explosão de uma mina ou uma carga de demolição. Posicionada ao longo da mesma linha da equipe de ataque, a equipe diversionária dispara contra as forças federais que se aproximam de uma grande distância e então se retira. A força federal sob ataque, ao perseguir a equipe diversionária, expõe-se ao ataque de flanco.

Ocupando posições ao longo do que se presume ser o eixo de movimento da força federal, geralmente ao longo dos únicos eixos possíveis, a equipe que impede a manobra e a retirada da força federal coloca minas e outros obstáculos ao longo desses eixos. Se necessário, a equipe de reserva reforça a equipe de ataque ou a equipe de bloqueio. A missão da equipe da reserva é apoiar a retirada da força principal da

batalha. A equipe monitora a situação e cobre os flancos e a retaguarda do destacamento.

A equipe que observa, comunica e informa não participa da batalha; o seu objetivo é o reconhecimento, determinar quando as forças federais irão abandonar o seu acampamento e que direção irão tomar. Os insurgentes desta equipe ouvem conversas captadas de redes de rádio não seguras, seguem os comboios e reportam o seu movimento à força principal do destacamento. O pessoal nesta equipe pode operar sem armas. Eles “aterrizam” como pássaros na retaguarda do comboio e depois passam por ele como se fossem apenas simples viajantes. A equipe de transporte se esconde ao longo das linhas planejadas de retirada do destacamento e fica de prontidão para evacuar o destacamento e quaisquer prisioneiros ou armas capturadas.

Durante uma emboscada típica, os insurgentes geralmente permitem aos grupos de reconhecimento federais e aos elementos de segurança se adiantarem do comboio. Usando uma mina explosiva sob controle remoto, os insurgentes incapacitam as viaturas avançadas da força principal e então concentram o fogo sobre as viaturas de comando no centro do comboio.

Durante uma ação de rebeldes bem-sucedida, os insurgentes emboscaram um comboio logístico de um regimento de infantaria perto de um posto de observação em Yaryshmarda. Os insurgentes puseram uma mina sob controle remoto em uma estrada que corria ao longo da orla ocidental da área de defesa. A mina explodiu sob o primeiro carro de combate do comboio. Os insurgentes então destruíram a viatura de comando *BMD-1*, matando o comandante do comboio e o controlador aéreo avançado e interferiram na frequência *UHF* de comando, cortando as comunicações do comboio com a sua base. Disparando contra o comboio durante uns 90 minutos, de uma pequena distância e de posições planejadas, 150 insurgentes, em dois destacamentos e quatro equipes de combate, mataram a maior parte do pessoal do comboio e destruíram quase todo o seu equipamento.

Os insurgentes frequentemente preparam emboscadas para matar o maior possível número de pessoal. Posicionam guias entre a população local para encaminhar elementos de reconhecimento, guardas e pequenos comboios da força federal diretamente para emboscadas.

## Terrorismo

O terrorismo é uma das armas mais eficientes do arsenal dos insurgentes e inclui um amplo espectro de ações. Os insurgentes às vezes capturam soldados federais ou civis e mantêm um número sem preceden-

tes de reféns, talvez centenas destes. Podem fazer explodir instalações e matar oficiais de alto nível ao mesmo tempo.

Os insurgentes planejam as suas ações terroristas para obter o maior efeito psicológico possível, não somente contra pessoal militar, mas também contra a população civil de regiões inteiras. Usando de surpresa, audácia, inteligência, vontade e crueldade, os insurgentes usam o clássico arsenal terrorista de incursões, tomada de reféns, chantagem e ameaças.

A tomada de reféns tem um lugar especial no arsenal terrorista. Comandantes de campanha e equipes individuais de rebeldes tomam reféns para derrotar as forças federais russas e para trocar os reféns por insurgentes capturados. Também os tomam para cobrar resgates. Os insurgentes não tentam tomar reféns de tropas do Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia ou da polícia, porque estes permanecem cautelosos e vigilantes; mantêm observação de 360 graus; estão prontos para repelir ataques; e não mantêm contatos não autorizados com a população local. Por outro lado, o descuido e a autoconfiança dos comandantes, soldados ou da polícia pode criar as condições ideais para a tomada de reféns, e até provocá-la.

Um exemplo típico de uma tomada de reféns ocorreu no dia 12 de dezembro de 1994 durante uma demonstração anti-militar, quando as tropas russas abandonavam Khasavyurt na República de Dagestan. Um grupo de insurgentes bloqueou um comboio militar do Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia enquanto outros insurgentes, escondidos entre a multidão e disfarçados de mulheres e crianças, se aproximaram das viaturas do comboio. Ameaçaram o pessoal do comboio com armas e granadas de mão e capturaram 40, dois APC e uma viatura ZIL-131. Os insurgentes, todos residentes locais, haviam colocado veículos pesados em ruas do bairro para bloqueá-las e impedir qualquer manobra do comboio. Uma rota mal escolhida, a falta de decisão por parte de comandantes e soldados e a falta de vigilância e de um estado de alerta em combate foram também motivos que permitiram a tomada de reféns.

A tomada de reféns de membros da força federal, da polícia, ou de pequenas equipes geralmente segue um padrão organizado. Os insurgentes escolhem um local para o ataque a uma distância suficiente de uma posição do Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia, ou de outra unidade militar, para que nenhum sinal do ataque possa ser percebido em tempo hábil que possibilite a chegada de reforços. As áreas preferidas para os ataques incluem o mercado, restaurantes, bares e fontes d'água.

Observando a força federal ou outras vítimas em potencial durante um período de vários dias, os insurgentes determinam o número de pessoas na unidade, quando aparecem, quais as suas intenções e a natureza de suas ações. Os insurgentes atacam quando os seus alvos não estão em condições de se defenderem, quando têm as mãos ocupadas ou quando a sua atenção está distraída tomando um café ou batendo papo num mercado.

Armados com armas de pequeno calibre e granadas, os insurgentes geralmente atacam em equipes duas a três vezes maiores do que o número de vítimas do seu ataque. Operam em duas equipes, uma de ataque e outra de cobertura e evacuação, esta última em

*Os insurgentes preferem detonar remotamente, via cabo elétrico, minas caseiras que destroem equipamento, minas que matam pessoal montado em viaturas de assalto, ou uma combinação das duas. Uma mina blast (enterrada no chão, que explode por pressão) consiste de um ou mais tipos de munição (geralmente de artilharia) de vários calibres; uma espoleta elétrica; uma carga extra de TNT; e um fio de ignição.*

viaturas leves posicionadas ao longo das rotas de retirada.

Os insurgentes são audaciosos. Tentam chegar bem perto de suas vítimas e então usam armas para ameaçar, intimidar e desmoralizá-las. Os soldados que não mantêm a calma ou são indecisos, perdem rapidamente a capacidade de reagir. Uma vez que os insurgentes dominam a situação, as vítimas que resistem são mortas imediatamente. Os insurgentes exploram qualquer falha ou falta de disciplina. O pessoal militar que mantém relacionamentos não autorizados com a população local frequentemente se torna alvo de tais ações. Outro estratagema usado é fazer com que adolescentes ou jovens de idade aproximada criem amizade com soldados descuidados, convidando-os a visitá-los em suas casas ou outros lugares familiares. Então, sob algum pretexto, levam-nos a um lugar diferente onde são mantidos como reféns.

A guerrilha mantém os seus reféns em acampamentos e prisões de campanha bem vigiados, em áreas de difícil acesso. Os insurgentes dividem os reféns entre si para impor-lhes trabalhos. Às vezes, os insurgentes exigem resgate de familiares dos reféns. Matam os prisioneiros pelos quais não conseguem resgate ou que não conseguem trocar pelos seus que se encontram nas mãos das forças federais. A guerrilha filma



Departamento de Defesa

Soldados russos que formam parte da Força de Implementação empregam um BTR-80 para patrulhar as Zonas de Separação na Bósnia-Herzegovina

essas execuções, distribuindo os vídeos entre a população local, usando-os também para desmoralizar e assustar as tropas federais.

Embora os grupos insurgentes geralmente operem perto de suas bases nativas, às vezes conduzem incursões. Tipicamente incluindo destacamentos de mercenários, as incursões incluem manobras sigilosas ao longo de rotas planejadas, combinadas com outros ataques e emboscadas.

Os insurgentes usam a infiltração para concentrar as suas forças e os seus recursos na área de uma ação em grande escala. Cuidadosamente estudando os postos de observação russos, determinam antecipadamente os tipos de carga que não são inspecionadas e quais os elementos do pessoal russo que não são atenciosos. Insurgentes desarmados, fazendo-se passar por residentes locais, movem-se em pequenos grupos ou individualmente ao longo de várias rotas e, uma vez passando pelos postos de observação, reúnem-se em áreas de estacionamento ou depósitos onde os insurgentes tenham armas guardadas. Geralmente, transportam as armas até as áreas de estacionamento em veículos de grande capacidade, escondendo-as dentro de carga virtualmente impossível de ser inspecionada, como produtos de agricultura ou materiais

soltos. Os chechenos também usam suborno para evitar inspeções em postos de observação da força federal.

## Minas

Virtualmente sem limite com relação à forma, lugar e hora do seu uso, a mina é uma parte indispensável de qualquer movimento insurgente. Os insurgentes usam minas russas, incluindo a *TM-57* (mina operada à pressão), a *TM-62 AT*, a *PMN-2* — mina anti-pessoal —, a *OZM-72* (mina que salta e fragmenta), e a *MON-50* ou *MON-100* (mina fragmentária direcional). Também usam minas e granadas caseiras acionadas por arames de tropeço.

Os insurgentes preferem detonar remotamente, via cabo elétrico, minas caseiras que destroem equipamento, minas que matam pessoal montado em viaturas de assalto, ou uma combinação das duas. Uma mina *blast* (enterrada no chão, que explode por pressão) consiste de um ou mais tipos de munição (geralmente de artilharia) de vários calibres; uma espoleta elétrica; uma carga extra de TNT; e um fio de ignição. Os insurgentes colocam as minas sob a superfície de uma estrada ou ao longo da mesma (2 a 8 metros entre cada) ou até mesmo dentro da canalização de

esgotos. Às vezes, os insurgentes colocam a carga no chão disfarçada de lixo ou material de construção e a cobrem com placas de metal, parafusos, pregos e outros objetos de metal para aumentar o efeito destruidor. Os insurgentes colocam cargas de demolição em equipamento e viaturas destruídas ou queimadas para que, quando ocorra a explosão, seja produzida uma poderosa torrente de fragmentos, matando pessoas em um raio de até 70 metros. Em estradas nas montanhas, os insurgentes colocam dispositivos explosivos em árvores ou em barrancos rochosos.

Em áreas montanhosas, edificadas e de floresta, os insurgentes montam dispositivos explosivos improvisados, usando arames de tropeço do tipo *spider webs* (teias de aranha), feitos com o arame de sistemas de direção de foguetes *AT* teleguiados, pequenas chaves interruptoras, galhos de árvore ou arbustos. A altura na qual colocam os arames de tropeço varia. A teia pode ser horizontal, vertical, ou ambos. Os insurgentes podem também usar arames falsos.

Quando os insurgentes usam uma combinação de dispositivos explosivos, preparam uma carga de demolição na superfície de uma estrada para destruir veículos e uma segunda carga (uma ou mais minas de fragmentação com controle remoto) acima dela, em uma altura (em postes, árvores ou elevações de terreno) que permita destruir a força de assalto. Os insurgentes detonam os dispositivos ao mesmo tempo, ou quase ao mesmo tempo. Para determinar o momento exato da explosão, os insurgentes preparam um ponto de orientação (uma “mira”) feito de vários objetos facilmente visíveis que não atraem a atenção e que estão alinhados com o alvo. Um perito demolidor se esconde a uns 500 a 1000 metros da carga. Assim que o alvo se alinha com os marcadores de orientação, ou seja, esteja “na mira”, ele detona a carga. A esperteza, perspicácia e perfídia dos insurgentes são quase sem limites. Por exemplo, colocaram uma carga explosiva de 5 a 10 quilos em uma estrada e esconderam uma mina de fragmentação direcional *MON-50* na lâmpada de um poste elétrico ao lado da estrada, com arames de contato ligados à fonte elétrica e a um dispositivo portátil no cabo de eletricidade. Quando o alvo entrou na área de destruição, os insurgentes enviaram uma carga elétrica ao detonador.

A explosão na estrada destruiu a viatura blindada e a força da explosão vinda de cima para baixo da mina de fragmentação, simultaneamente, matou o pessoal embarcado nela.

## Combatendo a Insurgência

Tanto as forças russas como os insurgentes se beneficiaram dos novos meios de combate, mas os fundamentos dos quais os insurgentes dependem no seu esforço armado contra as forças da lei e da ordem continuam a ser os princípios da guerra da guerrilha. A força que combate os insurgentes deve conhecer bem as suas táticas, os seus pontos fortes e fracos, e, se necessário, saber usar também esses mesmos métodos. Antecipar as ações de grupos armados é muito difícil. Nisso se encontra o maior desafio para combatê-los. Como ninguém sabe o que farão a seguir, todos devem estar atentos aos insurgentes e aos seus ataques mesmo quando em combate com eles.

O sucesso do Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia e das tropas locais na luta contra os insurgentes do Cáucaso Norte depende de:

- Conhecer os princípios da guerra insurgente e da guerrilha.
- Combater a esperteza e a malícia dos insurgentes.
- Usar métodos de combate inteligentes e devidamente selecionados.
- Um esforço de inteligência bem organizado.

**MR**

---



---

## NOTAS

1. Este artigo é a tradução do texto de uma palestra que o Coronel Sergey A. Kulikov proferiu na ECEME, no Forte Leavenworth, Kansas em dezembro de 2002. Ele foi comandante das forças especiais do Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia durante a segunda guerra na Chechênia (1999 até o presente) e oficial de ligação entre as Forças Armadas do Ministério de Defesa da Rússia e o Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia durante a primeira guerra na Chechênia (1994 até 1996).

2. O Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia tem as suas próprias tropas, que atualmente constituem aproximadamente 200.000. A Rússia tem dependido muito das tropas do Ministério na Chechênia.

3. John F. Kennedy, citado em Rick Atkinson, *Long Gray Line: The American Journey of West Point's Class of 1966* (Boston: Houghton Mifflin, 1989).

4. Não há informação disponível relativo à publicação Dzhozkar Dudaev foi presidente da República da Chechênia quando a primeira guerra teve início em 1994. Um foguete o matou em abril de 1996.

---



---

*O Coronel Sergey A. Kulikov foi comandante das forças especiais do Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Federação da Rússia durante a segunda guerra na Chechênia.*

*Robert R. Love é tradutor e interprete no Escritório de Estudos Militares Estrangeiros (Foreign Military Studies Office) no, Forte Leavenworth, Kansas. É Bacharel e Mestre pela University of Kansas. De 1973 até 1993, serviu de tradutor e chefe de departamento no Instituto de Idiomas Estrangeiros do Departamento de Defesa (Defense Language Institute), em Monterey, na Califórnia.*

# Parabéns

*Os oficiais ibéricos e latino-americanos, graduados da turma de 2003-2004 da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, retornam para os seus respectivos países após um ano de árduo trabalho, durante o qual estudaram intensamente a arte e a ciência da guerra.*

*A equipe editorial da Military Review deseja a todos muito êxito no futuro, estendendo nossos mais sinceros votos de felicidade a suas digníssimas famílias, lembrando a todos que, do Forte Leavenworth estaremos sempre à disposição para apoiá-los quando necessário.*



**Maj Miguel Eduardo Cáceres, Argentina**



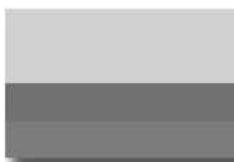
**Major Mihec Skerbinc Barbo, Espanha**



**Ten-Cel Carlos Roberto Pinto de Souza, Brasil**



**Maj Raynel Enrique Funes Ponce, Honduras**



**Ten-Cel José Oscar Garcia Batte, Colômbia**



**Capitão Harouna Samake, México**



**Ten-Cel Luis Francisco Medina Corredor, Colômbia**



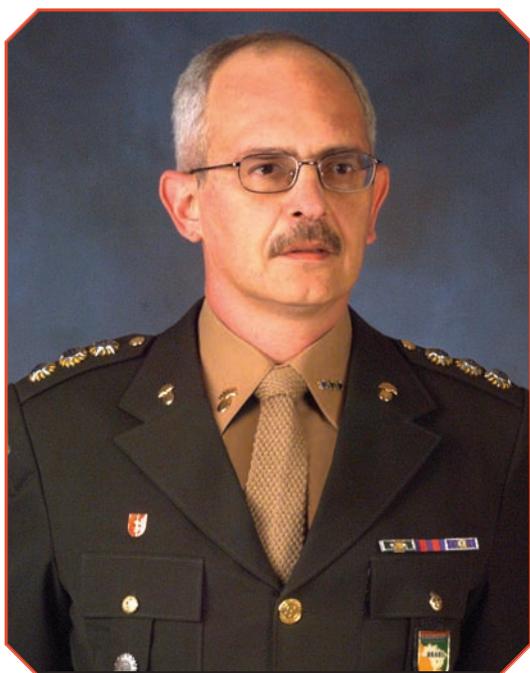
**Maj Amer Ahsan Nawaz, Peru**



**Maj Juan de Jesus Guzman Morales, El Salvador**



**Maj Marian Stanislaw Slomski, Portugal**



JUNHO DE 2002

JUNHO DE 2004



## **Coronel Osmário Monteiro Zan** **Redator-Assessor da Revista *Military Review***

O Coronel Osmário Monteiro Zan retorna ao Brasil após cumprir sua missão como Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA e como Redator-Assessor da revista *Military Review*, no Forte Leavenworth, Kansas.

Durante seus dois anos de convivência no Forte Leavenworth, o Cel Osmário demonstrou um elevado grau de profissionalismo e dedicação, bem como as qualidades de cidadão e soldado de que é possuidor. Leitor aficionado, dotado de uma imensa bagagem cultural e profissional, sua contribuição foi de valor inestimável para a elevação do conceito da *Military Review*.

A partir de julho de 2004, o Coronel Osmário passará a exercer suas funções no Comando de Operações Terrestres, em Brasília-DF. Esperamos que sua segunda experiência no Forte Leavenworth tenha sido recompensadora, tanto do ponto de vista profissional como pessoal.

A equipe da *Military Review* — oficiais e civis — e em particular a Edição Brasileira, aproveita esta oportunidade para agradecer a sua dedicada e valiosa colaboração e formula os mais calorosos votos de pleno êxito e de felicidades no desempenho de suas novas e importantes funções, extensivos a sua digníssima esposa e família.